

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	11

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	13
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	14
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	15
Demonstração de Valor Adicionado	16

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	18
Balanço Patrimonial Passivo	20
Demonstração do Resultado	23
Demonstração do Resultado Abrangente	25
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	26

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	28
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	29
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	30
Demonstração de Valor Adicionado	31

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	33
Notas Explicativas	63
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	162

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	163
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	165

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	166
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	167

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.896.785
Preferenciais	0
Total	2.896.785
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	16/04/2010	Juros sobre Capital Próprio	30/06/2010	Ordinária		0,02412
Reunião de Diretoria	28/09/2010	Juros sobre Capital Próprio	30/06/2011	Ordinária		0,03081

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	12.375.562	12.728.660	9.474.043
1.01	Ativo Circulante	2.619.868	3.640.875	1.650.394
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.402.213	2.834.476	852.213
1.01.02	Aplicações Financeiras	319.277	0	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	319.277	0	0
1.01.03	Contas a Receber	712.343	590.402	520.973
1.01.03.01	Clientes	480.107	477.904	422.221
1.01.03.01.01	Consumidores e revendedores	389.599	364.149	356.959
1.01.03.01.02	Concessionário Transporte de energia	60.549	67.727	50.186
1.01.03.01.03	Revendedores - Transporte Energia Livre	29.959	46.028	15.076
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	232.236	112.498	98.752
1.01.03.02.01	Ativo Financeiro da Concessão	42.362	41.207	39.938
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	118.086	0	0
1.01.03.02.03	Outros Créditos	71.788	71.291	58.814
1.01.04	Estoques	4.102	3.478	4.024
1.01.06	Tributos a Recuperar	181.933	212.519	273.184
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	181.933	212.519	273.184
1.01.06.01.01	Tributos Compensáveis	45.967	64.764	106.046
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	135.966	147.755	167.138
1.02	Ativo Não Circulante	9.755.694	9.087.785	7.823.649
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.059.469	1.044.115	973.422
1.02.01.03	Contas a Receber	6.904	53.836	11.995
1.02.01.03.01	Clientes	0	46.188	0
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.904	7.648	11.995
1.02.01.06	Tributos Diferidos	211.851	200.483	210.546
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	202.334	189.660	192.388
1.02.01.06.02	Tributos Compensáveis	9.517	10.823	18.158
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	14.623	12.906	9.853

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	826.091	776.890	741.028
1.02.01.09.03	Depósitos Vinculados a Litígio	123.756	87.870	49.532
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro da Concessão	702.335	689.020	691.496
1.02.02	Investimentos	2.714.515	1.731.665	191.367
1.02.02.01	Participações Societárias	2.714.515	1.731.665	191.367
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	2.714.515	1.731.665	191.367
1.02.03	Imobilizado	5.947.539	6.275.991	6.623.618
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.818.946	6.136.538	6.407.370
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	128.593	139.453	216.248
1.02.04	Intangível	34.171	36.014	35.242
1.02.04.01	Intangíveis	34.171	36.014	35.242
1.02.04.01.02	Intangível	34.171	36.014	35.242

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	12.375.562	12.728.660	9.474.043
2.01	Passivo Circulante	1.426.322	5.679.528	1.729.703
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	53.864	74.105	64.433
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	53.864	74.105	64.433
2.01.02	Fornecedores	115.127	83.978	125.486
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	115.127	83.978	125.486
2.01.03	Obrigações Fiscais	56.371	64.057	62.485
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	28.711	37.574	29.357
2.01.03.01.02	PASEP	4.234	9.859	3.998
2.01.03.01.03	COFINS	19.501	21.198	18.415
2.01.03.01.04	INSS	4.202	3.686	3.898
2.01.03.01.05	Outros	774	2.831	3.046
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	27.535	26.483	33.128
2.01.03.02.01	ICMS	27.535	26.483	33.128
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	125	0	0
2.01.03.03.01	ISSQN	125	0	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	956.711	4.364.312	733.098
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	466.200	4.360.947	370.492
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	463.632	4.347.924	231.190
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.568	13.023	139.302
2.01.04.02	Debêntures	490.511	3.365	362.606
2.01.05	Outras Obrigações	244.249	1.093.076	729.502
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	15.396	53.705	3.908
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	15.396	53.705	3.908
2.01.05.02	Outros	228.853	1.039.371	725.594
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	46.819	917.054	539.042
2.01.05.02.04	Encargos Regularórios	90.312	40.253	94.363
2.01.05.02.05	Obrigações Pós-Emprego	17.033	18.895	17.970

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.01.05.02.06	Participações nos Lucros	25.491	22.894	26.737
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	49.198	40.275	47.482
2.01.06	Provisões	0	0	14.699
2.01.06.02	Outras Provisões	0	0	14.699
2.01.06.02.04	Provisões para Perdas - Instrumentos Financeiros	0	0	14.699
2.02	Passivo Não Circulante	5.898.595	2.530.291	3.215.757
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.668.329	1.259.483	1.974.957
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.867.885	983.614	1.703.205
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.866.644	983.614	1.686.345
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.241	0	16.860
2.02.01.02	Debêntures	2.800.444	275.869	271.752
2.02.02	Outras Obrigações	643.462	616.862	521.494
2.02.02.02	Outros	643.462	616.862	521.494
2.02.02.02.03	COFINS	66.751	38.832	14.493
2.02.02.02.04	PASEP	14.492	8.431	3.146
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios	32.341	59.266	4.352
2.02.02.02.06	Obrigações Pós-Emprego	413.310	411.064	408.264
2.02.02.02.07	Concessões a Pagar	0	61.072	57.619
2.02.02.02.08	Outras Obrigações	116.568	38.197	33.620
2.02.03	Tributos Diferidos	580.915	644.345	711.984
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	580.915	644.345	711.984
2.02.04	Provisões	5.889	9.601	7.322
2.02.04.02	Outras Provisões	5.889	9.601	7.322
2.02.04.02.04	Provisões para Contingências	5.889	9.601	7.322
2.03	Patrimônio Líquido	5.050.645	4.518.841	4.528.583
2.03.01	Capital Social Realizado	3.296.785	2.896.785	2.896.785
2.03.04	Reservas de Lucros	1.752.467	1.696.381	1.754.163
2.03.04.01	Reserva Legal	844.198	666.112	584.354

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.03.04.10	Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	908.269	1.030.269	1.169.809
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-74.325	-122.365
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.393	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.433.470	3.329.142	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.607.902	-1.312.638	0
3.02.01	Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-258.404	-274.264	0
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-370.019	-148.198	0
3.02.03	Pessoal e Administradores	-211.348	-211.872	0
3.02.04	Participação dos Empregados	-73.133	-55.332	0
3.02.05	Materiais	-17.949	-16.363	0
3.02.06	Materia-Prima e Insumos para Produção de Energia	0	-4.070	0
3.02.07	Serviços de Terceiros	-119.139	-97.880	0
3.02.08	Depreciação e Amortização	-362.916	-386.006	0
3.02.09	Reversões (Provisões) Operacionais	5.174	-1.703	0
3.02.10	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-135.409	-140.318	0
3.02.11	Custo de Construção	-61.282	0	0
3.02.12	Outros Custos de Operação	-3.477	23.368	0
3.03	Resultado Bruto	1.825.568	2.016.504	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	25.335	-230.428	0
3.04.01	Despesas com Vendas	2.343	-1.593	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-143.506	-219.749	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-42.994	-21.573	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	209.492	12.487	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.850.903	1.786.076	0
3.06	Resultado Financeiro	-419.211	-256.776	0
3.06.01	Receitas Financeiras	270.073	214.124	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-689.284	-470.900	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.431.692	1.529.300	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-347.582	-426.144	0
3.08.01	Corrente	-409.645	-507.376	0
3.08.02	Diferido	62.063	81.232	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.084.110	1.103.156	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.084.110	1.103.156	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,37425	0,38082	0
3.99.01.02	PN	0,37425	0,38082	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
4.01	Lucro Líquido do Período	1.084.110	1.103.156	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.084.110	1.103.156	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.618.353	1.567.078	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.314.760	1.483.467	0
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	1.084.110	1.103.156	0
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	363.860	386.891	0
6.01.01.04	Baixas Líquidas de Imobilizados	51.913	93.339	0
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	-209.492	-12.487	0
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias - Não Circulantes	66.440	-38.156	0
6.01.01.08	Impostos Federais Diferidos	-62.063	-81.232	0
6.01.01.09	Provisões para Perdas Operacionais	-3.702	2.279	0
6.01.01.12	Obrigações Pós-Emprego	23.694	29.677	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	303.593	83.611	0
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-25.450	-7.190	0
6.01.02.02	Revendedores - Transações com Energia Livre	16.069	-30.952	0
6.01.02.03	Tributos Compensáveis	31.892	68.000	0
6.01.02.04	Transporte de Energia	-41.365	-17.541	0
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-35.886	-38.338	0
6.01.02.07	Outros	150.761	157.275	0
6.01.02.08	Fornecedores	31.149	-41.508	0
6.01.02.09	Tributos e Contribuição Social	12.253	47.877	0
6.01.02.10	Salários e Contribuições Sociais	-20.241	9.672	0
6.01.02.11	Encargos Regulatórios	50.059	-54.110	0
6.01.02.12	Empréstimos e Financiamentos	157.662	31.077	0
6.01.02.13	Obrigações Pós-Emprego	-23.310	-25.952	0
6.01.02.14	Perdas com Instrumentos Financeiros	0	-14.699	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.349.590	-1.657.938	0
6.02.01	Em Investimentos	-929.677	-1.527.811	0
6.02.02	No Imobilizado	-86.166	-130.127	0
6.02.04	No Ativo Financeiro	-14.470	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.02.05	Títulos e Valores Mobiliários	-319.277	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.701.026	2.073.123	0
6.03.01	Financiamentos Obtidos	2.756.811	3.495.899	0
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-2.979.668	-573.080	0
6.03.03	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-1.478.169	-849.696	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.432.263	1.982.263	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.834.476	852.213	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.402.213	2.834.476	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.896.785	1.030.269	666.112	-74.325	0	4.518.841
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	54.235	0	54.235
5.02.01	Ajustes de adoção de normas contábeis	0	0	0	54.235	0	54.235
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.896.785	1.030.269	666.112	-20.090	0	4.573.076
5.04	Transações de Capital com os Sócios	400.000	0	-400.000	-607.934	0	-607.934
5.04.01	Aumentos de Capital	400.000	0	-400.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-394.161	0	-394.161
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-213.773	0	-213.773
5.05	Resultado Abrangente Total	0	1.393	0	1.084.110	0	1.085.503
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.084.110	0	1.084.110
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	1.393	0	0	0	1.393
5.05.02.06	Ajuste de Avaliação Patrimonial - Hedge de Fluxo de Caixa	0	1.393	0	0	0	1.393
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-122.000	578.086	-456.086	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-122.000	0	122.000	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	54.206	-54.206	0	0
5.06.05	Retenção de Lucro	0	0	523.880	-523.880	0	0
5.07	Saldos Finais	3.296.785	909.662	844.198	0	0	5.050.645

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.896.785	1.169.809	584.354	-122.365	0	4.528.583
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	114.810	0	114.810
5.02.01	Ajustes de adoção de normas contábeis	0	0	0	114.810	0	114.810
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.896.785	1.169.809	584.354	-7.555	0	4.643.393
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.227.708	0	-1.227.708
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.014.491	0	-1.014.491
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-213.217	0	-213.217
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.103.156	0	1.103.156
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.103.156	0	1.103.156
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-139.540	81.758	57.782	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-139.540	0	139.540	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	65.473	-65.473	0	0
5.06.05	Retenção de Lucro	0	0	16.285	-16.285	0	0
5.07	Saldos Finais	2.896.785	1.030.269	666.112	-74.325	0	4.518.841

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	4.429.427	4.220.661	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.427.084	4.222.254	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	2.343	-1.593	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-871.480	-607.104	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-628.423	-422.462	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-152.349	-164.766	0
7.02.04	Outros	-90.708	-19.876	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.557.947	3.613.557	0
7.04	Retenções	-363.860	-386.891	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-363.860	-386.891	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.194.087	3.226.666	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	479.877	226.896	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	209.493	12.487	0
7.06.02	Receitas Financeiras	270.384	214.409	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.673.964	3.453.562	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.673.964	3.453.562	0
7.08.01	Pessoal	350.120	355.431	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	245.849	222.721	0
7.08.01.02	Benefícios	75.198	71.735	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	13.246	19.876	0
7.08.01.04	Outros	15.827	41.099	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.536.112	1.516.425	0
7.08.02.01	Federais	1.165.591	1.194.115	0
7.08.02.02	Estaduais	368.707	320.889	0
7.08.02.03	Municipais	1.814	1.421	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	703.622	478.550	0
7.08.03.01	Juros	689.284	470.820	0
7.08.03.02	Aluguéis	14.338	7.730	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.084.110	1.103.156	0
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	213.773	213.217	0
7.08.04.02	Dividendos	394.161	1.014.491	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	476.176	-124.552	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	14.665.324	14.121.506	9.560.932
1.01	Ativo Circulante	3.271.910	4.105.551	1.666.436
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.761.817	3.043.715	862.098
1.01.02	Aplicações Financeiras	319.277	0	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	319.277	0	0
1.01.03	Contas a Receber	984.100	811.545	526.201
1.01.03.01	Clientes	536.352	678.443	422.995
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	397.301	564.688	357.733
1.01.03.01.02	Concessionário - Transporte Energia	109.092	67.727	50.186
1.01.03.01.03	Revendedores - Transações com Energia Livre	29.959	46.028	15.076
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	447.748	133.102	103.206
1.01.03.02.01	Ativo Financeiro da Concessão	360.508	41.207	39.938
1.01.03.02.02	Outros Créditos	87.240	91.895	63.268
1.01.04	Estoques	4.585	4.707	4.024
1.01.06	Tributos a Recuperar	202.131	245.584	274.113
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	202.131	245.584	274.113
1.01.06.01.01	Tributos Compensáveis	48.412	67.587	106.932
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	153.719	177.997	167.181
1.02	Ativo Não Circulante	11.393.414	10.015.955	7.894.496
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.889.650	2.592.161	979.936
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	46.188	0
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	46.188	0
1.02.01.03	Contas a Receber	48.396	16.798	14.999
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	48.396	16.798	14.999
1.02.01.06	Tributos Diferidos	582.936	207.657	210.546
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	569.885	195.584	192.388
1.02.01.06.02	Tributos Compensáveis	13.051	12.073	18.158
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4.529	18.244	9.853

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.253.789	2.303.274	744.538
1.02.01.09.03	Depósitos Vinculados a Litígio	125.923	89.245	49.532
1.02.01.09.04	Ativo Financeiro da Concessão	3.127.866	2.214.029	695.006
1.02.02	Investimentos	1.571	1.743	13.476
1.02.02.01	Participações Societárias	1.571	1.743	13.476
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.571	1.743	13.476
1.02.03	Imobilizado	7.024.474	6.921.206	6.854.163
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.875.145	6.162.708	6.407.370
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.149.329	758.498	446.793
1.02.04	Intangível	477.719	500.845	46.921
1.02.04.01	Intangíveis	477.719	500.845	46.921
1.02.04.01.02	Intangíveis	477.719	500.845	46.921

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	14.665.324	14.121.506	9.560.932
2.01	Passivo Circulante	1.590.970	6.030.930	1.767.388
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	57.346	75.900	64.500
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	57.346	75.900	64.500
2.01.02	Fornecedores	175.792	147.553	146.652
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	175.792	147.553	146.652
2.01.03	Obrigações Fiscais	68.489	94.100	62.844
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	40.575	67.364	29.581
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8.235	26.136	76
2.01.03.01.02	COFINS	20.716	21.736	18.480
2.01.03.01.03	PASEP	4.503	9.976	4.026
2.01.03.01.04	INSS	4.794	3.859	3.918
2.01.03.01.05	OUTROS	2.327	5.657	3.081
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	27.914	26.736	33.263
2.01.03.02.01	ICMS	27.914	26.736	33.263
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.020.139	4.620.338	735.299
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	512.764	4.616.973	372.693
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	510.196	4.603.950	233.391
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.568	13.023	139.302
2.01.04.02	Debêntures	507.375	3.365	362.606
2.01.05	Outras Obrigações	269.204	1.089.890	743.394
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	15.396	43.917	3.908
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	15.396	43.917	3.908
2.01.05.02	Outros	253.808	1.045.973	739.486
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	46.819	917.054	539.042
2.01.05.02.04	Encargos Regulatórios	97.148	44.449	94.363
2.01.05.02.05	Participação nos lucros	27.495	22.896	26.737
2.01.05.02.06	Obrigações Pós -Emprego	17.033	18.895	17.970

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	65.313	42.679	61.374
2.01.06	Provisões	0	3.149	14.699
2.01.06.02	Outras Provisões	0	3.149	14.699
2.01.06.02.04	Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	0	3.149	14.699
2.02	Passivo Não Circulante	8.023.709	3.571.735	3.264.961
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.615.631	2.198.956	2.005.612
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.830.798	1.761.263	1.733.860
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.829.557	1.761.263	1.717.000
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.241	0	16.860
2.02.01.02	Debêntures	3.784.833	437.693	271.752
2.02.02	Outras Obrigações	710.020	639.918	540.372
2.02.02.02	Outros	710.020	639.918	540.372
2.02.02.02.03	Obrigações Pós-Emprego	413.310	411.064	408.264
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	32.341	59.266	4.352
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	130.600	48.884	40.602
2.02.02.02.06	Concessões a Pagar	0	73.441	69.186
2.02.02.02.07	COFINS	109.921	38.832	14.493
2.02.02.02.08	PASEP	23.848	8.431	3.146
2.02.02.02.09	COFINS DIFERIDO	0	0	270
2.02.02.02.10	PASEP DIFERIDO	0	0	59
2.02.03	Tributos Diferidos	691.048	723.202	711.655
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	691.048	723.202	711.655
2.02.04	Provisões	7.010	9.659	7.322
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.848	9.063	7.322
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	620	99	92
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.433	245	179
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.795	8.719	7.051
2.02.04.02	Outras Provisões	162	596	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.050.645	4.518.841	4.528.583
2.03.01	Capital Social Realizado	3.296.785	2.896.785	2.896.785
2.03.03	Reservas de Reavaliação	908.269	1.030.269	1.169.809
2.03.04	Reservas de Lucros	844.198	666.112	584.354
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-74.325	-122.365
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.393	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.914.669	3.536.487	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.747.418	-1.475.792	0
3.02.01	Encargos de uso rede básica de transmissão	-250.174	-274.574	0
3.02.02	Energia Elétrica comprada para revenda	-370.721	-148.724	0
3.02.03	Pessoal e Administradores	-229.794	-213.906	0
3.02.04	Participação dos Empregados	-75.191	-55.332	0
3.02.05	Materiais	-23.387	-21.421	0
3.02.06	Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	0	-4.070	0
3.02.07	Serviços de Terceiros	-132.466	-102.612	0
3.02.08	Depreciação e Amortização	-373.491	-444.558	0
3.02.09	Reversões (Provisões) Operacionais	9.070	-1.022	0
3.02.10	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-135.470	-140.318	0
3.02.11	Custo de Construção	-152.248	-89.433	0
3.02.12	Outros Custos de Operação	-13.546	20.178	0
3.03	Resultado Bruto	2.167.251	2.060.695	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-187.929	-247.285	0
3.04.01	Despesas com Vendas	2.235	-1.593	0
3.04.01.01	Reversões (Despesas) com vendas	2.235	-1.593	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-146.382	-220.299	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-43.782	-25.393	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.979.322	1.813.410	0
3.06	Resultado Financeiro	-512.953	-277.347	0
3.06.01	Receitas Financeiras	298.723	224.045	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-811.676	-501.392	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.466.369	1.536.063	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-382.259	-432.907	0
3.08.01	Corrente	-453.693	-511.312	0
3.08.02	Diferido	71.434	78.405	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.084.110	1.103.156	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.084.110	1.103.156	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.084.110	1.103.156	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.084.110	1.103.156	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.393	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.082.717	1.103.156	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.082.717	1.103.156	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.776.094	1.550.172	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.545.719	1.569.858	0
6.01.01.01	Lucro Líquido	1.084.110	1.103.156	0
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	374.435	445.491	0
6.01.01.04	Baixas Líquidas de Imobilizado	60.099	93.339	0
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias - Não Circulantes	77.464	-25.737	0
6.01.01.08	Impostos Federais Diferidos	-71.434	-78.405	0
6.01.01.09	Provisões para Perdas Operacionais	-2.649	2.337	0
6.01.01.12	Obrigações Pós-Emprego	23.694	29.677	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	230.375	-19.686	0
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	167.387	-206.955	0
6.01.02.02	Revendedores - Transações com Energia Livre	16.069	-30.952	0
6.01.02.03	Tributos Compensáveis	42.475	35.864	0
6.01.02.04	Transporte de Energia	-41.365	-17.541	0
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-36.678	-39.713	0
6.01.02.07	Outros	91.898	112.797	0
6.01.02.08	Fornecedores	28.239	901	0
6.01.02.09	Tributos e Contribuição Social	-274.126	147.306	0
6.01.02.10	Salários e Contribuições Sociais	-18.554	11.400	0
6.01.02.11	Encargos Regulatórios	52.699	-49.914	0
6.01.02.12	Empréstimos e Financiamentos	228.790	54.623	0
6.01.02.13	Obrigações Pós-Emprego	-23.310	-25.952	0
6.01.02.14	Perdas com Instrumentos Financeiros	-3.149	-11.550	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.090.045	-2.568.356	0
6.02.01	Em Investimentos	-1.577	0	0
6.02.02	No Imobilizado	-537.802	-595.889	0
6.02.03	No Intangível	0	-453.924	0
6.02.04	No Ativo Financeiro	-1.231.389	-1.518.543	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.02.05	Títulos e Valores Mobiliários	-319.277	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-967.947	3.199.801	0
6.03.01	Financiamentos Obtidos	4.392.503	4.643.940	0
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-3.882.281	-594.443	0
6.03.03	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-1.478.169	-849.696	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.281.898	2.181.617	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.043.715	862.098	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.761.817	3.043.715	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.896.785	1.030.269	666.112	-74.325	0	4.518.841	0	4.518.841
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	54.235	0	54.235	0	54.235
5.02.01	Ajustes de adoção de normas contábeis	0	0	0	54.235	0	54.235	0	54.235
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.896.785	1.030.269	666.112	-20.090	0	4.573.076	0	4.573.076
5.04	Transações de Capital com os Sócios	400.000	0	-400.000	-607.934	0	-607.934	0	-607.934
5.04.01	Aumentos de Capital	400.000	0	-400.000	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-394.161	0	-394.161	0	-394.161
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-213.773	0	-213.773	0	-213.773
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.084.110	1.393	1.085.503	0	1.085.503
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.084.110	0	1.084.110	0	1.084.110
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.393	1.393	0	1.393
5.05.02.06	Ajuste de Avaliação Patrimonial - Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	1.393	1.393	0	1.393
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-122.000	578.086	-456.086	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-122.000	0	122.000	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	54.206	-54.206	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de Lucro	0	0	523.880	-523.880	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.296.785	908.269	844.198	0	1.393	5.050.645	0	5.050.645

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.896.785	1.169.809	584.354	-122.365	0	4.528.583	0	4.528.583
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	114.810	0	114.810	0	114.810
5.02.01	Ajustes de adoção de normas contábeis	0	0	0	114.810	0	114.810	0	114.810
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.896.785	1.169.809	584.354	-7.555	0	4.643.393	0	4.643.393
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.227.708	0	-1.227.708	0	-1.227.708
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.014.491	0	-1.014.491	0	-1.014.491
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-213.217	0	-213.217	0	-213.217
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.103.156	0	1.103.156	0	1.103.156
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.103.156	0	1.103.156	0	1.103.156
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-139.540	81.758	57.782	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-139.540	0	139.540	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	65.473	-65.473	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de Lucro	0	0	16.285	-16.285	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.896.785	1.030.269	666.112	-74.325	0	4.518.841	0	4.518.841

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	4.943.421	4.433.585	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.941.078	4.435.177	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	2.343	-1.592	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-979.135	-712.019	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-620.895	-423.298	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-173.230	-176.197	0
7.02.04	Outros	-185.010	-112.524	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.964.286	3.721.566	0
7.04	Retenções	-374.435	-445.491	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-374.435	-445.491	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.589.851	3.276.075	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	300.079	224.339	0
7.06.02	Receitas Financeiras	300.079	224.339	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.889.930	3.500.414	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.889.930	3.500.414	0
7.08.01	Pessoal	369.074	357.875	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	262.210	224.693	0
7.08.01.02	Benefícios	76.747	72.040	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.289	20.043	0
7.08.01.04	Outros	15.828	41.099	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.609.194	1.530.049	0
7.08.02.01	Federais	1.231.452	1.205.466	0
7.08.02.02	Estaduais	371.423	322.769	0
7.08.02.03	Municipais	6.319	1.814	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	827.552	509.334	0
7.08.03.01	Juros	811.675	501.312	0
7.08.03.02	Aluguéis	15.877	8.022	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.084.110	1.103.156	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	213.773	213.217	0
7.08.04.02	Dividendos	394.161	1.014.491	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	476.176	-124.552	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010**

Senhores acionistas,

A Cemig GT submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2010 foi marcado pela consolidação dos investimentos realizados pela Companhia, propiciando condições para que no futuro a Companhia continue a agregar valor, apresentando resultados e eficiência entre as melhores do setor de geração e transmissão do Brasil.

Neste contexto, concluímos no 1º semestre de 2010 o processo de oferta pública de aquisição de ações em circulação da Taesa, com a aquisição de 24,42% das ações em posse dos acionistas minoritários, no valor de R\$1 Bilhão. Com essa nova aquisição, passamos a deter 56,69% do capital total da Taesa.

Deve ser ressaltado o esforço da administração na agregação de valor nas novas aquisições, buscando sempre maximizar o retorno dos nossos ativos através da melhoria na eficiência operacional. Como exemplo, podemos destacar os resultados da Taesa, que com a nossa gestão vem apresentando de forma contínua melhores indicadores de eficiência e rentabilidade.

No que se refere as nossas atuais operações de comercialização de energia, as expectativas para os próximos anos em nossos resultados são favoráveis em função da atualização dos nossos atuais contratos de fornecimento e novas negociações de venda da energia da Companhia, com um incremento na receita advinda dessas operações.

Fechamos o ano com um lucro muito próximo ao apresentado no ano anterior, R\$1.084 milhões na comparação ao lucro de R\$1.103 milhões em 2009. Da mesma forma, a geração de caixa, medida pelo Lajida, foi de R\$2.353 milhões na comparação com R\$2.258 milhões em 2009. Deve ser destacado que no ano de 2009 o resultado da Companhia foi afetado positivamente pela venda às Distribuidoras no mercado regulado, em contratos de curto prazo e a preços mais vantajosos. Apesar desse aspecto favorável em 2009, conseguimos manter um desempenho semelhante em 2010.

Temos a expectativa que a economia brasileira continue a crescer em 2011, e a continuidade dos investimentos em infraestrutura, onde a disponibilização de energia que viabilize esses investimentos é fundamental. Entendemos que a Cemig GT tem um papel relevante neste processo, como empresa de energia que atende a parcela representativa dos grandes clientes industriais do Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo comprometimento e competência e, em especial, ao nosso acionista controlador, o Governo de Minas Gerais. E a integração dos esforços de todos que fazem da CEMIG a melhor energia do Brasil.

CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2010 foi marcado pelo acentuado crescimento econômico, deixando para trás os principais efeitos da crise financeira iniciada em 2008. No que se refere à economia mundial, apesar da recuperação mais lenta nos Estados Unidos e Europa, a contribuição dos países emergentes do BRIC, Brasil, Rússia, Índia e China, foram cruciais nesta recuperação, com crescimento elevando e atração de investimentos dos capitais internacionais.

No Brasil, o aumento do consumo interno contribuiu significativamente para a retomada do crescimento. O aumento da concessão do crédito fomentou o mercado, com destaque para a construção civil, um dos grandes responsáveis pelo aquecimento da economia em 2010.

O PIB brasileiro apresentou em 2010 um crescimento expressivo de 7,5%. Para o ano de 2011, as estimativas apontam para um crescimento próximo a 4%. O mercado de trabalho continuará aquecido, assim como os investimentos. Teremos um cenário externo mais favorável para o saldo da balança comercial, com alta nos preços das commodities e a retomada do crescimento das grandes economias, o que influenciará diretamente nas exportações brasileiras. Para o mercado de energia elétrica os impactos serão positivos com reflexos diretos no aumento no consumo. Investimentos serão necessários, principalmente no mercado de geração, para suportar o iminente crescimento da demanda.

As oportunidades de crescimento na economia brasileira para 2011 também serão fortemente impactadas, pelos investimentos nas reservas petrolíferas do Pré-Sal e pelas necessidades de investimentos na preparação da infraestrutura para a copa do mundo em 2014 e das olimpíadas em 2016, que contribuirão com a geração de novos empregos, com reflexos diretos no poder de compra e aquecimento da economia.

A CEMIG GT

Desde a sua criação, a Cemig GT sempre demonstrou vocação para a geração de energia elétrica, através de hidrelétricas. Grandes obras e imensos desafios, a Empresa marcou a história dos grandes empreendimentos pela sua engenharia e porte das usinas que construiu. Minas Gerais também contribui para essa vocação com seu vasto potencial hidráulico natural.

Pequenas, médias ou grandes usinas, gerada pela força da água, do calor ou dos ventos, são 6.335 MW de capacidade instalada, que colocam o Grupo Cemig GT entre as maiores geradoras do País.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros, indicados pelos acionistas e que atendem aos requisitos de independência conforme práticas internacionais. O Conselho Fiscal, tal como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2010 foram realizadas 11 reuniões do Conselho Fiscal.

Além disso, existe, atualmente, uma estrutura interna de 23 comitês, composta de executivos de diversas áreas da Empresa, para suportar a tomada de decisões estratégicas da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração a partir do suporte de critérios técnicos.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS**Comercialização de Energia Elétrica**Leilões de Energia Elétrica

A Cemig GT promoveu no ano de 2010 um total 77 leilões, entre compras e vendas de energia, comercializando um volume de 96.894 GWh e participou de um total de 55 leilões de compra e venda de terceiros, comercializando um volume de 70.799 GWh. Desta maneira a empresa comercializou um volume total de 167.693 GWh.

(Não auditado pelos auditores independentes)

Energia (GWh)	
Próprio – Curto Prazo	322
Próprio – Longo Prazo	96.572
Total Próprio	96.894
Terceiros – Curto Prazo	881
Terceiros – Longo Prazo	69.918
Total Terceiros	70.799
Total Geral	167.693

A estratégia de atuação da Cemig GT nos leilões de energia do Ambiente de Contratação Livre está embasada por premissas estabelecidas pela companhia, como uma curva de preços futuros aprovada e pelo Balanço Estrutural de Energia, o qual define a Caixa e Equivalentes de Caixa a ser direcionada para os agentes deste mercado.

Todas as operações são analisadas considerando as melhores práticas de governança corporativa e devem agregar valor aos resultados projetados, maximizando a receita e o lucro líquido além de minimizar a volatilidade do fluxo de caixa operacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Revisão tarifária da Cemig GT**Primeira Revisão Tarifária

A primeira Revisão Tarifária da Transmissão – RTP, para toda a base de ativos de transmissão da Cemig GT foi aprovada pela Diretoria da ANEEL, em 17 de junho de 2009, na qual a Agência fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia em 5,35%, retroativo a 2005.

Em 01 de junho de 2010, a ANEEL concedeu e deu provimento parcial ao Recurso Administrativo, interposto pela Cemig GT, com alteração no reposicionamento da sua primeira RTP de 5,35% para 6,96%.

Segunda Revisão Tarifária

Em 8 de junho de 2010, a ANEEL homologou o resultado da segunda Revisão Tarifária da Transmissão – RTP da Cemig GT, que fixou o reposicionamento tarifário da Receita Anual Permitida (RAP) em -15,88%, retroativo a junho de 2009. Dessa forma, foi apurado um ressarcimento de R\$75.568 mil aos usuários do sistema de transmissão e será devolvido no ciclo tarifário de julho de 2010 a junho de 2011.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Adoção das normas internacionais de contabilidade

Os resultados apresentados abaixo estão de acordo com as novas normas de contabilidade, dentro do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais (“IFRS”). Dessa forma, o resultado de 2009 foi alterado para refletir essas modificações e permitir a comparabilidade com o ano de 2010.

Os impactos decorrentes da adoção das novas normas de contabilidade brasileiras e das IFRS estão descritos em maiores detalhes na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras da Companhia.

Lucro do Período

A Cemig GT apresentou, no exercício de 2010, um lucro líquido de R\$1.084 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$1.103 milhões no exercício de 2009, representando uma redução de 1,72%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Receita Operacional**

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2010	2009	Variação %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	3.703	3.621	2,26
Receita de uso da rede – com impostos	883	667	32,38
Receita de Infraestrutura de transmissão – com impostos	152	89	70,79
Remuneração de ativos da concessão – com impostos	175	33	430,30
Outras receitas operacionais	28	25	12,00
Impostos incidentes sobre as receitas acima	(1.026)	(899)	14,13
	3.915	3.536	10,72

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.703 milhões em 2010 em comparação a R\$3.621 milhões em 2009, representando um aumento de 2,26%.

Este resultado decorre, principalmente, do aumento de 13,80% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores livres em decorrência da recuperação da atividade industrial e pela migração de clientes do mercado cativo, compensada pela redução do preço médio por MWh em 2010. A receita, com consumidores livres, foi de R\$2.108 milhões em 2010 comparados a R\$1.765 milhões em 2009. A tarifa média de venda em 2010 foi de R\$112,75 na comparação com R\$107,48 em 2009, um aumento de 4,90%.

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias, reduziu em 3,41%, com uma redução na receita advinda dessa venda no montante de R\$214 milhões. Esta redução decorre, principalmente, do menor volume de energia negociada no Ambiente de Contratação Regulada - ACR (CCEAR), devido ao encerramento de Contratos e o redirecionamento da energia para clientes livres.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se, basicamente, a operação e manutenção à utilização, das instalações componentes da rede básica de transmissão da Cemig Geração e Transmissão e suas controladas, pelos Geradores e Distribuidores de energia elétrica, participantes do Sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos, por meio de Resolução, pela ANEEL.

Em função das novas práticas contábeis, para as concessões de concessão novas das controladas da Cemig, somente são registradas nessa rubrica a parcela da receita relacionada a operação e manutenção das linhas. Parte da receita da concessão foi registrada durante o período da concessão como receita de construção.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Receita de uso da rede foi de R\$883 milhões em 2010 na comparação com R\$667 milhões em 2009, um aumento de 32,38%. Este aumento deve-se, principalmente, ao reajuste da tarifa média de transmissão e da aquisição da Controlada Taesa no final de 2009, sendo a receita originada dessa controlada reconhecida integralmente no resultado de 2010 em comparação a apenas 2 meses de 2009.

Mais explicações, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Impostos incidentes sobre a receita operacional

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$1.026 milhões comparados a R\$899 milhões em 2009, um aumento de 14,13%. As principais variações nos impostos que incidiram sobre a receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

Os gastos com CCC foram de R\$46 milhões em 2010 comparados a R\$25 milhões em 2009, representando um aumento de 84,00%. Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os gastos com CDE foram de R\$37 milhões em 2010 na comparação com R\$29 milhões em 2009, com aumento de 27,59% e tem como destinação incentivar o desenvolvimento e competitividade de fontes alternativas de energia. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.935 milhões em 2010 na comparação com R\$1.723 milhões em 2009, representando um aumento de 12,30%. Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal em 2010 foi de R\$307 milhões em 2010 na comparação com R\$309 milhões em 2009, sem apresentar variação relevante. Deve ser destacada a redução de 10,68% no quadro de empregados da Companhia, que passou de 2.041 em 2009 para 1.823 em 2010. Essa redução foi obtida em função do Programa de Desligamento Voluntário implementado pela Companhia, que teve uma despesa relacionada a sua implementação de R\$41 milhões em 2009 contra R\$15 milhões no mesmo período de 2010 (ajuste da provisão de 2009).

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$371 milhões em 2010 comparados a R\$149 milhões em 2009, representando um aumento de 148,99%. Esta variação decorre de uma maior compra de energia relacionada à atividade de comercialização.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$149 milhões em 2010 na comparação com R\$151 milhões em 2010, sem apresentar variação expressiva. Os principais custos estão relacionados à meio ambiente, Manutenção e Conservação de Instalações e equipamentos elétricos e conservação, vigilância e limpeza de prédios.

O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras.

Depreciação/Amortização

A despesa com Depreciação e Amortização foi de R\$374 milhões em 2010 na comparação com R\$445 milhões em 2010, uma redução de 15,96%.

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais foram de R\$82 milhões em 2010 na comparação com R\$52 milhões em 2009, um aumento de 57,69%. Este resultado decorre do aumento dos gastos com arrendamento e aluguéis, seguros e taxa de fiscalização.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Companhia apresentou um aumento de 4,21% em 2010 na comparação com 2009, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	2010	2009	Var %
Lucro Líquido	1.084	1.103	(1,72)
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	382	433	(11,78)
+ Resultado Financeiro	513	277	85,20
+ Amortização e Depreciação	374	445	(15,96)
= LAJIDA	2.353	2.258	4,21
Itens não recorrentes:			
+ Programa de Desligamento Voluntário - PDV	15	41	(63,41)
= LAJIDA AJUSTADO	2.368	2.299	3,00

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$513 milhões em 2010 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$277 milhões em 2009, um aumento de 85,20%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 62% na Receita de Aplicações Financeiras: R\$243 milhões em 2010 na comparação com R\$150 milhões em 2009. Este aumento decorre do maior volume de recursos aplicados em 2010 na comparação com 2009 tendo em vista o maior volume de recursos disponíveis;
- aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$642 milhões em 2010 comparados a R\$358 milhões em 2009. Este aumento decorre do aumento do endividamento da Companhia no final de 2009, com a emissão, em outubro de 2009, de notas promissórias (commercial papers), no montante de R\$2.700 milhões, liquidadas em março de 2010 através da captação de recursos, por meio de emissão de debêntures no mesmo valor;
- despesa de variação monetária de Empréstimos e Financiamentos, em moeda nacional, de R\$67 milhões em 2010 na comparação com R\$5 milhões em 2009, decorrente da maior variação em 2010 dos índices inflacionários utilizados como indexadores dos Contratos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures da Companhia;
- receita líquida de ajuste a valor presente, no montante de R\$37 milhões em 2010 na comparação a uma despesa de R\$6 milhões em 2009. Este resultado decorre da variação do IGPM nos períodos comparados. Em 2010 o IGPM apresentou variação positiva de 11,32% e, no mesmo período do ano anterior, apresentou variação negativa de 2,58%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

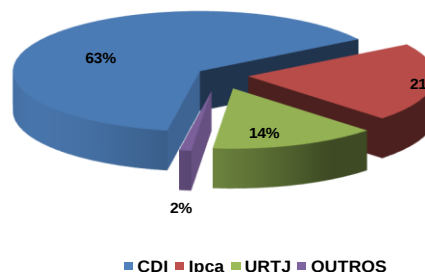
Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2010 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$382 milhões em relação ao lucro de R\$1.466 milhões, representando um percentual de 26,06%. Em 2009, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$433 milhões em relação ao lucro de R\$1.536 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 28,19%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 das Demonstrações Financeiras.

Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

Foram captados pela Cemig GT R\$2.949 milhões, sendo R\$2.700 milhões através de uma emissão de debêntures para a quitação das notas promissórias de mesmo valor utilizadas na aquisição das ações da Terna Participações S.A.

Principais indexadores da dívida – 31/12/2010

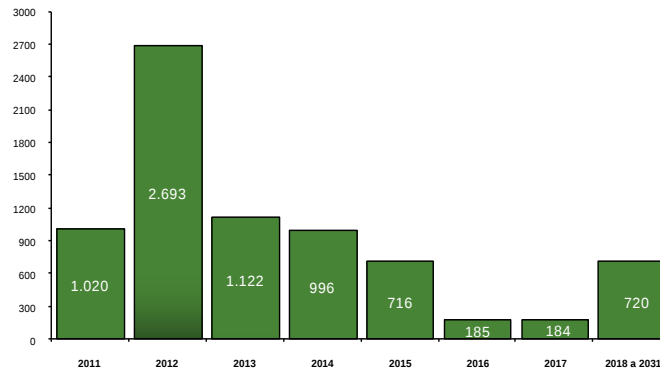
A Companhia não tem praticamente exposição da sua dívida à moeda estrangeira. A grande concentração da dívida no CDI, 63,3%, decorreu do movimento de refinanciamento da dívida a partir de 2002, em que foi bastante utilizado o crédito bancário, e das emissões de títulos e valores mobiliários (debêntures) que se seguiram, em que uma demanda expressiva tem sido alocada em papéis referenciados à taxa de juros local.

A administração tem promovido a gestão da sua dívida com foco no alongamento do prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo Estatuto, na redução do custo financeiro e na preservação da capacidade de pagamento da Empresa, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:

**Cronograma de Amortizações da Dívida
Posicionamento em Dezembro/2010 (R\$ milhões)**



A Companhia se empenhará em promover um escalonamento adequado da sua dívida, ajustado à sua geração de caixa anual.

Os ratings da Cemig GT refletem uma percepção de rentabilidade saudável e forte geração de caixa, assegurando sólidos indicadores de crédito e perfil de liquidez adequado, e são apontados pelas principais agências de rating.

Política de Proteção Cambial (*Hedge*)

Os instrumentos derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial de alguns contratos de financiamentos e não são utilizados para fins especulativos. As contratações das operações consideram aspectos de liquidez do mercado, preço relativo dos ativos e a concentração do serviço da dívida.

A Companhia tem privilegiado a cobertura de seu passivo cambial, que não é relevante, através de um hedge natural representado pela contratação com alguns de seus grandes consumidores de venda de energia elétrica indexada à variação cambial.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são mensurados ao valor justo de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**CONTABILIDADE REGULATÓRIA**

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 396/10, instituiu a Contabilidade regulatória, exigindo, para as empresas transmissoras e distribuidoras, que sejam elaboradas demonstrações financeiras que reflitam o marco regulatório tarifário brasileiro, cuja principal diferença para as demonstrações financeiras societárias é a não aplicação da Interpretação Técnica ICPC.01, registro dos ativos e passivos regulatórios e o reconhecimento no Ativo Imobilizado da Base de Remuneração de ativos de transmissão, no caso da Cemig GT.

Dessa forma, conforme estabelecido no Ofício de Encerramento ANEEL do exercício de 2010, seguem os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações de Resultado individuais em conformidade ao padrão regulatório estabelecido pela Agência e a conciliação com os valores apresentados na contabilidade societária.

BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS**ATIVO****(Em Milhares de Reais)**

	Controladora BRGAAP	
	2010	2009
CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixas	1.402.213	2.834.476
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras	319.277	-
Consumidores e Revendedores	389.599	364.149
Concessionários – Transporte de Energia	60.549	67.727
Tributos Compensáveis	45.967	64.764
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	135.966	147.755
Revendedores – Transações Energia Livre	525	46.028
Dividendos a Receber	118.086	-
Estoques	4.102	3.478
Ativo Regulatório – Revisão Tarifária de Transmissão	53.924	75.813
Outros Créditos	71.788	71.291
TOTAL DO CIRCULANTE	2.601.996	3.675.481
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Consumidores e Revendedores	-	46.188
Créditos Tributários	202.334	189.660
Tributos Compensáveis	9.517	10.823
Depósitos Vinculados a Litígio	123.756	87.870
Créditos com Pessoas Ligadas	14.623	12.906
Ativo Regulatório – Revisão Tarifária de Transmissão	2.384	43.466
Outros Créditos	6.904	7.648
Investimentos	2.714.515	1.731.665
Imobilizado	6.692.236	7.006.218
Intangível	34.171	36.014
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.800.440	9.172.458
ATIVO TOTAL	12.402.436	12.847.939

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS

PASSIVO

(Em Milhares de Reais)

	Controladora BRGAAP	
	2010	2009
CIRCULANTE		
Empréstimos e Financiamentos	466.200	4.360.947
Debêntures	490.511	3.365
Fornecedores	115.127	83.978
Impostos, Taxas e Contribuições	56.371	64.057
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	46.819	917.054
Passivo Regulatório – Revisão Tarifária	41.663	-
Salários e Encargos Sociais	53.864	74.105
Encargos Regulatórios	90.312	40.253
Participações nos Lucros	25.491	22.894
Dívidas com Pessoas Ligadas	15.396	53.705
Obrigações Pós-emprego	17.033	18.895
Outras Obrigações	49.198	40.275
TOTAL DO CIRCULANTE	1.467.985	5.679.528
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e Financiamentos	1.867.885	983.614
Debêntures	2.800.444	275.869
Provisões	5.888	9.601
Obrigações Pós-emprego	413.310	411.064
Impostos, Taxas e Contribuições	81.243	47.263
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	530.627	710.842
Encargos Regulatórios	32.341	59.266
Concessões a Pagar	-	61.072
Outras Obrigações	116.569	38.197
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	5.848.307	2.596.788
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.296.785	2.896.785
Reservas de Lucros	879.697	644.569
Ajuste Avaliação Patrimonial –Hedge de Fluxo de Caixa.	1.393	-
Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	908.269	1.030.269
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.086.144	4.596.356
PASSIVO TOTAL	12.402.436	12.847.939

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS REGULATÓRIOS

(Em Milhares de Reais, exceto Lucro Líquido por lote de mil ações)

	Controladora BRGAAP	
	2010	2009
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	3.662.973	3.544.714
Receita de Uso da rede	626.774	811.191
Outras Receitas Operacionais	27.703	24.505
	4.317.450	4.380.410
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(982.015)	(904.538)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.335.435	3.475.872
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA		
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(370.019)	(148.198)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(258.404)	(274.264)
	(628.423)	(422.462)
CUSTO DE OPERAÇÃO		
Pessoal e Administradores	(211.348)	(211.872)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(73.133)	(55.332)
Obrigações Pós-Emprego	(23.694)	(20.668)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	-	(4.070)
Materiais	(17.949)	(16.363)
Serviços de Terceiros	(119.139)	(97.880)
Depreciação e Amortização	(362.916)	(427.213)
Provisões Operacionais	5.174	16.748
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(135.409)	(140.318)
Custo de Construção	(61.292)	-
Outras	12.592	(220)
	(987.104)	(957.188)
CUSTO TOTAL	(1.615.527)	(1.379.650)
LUCRO BRUTO	1.719.908	2.096.222
DESPESA OPERACIONAL		
Despesas com Vendas	2.343	(1.593)
Despesas Gerais e Administrativas	(119.812)	(199.081)
Outras Despesas Operacionais	(42.994)	(21.573)
	(160.463)	(222.247)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS)	1.559.445	1.873.975
Resultado de Equivalência Patrimonial	209.492	12.487
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	(413.686)	(245.753)
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	1.355.251	1.640.709
Imposto de Renda e Contribuição Social	(308.893)	(481.215)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.046.358	1.159.494

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Conciliação do lucro – regulatório x societário	2010	2009
Lucro regulatório	1.046.358	1.159.494
Estorno de ativos e passivos regulatórios	88.040	(122.835)
Impostos sobre os ajustes acima	(50.288)	66.497
Lucro líquido de acordo com a contabilidade societária	<u>1.084.110</u>	<u>1.103.156</u>

Conciliação do Patrimônio Líquido – regulatório x societário	2010	2009
Patrimônio Líquido regulatório	5.086.144	4.571.623
Estorno de ativos e passivos regulatórios	14.789	(119.279)
Impostos sobre os ajustes acima	(50.288)	66.497
Patrimônio Líquido de acordo com a contabilidade societária	<u>5.050.645</u>	<u>4.518.841</u>

INVESTIMENTOS**Geração**Aquisição de participação acionária – Lightger S.A.

A Cemig Geração e Transmissão adquiriu da Light S.A, em 18 de agosto de 2010, 49% do Capital Social total e votante da Lightger, sociedade de propósito específico, controlada da Light, detentora da autorização da exploração do empreendimento PCH Paracambi. A Cemig GT pagou pela aquisição o valor de R\$19.960 mil.

Expansão da Geração: principais empreendimentos concluídos em 2010.

Empreendimentos	Potência	Participação Cemig GT	Investimento até 2010 R\$ milhões	Entrada total em operação
Usina de Baguari	140 MW	34,00%	181	maio/10
PCH Pipoca	20 MW	49,00%	17	outubro/10

Expansão da Geração: principais empreendimentos em construção.

Empreendimentos	Potência	Participação Cemig GT	Investimento até 2010 R\$ milhões	Início/ previsto de operação
Usina de Santo Antônio	3.150 MW	10,00%	-	1º sem/2012
PCH Paracambi	25 MW	49,00%	37	2ºsem/2011
PCHs Dolores de Guanhões, Senhora do Porto, Fortuna II e Jacaré	44 MW	49,00%	10	(*)

(*) Empreendimentos em fase de estudo de viabilidade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os investimentos em expansão da geração, relacionados nas tabelas acima, referem-se à participação da Cemig no Empreendimento, com recursos próprios.

Revitalização do parque gerador da Cemig GT

A Cemig GT vem realizando amplo programa de revitalização de suas usinas. O objetivo é restabelecer a vida útil das plantas, estimada em 30 anos depois da revitalização.

Foi elaborado um grande e detalhado diagnóstico das usinas, que teve como objetivo levantar os investimentos necessários para revitalização das instalações. A boa qualidade da manutenção das usinas tem gerado excelentes resultados para a Cemig GT, porém a garantia de bons índices de Caixa e Equivalentes de Caixa futura requer um programa estruturado de reformas e modernizações, considerando a idade das instalações. O total de recursos necessários para estas revitalizações será da ordem de R\$1,7 bilhão, distribuído ao longo dos próximos 15 anos.

Programa de ampliação de PCHs

Visando a expansão da geração, através da exploração mais eficiente dos ativos existentes, foi estruturado o programa de ampliação de PCHs, que se encontra em fase de conclusão dos projetos básicos e dos estudos ambientais. No programa foram identificadas 19 PCHs da Cemig GT, que juntas totalizam 106 MW de potência instalada e que, com a ampliação, passarão à potência instalada de aproximadamente 303 MW, representando um acréscimo de 198 MW.

Plano Diretor de Automação

Entre as diversas metas cumpridas pela equipe DGT, destacamos o Plano de Automação das Usinas e Subestações da Cemig. O investimento plurianual total na automação das usinas das grandes e pequenas usinas é da ordem de R\$17 milhões.

Em Transmissão

A rede de transmissão da Emissora compõe-se de linhas de transmissão de energia com capacidade de voltagem igual ou superior a 230 kV e integra a rede de transmissão brasileira. A CEMIG transmite tanto a energia gerada em suas usinas como a energia comprada de Itaipu, do Sistema Interligado e de outras fontes.

Plano Diretor de Automação na Transmissão

Com a implementação da modalidade de tele assistência das subestações de transmissão da CEMIG GT finalizada em maio de 2010, o COS passou a controlar remotamente todas as subestações operadas pela Cemig Geração e Transmissão S.A.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No segundo ciclo de revisão tarifária da Cemig GT, a Aneel autorizou a realização de investimentos em melhorias no valor de R\$38.772 mil anuais para o ciclo 2009-2012, alcançando o montante de R\$155 milhões no período.

Investimentos em Subestações e Linhas de Transmissão

Principais empreendimentos concluídos:

Empreendimentos	Participação Cemig GT	Investido até 2010 R\$ milhões	Início da operação
LT Furnas - Pimenta	51,00%	18	25/03/2010
LT EBTE	49,00%	103	12/2010
LT Pirapora 2 – Várzea da Palma 1	100,00%	3	03/07/2010
SE S. G. do Pará	100,00%	11	22/05/2010
SE Jaguará	100,00%	9	07/08/2010

Principais empreendimentos em construção.

Empreendimentos	Participação CEMIG	Investido até 2010 R\$ milhões	Início da operação
SE Barreiro	100,00%	4	2011
SE Conselheiro Lafaiete	100,00%	7	2011

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2011 que, ao lucro líquido do exercício, no montante de R\$1.084 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.030 milhões (95% do lucro líquido) para pagamento de dividendos;
- R\$54 milhões para a constituição de Reserva Legal;

Adicionalmente, será proposto o pagamento de dividendos complementares, no valor de R\$101 milhões, utilizando o saldo de lucros acumulados em função da adoção das novas normas contábeis, cujos efeitos calculados de forma retroativa a 2010 foram registrados diretamente no Patrimônio Líquido.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES**

Adotamos um sistema de rodízio de nossos auditores independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Nossas demonstrações contábeis são auditadas pela KPMG Auditores independentes. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Cemig GT e da maior parte de suas controladas foram como segue:

Serviços	2010 R\$ mil	% em relação à auditoria	2009 R\$ mil	% em relação à auditoria
Auditoria	1.210	100,00	1.688	100,00
Serviços adicionais:				
- SOX	238	19,67	199	11,79
- CVA	159	13,14	-	-
Total Geral	1.607	132,81	1.887	111,79

Os serviços adicionais não configuram, na avaliação da Administração, em perda da independência dos Auditores Independentes e não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os riscos presentes na matriz corporativa da Cemig GT se referem aos eventos que possam impedir o alcance dos objetivos e das diretrizes estabelecidas pelo planejamento estratégico. A cadeia valor da Cemig GT abrange as áreas de negócios: Geração, Comercialização e Transmissão. São avaliados por sua probabilidade de ocorrência e por seu impacto nos diversos negócios da cadeia de valor. A Cemig GT atua sobre os riscos: (I) diminuindo seu impacto e/ou sua probabilidade mediante o refinamento dos controles; (II) implementando planos de ação; (III) transferindo-os por meio de contratação de seguros; (IV) aceitando-os (devido à efetividade do ambiente de controles e ao nível permitido de exposição financeira) ou; (V) evitando-os, evitando-os, subsidiando a Alta Administração nas tomadas de decisão para continuidade nos negócios.

A mensuração de riscos para a Cemig GT é definida pela Metodologia ORCA, fundamentada em quatro dimensões: Objetivos, Riscos, Controles e Alinhamento.

Ainda que a estrutura adotada para a gestão dos riscos corporativos da Cemig GT seja matricial e descentralizada, seu monitoramento é centralizado pela Gerência de Riscos Corporativos, o que gera informações relevantes com visão sistêmica. Essa estrutura permite que o processo de gestão de riscos corporativos interaja com outros componentes da gestão, dentre os quais podem ser citados os Comitês de Priorização do Orçamento, de Gerenciamento de Riscos de Energia, de Riscos Seguráveis, de Controle e Gestão, de Gerenciamento de Riscos Financeiros, além do atendimento à Lei Sarbanes-Oxley e à Auditoria Interna.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A Cemig GT analisa, também, os fatores de riscos levando-se em consideração os direcionadores de valor sob o foco desses agentes e a correspondente identificação dos riscos já mapeados, com o objetivo de permitir o aprimoramento da gestão, a partir do entendimento que as partes interessadas (stakeholders) enxergam como ameaça estratégica, possibilitando a identificação de riscos até então não mapeados na matriz de riscos.

Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Para disciplinar os comportamentos, atuações e decisões profissionais, a Cemig GT adota a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, disponível na Internet, no site http://ri.Cemig_GT.com.br, consolidada em 11 princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura.

Cada representante da Cemig GT (empregados, gerentes e administradores), no ato da posse do cargo ou no momento da celebração do contrato de trabalho, presta compromisso solene e assina declarando conhecer, observar e acatar os valores e princípios constantes da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional” da Cemig GT.

O cumprimento dos valores, princípios e responsabilidades relativas à Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional é monitorado pela Comissão de Ética da Cemig GT.

A Comissão de Ética, composta por um grupo de gerentes da Companhia, é a ferramenta de encaminhamento de denúncias sobre práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, tais como: 1) fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; 2) apropriação indevida de bens e recursos; 3) recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados e 4) contratações irregulares, através de canal aberto na intranet da Cemig GT – Canal de Denúncia Anônima.

SISTEMAS DE GESTÃO E MODELO DE EXCELÊNCIA

Dentre os diversos modelos existentes para suportar a gestão, a Cemig GT optou, em 1999 por utilizar os modelos baseados nas normas ISO da Série 9000 e 14000, assim como a OHSAS 18001. Considerando que a Empresa vem se estruturando cada vez mais na gestão baseada em processos, os sistemas de gestão se transformam na principal ferramenta dessa gestão, uma vez que essas normas são estruturadas em requisitos baseados na gestão de processos.

Para a certificação dos sistemas se considera:

- a NBR ISO 9001 – Certificação em gestão da qualidade
- a NBR ISO 14001 – Certificação em gestão ambiental – 100% das grandes Usinas e linhas de transmissão são certificadas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



- a OHSAS 18001 – Certificação em gestão de saúde e segurança do trabalho – 100% das grandes Usinas e das linhas de transmissão são certificadas.

Além das auditorias externas, os sistemas de qualidade passam por verificações internas periódicas. Além disso, a Cemig GT investe significativamente na capacitação dos colaboradores, com um investimento expressivo de horas de treinamentos relativas aos sistemas de gestão.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

Com foco no mapa estratégico corporativo a Cemig GT procura usar a tecnologia como fator de agregação de valor e diferencial competitivo.

Tecnologia e alternativas energéticas

A Cemig GT tem investido em projetos de utilização de fontes de energia renováveis, com destaque para biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, energia solar e geração eólio-elétrica. Adicionalmente, tem investido também em projetos de uso racional da energia, co-geração e geração distribuída, utilizando diferentes combustíveis como hidrogênio, gás natural, álcool e biodiesel e também veículos elétricos.

Alinhada às preocupações globais acerca das mudanças climáticas, a Cemig GT busca alternativas para viabilizar um futuro sustentável, como por exemplo evitar a utilização de combustíveis fósseis (recurso não renovável) na geração de energia.

Divulgado em novembro de 2010, o 24º Balanço Energético do Estado de Minas Gerais (BEEMG), mostra que 53% da oferta de energia no Estado é proveniente de fontes renováveis. No país, este número é 46%, e no mundo, apenas 12,7%, evidenciando a matriz energética mineira como uma referência em termos de sustentabilidade e explicitando o diferencial competitivo do Estado.

Energia Eólica

Pioneira no setor, a CEMIG, controladora da Cemig GT, foi a primeira concessionária brasileira a instalar uma usina eólica conectada ao sistema elétrico integrado, a Usina Eólio-Elétrica Experimental do Morro do Camelinho, em 1994. Atualmente, a Empresa desenvolve, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG - geradores eólio-elétricos de pequeno porte adaptados a instalações em regiões montanhosas, com potencial de atendimento a localidades remotas.

A Cemig GT lançou em maio de 2010 o Atlas Eólico de Minas Gerais, um mapeamento completo sobre a circulação geral dos ventos no território mineiro. Os dados coletados demonstram que a concentração das condições necessárias à implantação desses empreendimentos em áreas consideradas mais promissoras permite vislumbrar oportunidades de investimento, com a diluição dos custos de acesso e conexão ao Sistema Interligado Nacional – SIN. O levantamento tem grande relevância por orientar empreendedores e investidores em energia eólica. Além disso, fornece uma idéia do montante energético que Minas Gerais dispõe.

Relatório da Administração/Comentário do DesempenhoProjetos de Pesquisa e Desenvolvimento

O programa conta com a parceria da FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, que divulga as nossas demandas para a captação de propostas. Essas propostas são analisadas posteriormente pelo corpo técnico da Cemig GT, os chamados Fóruns Tecnológicos.

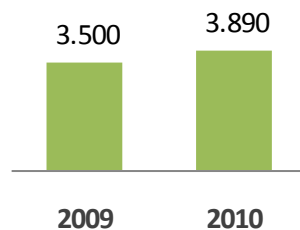
Por meio do edital público aberto, no período de 13/09 a 24/10/2010, foi lançado o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Cemig GT/ANEEL 2011, recebidas através do IEL/Fiemg.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

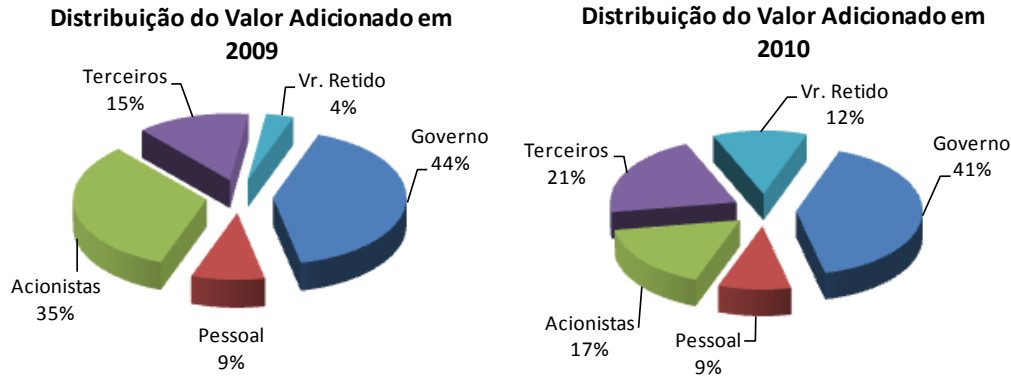
Como empresa prestadora de serviços públicos, a relação da Cemig GT com as comunidades onde atua não se restringe ao estágio de desenvolvimento econômico, mas também se refere diretamente ao estágio de desenvolvimento social.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$3.890 milhões de valor adicionado em 2010 em comparação a R\$3.500 milhões em 2009.

Valor Adicionado de 2009 e 2010

A distribuição do valor adicionado da Cemig GT entre os diversos segmentos, pode ser observada no gráfico a seguir, devendo ser destacada a parte retida pelo governo do total distribuído em 2010 e 2009, correspondente a 44% e 41% respectivamente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Recursos Humanos**

Os instrumentos de gestão destinados à administração de carreiras pela Cemig GT são caracterizados como um conjunto de políticas e práticas que oferecem suporte a decisões individuais na carreira, o gerenciamento desta e a comunicação entre os empregados e Empresa. Além disso, objetivam auxiliar a sua administração de forma a torná-la estratégica e integradora, com transparência, honestidade de intenções, sentimentos de segurança e clareza de regras.

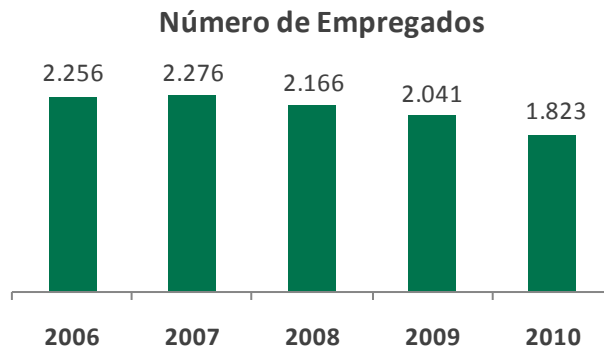
Atração e Retenção de Talentos

Considerando que o provimento de pessoal da Cemig GT é baseado nos pilares mobilidade interna, seleção interna e concurso público, a Cemig GT, após realizar os processos de mobilidade e de seleção interna no decorrer do ano de 2009, iniciou em 2010 a recomposição do quadro de empregados através da realização dos concursos públicos para o preenchimento de cargos especializados. Foram admitidos profissionais para atuarem nas áreas de Planejamento Energético e de Coordenação e Gestão de Transportes.

A Cemig GT, anualmente, investe no programa de estágios curriculares, oferecendo aos estudantes de nível universitário e aos técnicos profissionalizantes, oportunidades de complementação do ensino e da aprendizagem.

Programa de Desenvolvimento Gerencial

O Programa de Desenvolvimento da Liderança Cemig (PDLC) foca o desenvolvimento dos empregados designados para o exercício das funções de supervisores, gestores, gerentes e superintendentes, bem como dos empregados potenciais sucessores participantes do programa “Gestão Sucessória”, contemplando uma série de programas educacionais, dos quais se podem citar: Cemig Liderança em Gestão – Celig, Programa de Gestão Avançada, Programa de Desenvolvimento das Habilidades Pessoais para Potenciais Sucessores, Programa Trilhas da Liderança e Trilhas Internacionais.

Relatório da Administração/Comentário do DesempenhoQuadro de empregados**Cultura e Sociedade**

O quadro final dos patrocínios socioculturais de 2010, reforçou a característica da Cemig GT de continuidade nos projetos culturais estruturadores, na medida de que todos os projetos de manutenção de espaços de educação permanente, como Museus, Bibliotecas e Teatros foram mantidos e também todos os festivais de extensão universitária.

Foram atendidas demandas em todos os segmentos da cultura e em cerca de 30 municípios de Minas, além de BH, e contemplados projetos inovadores como o das Lendas do São Francisco, de Ronaldo Fraga, primeiro projeto de Moda aprovado junto ao Ministério da Cultura.

Nos patrocínios culturais a Empresa financiou ações com recursos próprios como convênios de apoio as ações do Instituto Estrada Real e a parceria com a Secretaria de Estado da Cultura na Instalação do “Centro de Arte Popular Cemig GT”, que virá a compor os “Circuitos Culturais da Praça da Liberdade” – ação estratégica do Governo de Minas.

As palavras de ordem foram continuidade, alinhamento com a estratégia da Empresa nos atributos Reputação e dimensão social e a atenção as políticas públicas, que garantem a perenidade e legitimação das ações.

Meio Ambiente

A Cemig GT possui uma Política Ambiental, publicada em 1990, da qual constam sete princípios que orientam suas atividades e direcionam seus esforços relacionados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Esses princípios são traduzidos em ações que têm a intenção de conscientizar empregados e parceiros sobre os principais desafios ambientais da Cemig GT e do mundo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



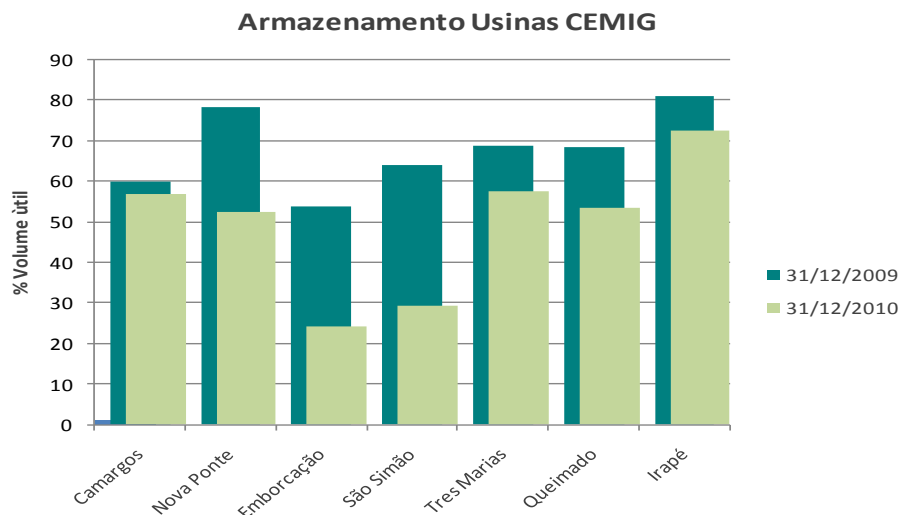
A Cemig GT desenvolve e gerencia uma série de iniciativas que buscam contribuir para o desenvolvimento sustentável. Dentre elas, podem-se destacar o programa de educação ambiental nas escolas, as reservas ambientais e os programas de preservação da flora e fauna e os programas direcionados à preservação de peixes.

Em 2010, o valor total aplicado pela Cemig Geração e Transmissão em meio ambiente foi de R\$62,18 milhões, sendo R\$25,43 milhões relacionadas à implantação de novos empreendimentos e R\$36,75 milhões na operação e manutenção de instalações e na realização de estudos e monitoramentos- incorporando R\$3,43 milhões em projetos de pesquisa relacionados a meio ambiente.

Dimensão Ambiental

A Cemig GT realiza uma série de atividades que visam à sustentabilidade ambiental. Dentre elas está o Programa de Educação e Comunicação Ambiental junto às comunidades do entorno dos seus reservatórios, estudantes, pescadores, ONGs, pesquisadores e formadores de opinião. A qualidade de água dos principais reservatórios é monitorada regularmente, em uma rede que contempla oito bacias hidrográficas de Minas Gerais e uma em Santa Catarina – Uruguai, 35 sub-bacias diferentes, perfazendo o total de 52 reservatórios e mais de 247 estações de coleta.

No gráfico a seguir pode ser observado o nível dos principais reservatórios de nossas usinas no exercício de 2010 comparado ao exercício de 2009.



Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental é conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o pronto atendimento aos órgãos ambientais competentes. Os estudos e monitoramentos são desenvolvidos por especialistas, o que inclui empresas de consultoria, centros de pesquisa e universidades.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2010 a Cemig GT obteve a renovação da Licença de Operação (LO) da UHE Irapé, a LOC do Sistema de Transmissão Regional Centro. O licenciamento ambiental das instalações de geração e transmissão da Cemig GT perfaz o total de 73%, apresentando aumento de 20% em relação a 2009.

Programas para a Ictiofauna

A Cemig GT desenvolve, desde 2007, o Programa Peixe Vivo, com o compromisso de aumentar esforços na busca de soluções para evitar/mitigar impactos sobre a ictiofauna e ampliar os programas de conservação de peixes, em parceria com as comunidades, pescadores e universidades.

O programa de peixamentos coordenado pelas Estações de Piscicultura de Volta Grande, Machado Mineiro e Itutinga, nos últimos cinco anos, soltou uma média de 520 mil indivíduos. Em 2010 foram soltos 522.851 indivíduos totalizando 11.749 kg de peixes soltos nos reservatórios da Cemig GT em 65 peixamentos.

A Cemig GT está criando o Centro de Excelência em Ictiologia de Volta Grande (CEIVG), no Triângulo Mineiro. A intenção da Companhia é tornar o Centro uma referência nacional na gestão de recursos pesqueiros, desenvolvendo e transferindo tecnologia. Em parceria com órgãos ambientais e universidades, que terão o Centro como suporte de campo, será assegurado conhecimento e avanços no manejo da ictiofauna das bacias dos rios Grande, Araguari e Paranaíba.

Flora e Fauna

Para ampliar o conhecimento e a disponibilização de informações sobre a fauna e flora em suas áreas de atuação, a Cemig GT mantém estações ambientais que somam mais de quatro mil hectares em dois importantes biomas; a Mata Atlântica e o Cerrado. O conhecimento adquirido nesses estudos é compartilhado com a sociedade por meio de parcerias e projetos de educação ambiental executados pela companhia.

Por meio de uma parceria firmada entre a Cemig GT e o IBAMA, na Estação Ambiental de Peti, é desenvolvido o Projeto ASAS - Área de Soltura de Aves Silvestres que em 2010 recebeu 638 animais provenientes de apreensões do tráfico de animais. Por meio do projeto, os animais são recebidos, recuperados e reintroduzidos na natureza em locais criteriosamente definidos em semelhança ao habitat natural das espécies.

Na UHE Baguari, em seu Projeto de Reflorestamento das Margens do Reservatório, foram plantadas 97.275 mudas de 72 espécies diferentes da Mata Atlântica nas áreas de entorno do reservatório totalizando 112,52 hectares.

A qualidade da água dos reservatórios da Cemig GT é monitorada regularmente, em uma rede que contempla as principais bacias hidrográficas de Minas Gerais, perfazendo um total de 41 reservatórios e mais de 150 estações de coleta de dados físicos químicos e biológicos.

Relatório da Administração/Comentário do DesempenhoEducação Ambiental

Desde 2001, a Cemig GT, em parceria com a Fundação Biodiversitas, desenvolve o Programa Cemig GT de Educação Ambiental nas Escolas - Terra da Gente, que em 2010 contemplou 318 escolas da região de Campo das Vertentes e Sul de Minas. Mais de 91 mil alunos receberam materiais pedagógicos especialmente elaborados para o programa e mais de 5,6 mil professores foram treinados.

O Programa de Educação Ambiental desenvolvido nas estações ambientais e usinas recebeu em 2010, 23.077 alunos e professores de diferentes escolas da capital e interior. Durante as visitas foram transmitidas informações sobre geração de energia e sua relação com o meio ambiente, bem como mensagens sobre o desenvolvimento sustentável e a necessidade de conservação dos ecossistemas.

Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig GT em 2010, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Índice Dow Jones de Sustentabilidade

A CEMIG, controladora da Cemig GT, foi selecionada, pelo 11º ano consecutivo, para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index – DJSI World, em sua edição 2010/2011, juntamente com outras 318 empresas de 27 países. A CEMIG GT continua sendo a única empresa do setor elétrico da América Latina a fazer parte desse índice internacional, desde 2000, quando foi anunciada a primeira edição do índice.

O levantamento para seleção das empresas abrangeu 2.500 empresas de 57 ramos industriais, em todo o mundo, sendo o processo de pesquisa e seleção auditado pela Deloitte. O índice é revisado anualmente com base em questionários enviados às empresas e, também, informações públicas disponíveis em relatórios anuais e websites que refletem a atuação da empresa nas dimensões econômica, ambiental e social. O critério para seleção dessas empresas é conduzido pelo Sustainable Asset Management – SAM, empresa de gestão de ativos, independente, voltada para investimentos sustentáveis, com sede na Suíça.

Fazer parte do Índice Dow Jones de Sustentabilidade reflete o compromisso da Cemig GT com a geração atual e com as gerações futuras. A Cemig GT busca continuamente aprimorar suas práticas de sustentabilidade empresarial, alinhando-se às melhores práticas de gestão corporativa, respeito ao meio ambiente e ao bem-estar da sociedade, sendo importante ressaltar a contribuição da Cemig GT para esse reconhecimento.

Relatório da Administração/Comentário do DesempenhoPrêmio Brasil de Meio Ambiente

A Cemig GT Geração e Transmissão foi escolhida como vencedora do 4º Prêmio Brasil de Meio Ambiente na categoria “Melhor Trabalho de Preservação em Fauna e Flora”. A concessionária concorreu com o Programa Peixe Vivo, criado em 2007 com o objetivo de preservar as espécies nativas de peixes nas bacias hidrográficas onde a Empresa tem usinas, favorecendo as comunidades que utilizam os recursos hídricos como fator de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig GT é grata ao Governo de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



BALANÇO SOCIAL DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (não auditado)

1) Base de Cálculo	2010			2009 (Reclassificado)		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			3.914.669			3.577.694
Resultado Operacional (RO)			1.466.369			1.536.063
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			260.778			251.372
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	15.720	6,03	0,40	14.741	5,86	0,42
Encargos sociais compulsórios	61.800	23,70	1,58	55.252	21,98	1,58
Previdência privada	16.297	6,25	0,42	29.332	11,67	0,84
Saúde	8.169	3,13	0,21	7.136	2,84	0,20
Segurança e medicina no trabalho	2.055	0,79	0,05	2.180	0,87	0,06
Educação	243	0,09	0,01	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	15.657	6,00	0,40	8.003	3,18	0,23
Creches ou auxilio-creche	424	0,16	0,01	401	0,16	0,01
Participação nos lucros ou resultados	3.894	1,49	0,10	55.332	22,01	1,58
Outros	3.959	1,52	0,10	3.771	1,50	0,11
Total - Indicadores Sociais Internos	128.218	49,17	3,28	176.148	68,88	4,95
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	-	-	-	517	0,03	0,01
Cultura	9.906	0,68	0,25	16.606	0,87	0,48
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN	4.497	0,31	0,11	-	-	-
Total das Contribuições para a Sociedade	14.403	0,98	0,37	17.123	0,90	0,49
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.576.395	107,50	40,27	1.638.816	86,25	46,89
Total – Indicadores Sociais Externos	1.605.201	109,47	41,00	1.655.939	87,15	47,38
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Companhia	52.573	3,59	1,34	63.000	3,32	1,80
Investimentos em programas e/ou projetos externos *	-	-	-	-	-	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	52.573	3,59	1,34	63.000	3,32	1,80
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			1.823			2.041
Nº de admissões durante o período			1			-
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			ND			ND
Nº de estagiários (as)			94			83
Escolaridade dos Empregados						
- Superior e extensão universitária			761			816
- 2º Grau			927			1.068
- 1º Grau			105			119
- Até 1º Grau incompleto			30			64
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			784			951
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			272			301
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			17,04%			12,50%
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			567			619
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			13,63%			-
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			11			8
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2010			Metas 2011		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia			16,85			ND
Número total de acidentes de trabalho			24			ND
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Companhia foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia ND	no Procon ND	na Justiça ND	na Companhia ND	no Procon ND	na Justiça ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	ND %	ND %	ND %	ND %	ND %	ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2010: 3.889.929			Em 2009: 3.500.414		
	41,37% governo	9,49% colaboradores (as)		43,71% governo	10,22% colaboradores (as)	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	15,63% acionistas	21,27% terceiros		35,07% acionistas	14,55% terceiros	-3,55% retido
7) Outras Informações						

I. Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Esses procedimentos tendem a evoluir para a determinação de metas anuais de redução de resíduos.

II. A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível é realizada anualmente e não possui metas de redução.

* Foram contabilizados na linha "Investimentos relacionados com a produção/operação da Companhia".

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS**

Descrições	2008	2009	2010
Atendimento			
Número de consumidores	176	196	264
Número de empregados	2.166	2.041	1.823
Energia vendida por empregado - MWh	15.151	16.790	19.989
Mercado			
Geração própria	31.163	32.830	33.082
Preço médio de fornecimento – excluindo ICMS (R\$/MWh) – Industrial	83,55	92,28	95,97
Operacionais			
Número de Usinas em Operação	46	49	66
Número de Subestações	83	84	84
Linhas de Transmissão (Km)	4.874	7.506	8.768
Capacidade Instalada (MW)	6.250	6.754	6.896
Financeiros			
Receita operacional – R\$ milhões	3.800	4.435	4.941
Receita operacional líquida - R\$ milhões	2.937	3.536	3.915
Margem operacional - %	57,88	50,69	50,56
LAJIDA ou EBITDA - R\$ milhões	1.924	2.258	2.353
Lucro líquido - R\$ milhões	986	1.103	1.084
Lucro líquido por lote de 1000 ações	340	381	374
Patrimônio líquido - R\$ milhões	4.528	4.519	5.051
Valor patrimonial por lote de mil ações	1.563	1.560	1.744
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	32,72	24,36	23,72
Endividamento do patrimônio líquido - %	111,12	212,50	190,37
Liquidez Corrente	0,94	0,68	2,06
Liquidez Geral	0,39	0,47	0,42

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA**

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	
Membros Efetivos	Membros Suplentes
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	Paulo Sérgio Machado Ribeiro
Djalma Bastos de Moraes	Lauro Sérgio Vasconcelos David
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Antônio Adriano Silva	Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Francelino Pereira dos Santos	Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Maria Estela Kubitschek Lopes	Fernando Henrique Schuffner Neto
João Camilo Penna	Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Guy Maria Vilela Paschoal	Cezar Manoel de Medeiros
Eduardo Borges de Andrade	Ricardo Antônio Mello Castanheira
Otávio Marques de Azevedo	Renato Torres de Faria
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Newton Brandão Ferraz Ramos
Ricardo Coutinho de Sena	Paulo Márcio de Oliveira Monteiro
Saulo Alves Pereira Junior	Tarcísio Augusto Carneiro

CONSELHO FISCAL	
Membros Efetivos	Membros Suplentes
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Luiz Guaritá Neto	Ari Barcelos da Silva
Thales de Souza Ramos Filho	Aliomar Silva Lima
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	Newton de Moura
Helton da Silva Soares	Rafael Cardoso Cordeiro

DIRETORIA EXECUTIVA	
Nome	Cargo
Djalma Bastos de Moraes	Diretor-Presidente
Arlindo Porto Neto	Diretor Vice-Presidente
Luiz Fernando Rolla	Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações
Fernando Henrique Schuffner Neto	Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial das Controladas e Coligadas
Luiz Henrique de Castro Carvalho	Diretor de Geração e Transmissão
Frederico Pacheco de Medeiros	Diretor de Gestão Empresarial
Fuad Jorge Noman Filho	Diretor de Gás
José Raimundo Dias Fonseca	Diretor Comercial
Maria Celeste Moraes Guimarães	Diretora Jurídica
Luiz Henrique Michalick	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
José Carlos de Mattos	Diretor

RELAÇÕES COM INVESTIDORES**Superintendência de Relações com Investidores**

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônicoSite: www.cemig.com.brE-Mail: ri@cemig.com.br

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E BALANÇO DE ABERTURA EM 1º DE JANEIRO DE 2009****(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)****1 . CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais –CEMIG (“CEMIG”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a Empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a Empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui 48 Usinas, sendo 43 Usinas Hidrelétricas, 4 Eólicas e 1 Termelétrica e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão.

A Companhia possui participação societária nas seguintes Controladas:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (Controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou operações em 2009;
- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (Controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operações em agosto de 2009;

Notas Explicativas

- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (Controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou as operações de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010;
- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (anteriormente, denominada Terna Participações S.A., Controlada em conjunto)– Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 Estados do País e participação a seguinte sociedade por ela controlada de transmissão: ETAU – Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.; Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Central Eólica Praias do Morgado”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em maio de 2010;
- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em setembro de 2010.
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Hidrelétrica Pipoca”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. A hidrelétrica iniciou operação em outubro de 2010;

Controladas em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virgíópolis. Todas no Estado de Minas Gerais. As usinas têm previsão de início de operação em agosto de 2011.
- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari Energia”) (Controlada) – Produção e a comercialização de energia elétrica em Regime de produção independente em futuros Empreendimentos;

Notas Explicativas



- Madeira Energia S.A. (“Madeira Energia”) (Controlada em conjunto) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e previsão de início de operação comercial em 2012;
- Lightger (“Light Ger”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro. Previsão de entrada em operação da primeira máquina em outubro de 2011.
- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (Controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, por meio das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. Previsão de entrada em operação em abril de 2011;

2 . BASE DE PREPARAÇÃO

2.1) Apresentação das Demonstrações financeiras

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”); normas da Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”).

As Demonstrações Contábeis consolidadas foram elaboradas em conformidade as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas são as primeiras demonstrações consolidadas preparadas conforme as IFRS nas quais o CPC 37 (“Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade”) foi aplicado.

As Demonstrações Contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Notas Explicativas



Contudo, não há diferença entre o Patrimônio Líquido e o resultado consolidado apresentado de forma consolidada e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as Demonstrações Contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Os impactos decorrentes da adoção das novas normas de contabilidade brasileiras e das IFRS estão descritos em maiores detalhes no item 2.2 desta Nota.

Em 28 de março de 2011 a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e o consequente envio ao Conselho de Administração para aprovação.

2.2) Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;

2.3) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Notas Explicativas



As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Créditos Tributários, Obrigações Pós-Emprego, Depreciação, Provisões para Contingências e Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

2.5) Isenções

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

- Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – A Companhia considerou impraticável a aplicação retroativa da interpretação em função do volume e idade dos seus ativos de distribuição na Cemig D e Light SESA e de transmissão da Cemig GT, denominados concessões antigas. Dessa forma, foram utilizados os saldos contábeis desses ativos na data de transição.
- Avaliação do valor justo dos ativos de geração – ICPC 10 - A Interpretação incentiva fortemente que na adoção inicial do Pronunciamento CPC 27 (IAS 16) seja estabelecido um valor justo daqueles bens ou conjuntos de bens de valores relevantes ainda em operação e que apresentem valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo. A Companhia fez uma avaliação a valor justo dos seus ativos de geração mais antigos, pertencentes a Cemig GT, Rosal, Sá Carvalho, Light e Cemig PCH. Para os demais ativos, a Companhia entende que o custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável é a prática que melhor representa seus ativos imobilizados;
- Isenção de combinação de negócios – CPC 15 – A Companhia não aplicou retroativamente o CPC 15 para as combinações de negócios que ocorreram em data anterior a data de transição.

2.6) Harmonização das normas contábeis brasileiras às IFRS

A Lei nº 11.638/07, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, no capítulo relativo à divulgação e preparação de Demonstrações financeiras, que vieram a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos.

Parte das mudanças de práticas contábeis está em vigor desde 1º de janeiro de 2008 e tiveram como objetivo aumentar a transparência das Demonstrações financeiras das companhias brasileiras e a eliminação de algumas barreiras regulatórias que dificultavam o processo de harmonização dessas Demonstrações às IFRS.

Notas Explicativas



Em continuidade ao processo de harmonização das normas contábeis brasileiras aos IFRS, iniciado em 2008, o CPC emitiu diversos pronunciamentos no exercício de 2009, com aplicação obrigatória para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativas a 2009 para fins de comparabilidade, aprovados também pela CVM, alterando determinadas práticas contábeis adotadas pela Companhia até o exercício anterior.

A Companhia optou por elaborar o Balanço Patrimonial de transição em 01 de janeiro de 2009 (31 de dezembro de 2008) como o ponto inicial de atendimento aos requerimentos dos novos Pronunciamentos. As modificações introduzidas pela referida legislação se caracterizam como mudança de prática contábil, e todos os ajustes com impacto nos resultados anteriores aos exercícios apresentados foram efetuados contra a rubrica de Lucros Acumulados.

Para fins de divulgação das Demonstrações financeiras comparativas a Companhia seguiu a Deliberação CVM 506 de 19 de junho de 2006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação e, consequentemente, reapresentando as Demonstrações financeiras de 2009.

2.7) Principais impactos e alterações nas Demonstrações financeiras em função da adoção dos novos Pronunciamentos emitidos pelo CPC e normas IFRS

Os principais efeitos nas Demonstrações Contábeis da Companhia em função da adoção em 2010 dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis de nºs 15 a 43, das Interpretações Técnicas de nºs 1 a 16 e das orientações técnicas de nº de 3 a 5 além das normas IFRS estão descritos a seguir:

a) Interpretação Técnica ICPC.01 (IFRIC 12) e Orientação OCPC.05 – Contratos de Concessão

Esta Interpretação especifica condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance:

- o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço;
- o concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer, participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Quando da análise dos contratos de concessão da Companhia, constatou-se que as condições acima mencionadas se aplicam para os contratos de transmissão de energia e de geração eólica, não se aplicando aos contratos de geração hidráulica e térmica.

Notas Explicativas



De acordo com a Interpretação, quando um concessionário é remunerado pelos usuários dos serviços públicos, em decorrência da obtenção do direito de cobrá-los a um determinado preço e período pactuado com o Poder Concedente, o valor despendido pelo concessionário na aquisição desse direito é reconhecido no Ativo Intangível.

Por outro lado, quando o responsável pela remuneração dos investimentos feitos pelo concessionário for o Poder Concedente e o contrato estabelecer que há o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro, independentemente do uso efetivo da infraestrutura (demanda) ao longo do prazo de concessão, é necessário o reconhecimento do Ativo Financeiro.

Considerando as características das concessões de distribuição da Companhia, foi utilizado na adoção inicial o modelo bifurcado, com o desmembramento da infraestrutura de concessão entre Ativo Intangível e Ativo Financeiro.

Aplicação na atividade de transmissão:

Na atividade de transmissão a infraestrutura recebida ou construída é recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) parte a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo poder concedente (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores) por meio do faturamento mensal da receita anual permitida (RAP) durante o prazo de concessão; e (b) parte como indenização (para os casos que existe o direito contratual) dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Tendo em vista que não existe risco de demanda na atividade de transmissão, a receita decorre apenas da disponibilização da rede, sendo que para a infraestrutura não utilizada até o final da concessão existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, a infraestrutura utilizada na concessão foi integralmente registrada como um Ativo Financeiro.

Os critérios de aplicação da ICPC 01 na atividade de transmissão para as concessões antigas, referentes aos ativos da Cemig GT, e para as concessões de transmissão novas, referentes aos ativos das demais empresas controladas em conjunto, são como segue:

Concessões de transmissão novas:

Para as novas concessões de transmissão, os cálculos foram feitos de forma retroativa ao início de vigência do contrato de concessão, sendo os custos relacionados à construção da infraestrutura registrados no resultado quando da sua apuração e registrando-se uma receita de construção a valor justo, que inclui, para alguns contratos, margem de lucro.

Notas Explicativas



Deve ser ressaltado que o registro no resultado dos custos de infraestrutura somente ocorreu para os ativos que serão utilizados durante a concessão. A parcela dos ativos que não será utilizada durante a concessão foi registrada como um ativo financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

Também para as novas concessões foi registrada no ativo, durante o período da construção, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, ajustada pelo valor justo.

Após a adoção inicial, os ativos financeiros das concessões novas passaram a gerar uma receita financeira pela atualização da receita registrada com base na taxa efetiva de retorno.

Os impactos no Patrimônio Líquido em função da adoção do ICPC 01 para as novas concessões de transmissão estão demonstrados nesta Nota Explicativa.

Concessões de transmissão antigas:

Para as concessões de transmissão antigas, a Companhia considera que em função do volume e idade dos ativos, não haveria condições de aplicar a ICPC.01 de forma retroativa. Dessa forma, com base na aprovação do seu Conselho de Administração em 28 de março de 2011, foram utilizados na adoção os saldos contábeis dos ativos.

Os ativos, anteriormente registrados no Imobilizado, foram integralmente alocados como um ativo financeiro.

Os impactos no patrimônio líquido em função da adoção do ICPC.01 para as novas concessões de transmissão estão demonstrados nesta Nota Explicativa, sendo que para as concessões de transmissão antigas não ocorreu impacto, tendo em vista que foram utilizados na adoção os saldos contábeis originalmente registrados.

Aplicação na atividade de geração eólica:

A interpretação técnica ICPC.01 (IFRIC 12) é aplicável para a atividade de geração eólica em função da infraestrutura ser utilizada durante a concessão, ou seja, os ativos são, em sua maior parte, integralmente depreciados durante o período de vigência da concessão.

Adicionalmente, o preço de venda da energia é definido em conformidade ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, ou seja, a venda da energia proveniente das usinas eólicas não é realizada em mercado de livre negociação.

Notas Explicativas



Dessa forma, os saldos dos ativos, anteriormente registrados no ativo imobilizado, foram transferidos para o ativo intangível.

Os cálculos foram feitos de forma retroativa ao início de vigência do contrato de concessão, sendo os custos relacionados à construção da infraestrutura registrados no resultado quando da sua apuração e registrando-se uma receita de construção a valor presente que inclui os impostos incidentes sobre a receita e margem de lucro.

b) Pronunciamento CPC. 27 (IAS 16) e Interpretação Técnica ICPC.10 – Ativo Imobilizado

A Companhia fez uma avaliação do valor justo dos seus ativos de geração mais antigos registrados nas controladas e controladas em conjunto Cemig GT, Sá Carvalho, Rosal, Horizontes, Light e Cemig PCH, sendo contratada empresa especializada para avaliação dos ativos de geração e Light Energia e a definição do seu valor justo pelo custo de reposição. Não foi alterada a vida útil dos ativos, tendo em vista que a Companhia adotou aquelas estimadas e definidas pela ANEEL.

Para os demais ativos de geração, a Companhia entende que os valores contábeis refletem basicamente o seu valor justo, não sendo feita nova avaliação dos ativos.

A nova avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro em conta específica do Patrimônio Líquido de cada uma das controladas em conta denominada “Ajustes de avaliação patrimonial”, com o ajuste também reflexo no Patrimônio líquido da Companhia.

c) Orientação OCPC.05 – Contratos de Concessão - Outorgas onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos ao Poder Concedente, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração.

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, entretanto, a Companhia reconhecia as despesas incorridas de forma linear, tendo como base o valor nominal corrigido.

Entretanto, a partir do exercício de 2010, a Companhia alterou, de forma retroativa, a prática contábil para registro dessas outorgas onerosas, por entender que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, sendo registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

Notas Explicativas

O Ativo Intangível é amortizado a partir da entrada em operação da usina, sendo que a obrigação registrada a valor presente no passivo também é atualizada mensalmente com base nas premissas financeiras que foram utilizadas para registro inicial dessa obrigação.

d) Pronunciamento CPC.20 (IAS 23) - Encargos Capitalizados

Em função do pronunciamento mencionado, foram alterados os critérios para capitalização dos custos de empréstimos que são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, sendo estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos dos empréstimos que estão em vigência e que não estão vinculados diretamente a obras específicas.

Esse procedimento implica na transferência de custos para as obras em montantes superiores aos apurados de acordo com a prática contábil anterior, quando eram transferidos apenas os custos dos empréstimos e financiamentos que eram diretamente vinculados às obras, e os custos dos demais empréstimos e financiamentos eram integralmente registrados no resultado.

e) Pronunciamento CPC.27 (IAS 16) e ICPC.01 (IFRIC 12) – Rateio da Taxa de Administração

Até o exercício de 2009 a legislação do setor elétrico determinava que poderia ser apropriado mensalmente ao custo do imobilizado em curso até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados, através de critério de rateio.

Esse procedimento está em desacordo com os novos pronunciamentos contábeis, sendo que a Companhia realizou o estorno desses valores que haviam sido incluídos no custo dos seus ativos em 2009 no montante de R\$2.204.

f) Pronunciamento CPC.33 (IAS 19) - Obrigações Pós-Emprego

A Companhia registra, desde o exercício de 2000, os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego.

Apesar do Pronunciamento CPC.33 não apresentar alterações significativas no cálculo atuarial das obrigações pós-emprego em relação aos critérios anteriores, determina que na adoção do Pronunciamento sejam registradas as perdas atuariais acumuladas de períodos anteriores no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009 ainda não reconhecidos e que se encontravam somente divulgadas em nota explicativa.

Dessa forma, a Companhia registrou uma obrigação adicional no valor de R\$147.646 em contrapartida ao Patrimônio Líquido, referente as perdas atuariais ainda não reconhecidas em 01 de janeiro de 2009.

Notas Explicativas

Adicionalmente, e exclusivamente para as obrigações pós-emprego com aposentadoria, tendo em vista que a Companhia tem uma dívida pactuada com o Fundo de Pensão para a amortização de obrigações atuariais e que essa dívida é superior a obrigação definida pelo atuário em conformidade ao CPC.33, foi feito um registro adicional no passivo para que a obrigação registrada reflita exatamente a obrigação com o fundo de pensão, no montante de R\$111.550, conforme maiores detalhes na nota explicativa nº 19.

Dessa forma, tendo em vista que para as obrigações pós-emprego com aposentadoria o valor registrado no passivo corresponde à dívida, a atualização monetária e os juros incidentes sobre essa dívida estão registrados na despesa financeira. Para as demais obrigações pós-emprego com plano de saúde, odontológico e seguro de vida, as despesas são registradas como operacionais.

g) Ativos e passivos regulatórios – Estrutura Conceitual

A definição se os ativos e passivos regulatórios estariam dentro da estrutura conceitual das normas internacionais vem sendo discutida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Internacionais – IASB desde 2005, através de consecutivas reuniões do IFRIC (Comitê de Interpretações de Normas Contábeis).

Em função destas discussões, uma minuta de pronunciamento relacionada aos procedimentos a serem adotados para o registro de ativos e passivos regulatórios nas empresas reguladas foi emitido pelo IASB em 2009 para análise e recebimento de contribuições. Em 2010, devido ao número expressivo de contribuições recebidas, o IASB decidiu postergar a conclusão do projeto para o último trimestre de 2011.

Portanto, para o exercício de 2010, não existe nenhuma norma específica em vigor que permita o reconhecimento destes ativos e passivos regulatórios.

Dessa forma, a Companhia realizou a baixa dos ativos e passivos regulatórios de suas Demonstrações Contábeis, estando apresentados na nota explicativa nº 29 os principais saldos dos itens regulatórios que não foram registrados nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

h) Pronunciamento CPC 32 (IAS 12) – Impostos incidentes sobre os ajustes de adoção das novas normas contábeis

Em decorrência dos ajustes mencionados anteriormente nesta nota relacionados à adoção das novas normas contábeis, a Companhia efetuou o registro dos impostos incidentes sobre esses ajustes conforme demonstrado a seguir na conciliação dos balanços patrimoniais e na demonstração de resultado.

Notas Explicativas

Conciliação do Balanço Patrimonial

A conciliação do Balanço Patrimonial para os ajustes efetuados em função da adoção das novas práticas contábeis são como segue:

A composição dos efeitos no Patrimônio Líquido estão demonstrados no item 2.8 desta nota.

ATIVO	Item	Consolidado			Controladora		
		01/01/2009 GAAP Anterior	Ajustes	01/01/2009 IFRS	01/01/2009 GAAP Anterior	Ajustes	01/01/2009 BRGAAP
CIRCULANTE							
Caixa e Equivalentes de Caixas	05	862.098	-	862.098	852.213	-	852.213
Consumidores e Revendedores	06	357.733	-	357.733	356.959	-	356.959
Concessionários - Transporte de Energia		50.186	-	50.186	50.186	-	50.186
Ativo Financeiro da Concessão		-	39.938	39.938	-	39.938	39.938
Tributos Compensáveis	07	106.932	-	106.932	106.046	-	106.046
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		167.181	-	167.181	167.138	-	167.138
Revendedores - Transações com Energia Livre		15.076	-	15.076	15.076	-	15.076
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		21.118	(21.118)	-	21.118	(21.118)	-
Estoques		4.024	-	4.024	4.024	-	4.024
Outros Créditos		63.268	-	63.268	58.814	-	58.814
TOTAL DO CIRCULANTE		1.647.616	18.820	1.666.436	1.631.574	18.820	1.650.394
NÃO CIRCULANTE							
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	08	83.347	109.041	192.388	83.347	109.041	192.388
Revendedores - Transações com Energia Livre		4.107	(4.107)	-	4.107	(4.107)	-
Tributos Compensáveis	07	18.158	-	18.158	18.158	-	18.158
Depósitos Vinculados a Litígios	09	49.532	-	49.532	49.532	-	49.532
Crédito com Pessoas Ligadas		9.853	-	9.853	9.853	-	9.853
Outros Créditos		14.999	-	14.999	11.995	-	11.995
		179.996	104.934	284.930	176.992	104.934	281.926
Ativo Financeiro da Concessão	10	-	695.006	695.006	-	691.496	691.496
Investimentos	11	13.476	-	13.476	191.367	-	191.367
Imobilizado	12	5.807.190	1.046.973	6.854.163	5.573.135	1.050.483	6.623.618
Intangível	13	24.781	22.140	46.921	24.669	10.573	35.242
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.025.443	1.869.053	7.894.496	5.966.163	1.857.486	7.823.649
TOTAL DO ATIVO		7.673.059	1.887.873	9.560.932	7.597.737	1.876.306	9.474.043

Notas Explicativas



PASSIVO	Item	Consolidado			Controladora		
		01/01/2009 GAAP Anterior	Ajustes	01/01/2009 IFRS	01/01/2009 GAAP Anterior	Ajustes	01/01/2009 BRGAAP
CIRCULANTE							
Fornecedores	15	146.652	-	146.652	125.486	-	125.486
Encargos Regulatórios	18	94.363	-	94.363	94.363	-	94.363
Participações nos Lucros		26.737	-	26.737	26.737	-	26.737
Impostos, Taxas e Contribuições	16	78.623	(15.854)	62.769	78.339	(15.854)	62.485
Imposto de Renda e Contribuição Social							
Diferidos		76	-	76	-	-	-
Juros Sobre Capita Próprio e Dividendos	25						
a Pagar		539.042	-	539.042	539.042	-	539.042
Empréstimos e Financiamentos	17	372.693	-	372.693	370.492	-	370.492
Debêntures	17	362.606	-	362.606	362.606	-	362.606
Salários e Contribuições Sociais		64.500	-	64.500	64.433	-	64.433
Obrigações Pós-emprego	19	17.970	-	17.970	17.970	-	17.970
Dívidas com Pessoas Ligadas		3.908	-	3.908	3.908	-	3.908
Provisão para Perdas em Instrumentos							
Financeiros		14.699	-	14.699	14.699	-	14.699
Outras Obrigações		69.036	(7.662)	61.374	55.144	(7.662)	47.482
TOTAL DO CIRCULANTE		1.790.904	(23.516)	1.767.388	1.753.219	(23.516)	1.729.703
NÃO CIRCULANTE							
Encargos Regulatórios	18	4.352	-	4.352	4.352	-	4.352
Empréstimos e Financiamentos	17	1.733.860	-	1.733.860	1.703.205	-	1.703.205
Debêntures	17	271.752	-	271.752	271.752	-	271.752
Impostos, Taxas e Contribuições	16	17.968	-	17.968	17.968	-	17.968
Imposto de Renda e Contribuição Social							
Diferidos		64.542	647.113	711.655	64.542	647.113	711.655
Provisões para Contingências	20	7.322	-	7.322	7.322	-	7.322
Obrigações Pós-emprego	19	260.618	147.646	408.264	260.618	147.646	408.264
Concessões a Pagar		-	69.186	69.186	-	57.619	57.619
Outras Obrigações		40.602	-	40.602	33.620	-	33.620
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.401.016	863.945	3.264.961	2.363.379	852.378	3.215.757
TOTAL DO PASSIVO		4.191.920	840.429	5.032.349	4.116.598	828.862	4.945.460
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS CONTROLADORES	21						
Capital Social		2.896.785	-	2.896.785	2.896.785	-	2.896.785
Reservas de Lucros		584.354	-	584.354	584.354	-	584.354
Reserva de Ajustes de Avaliação							
Patrimonial		-	1.169.809	1.169.809	-	1.169.809	1.169.809
Lucro (Prejuízo) Acumulados		-	(122.365)	(122.365)	-	(122.365)	(122.365)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.481.139	1.047.444	4.528.583	3.481.139	1.047.444	4.528.583
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.673.059	1.887.873	9.560.932	7.597.737	1.876.306	9.474.043

Notas Explicativas



ATIVO	Item	Consolidado			Controladora		
		31/12/2009 GAAP Anterior	Ajustes	31/12/2009 IFRS	31/12/2009 GAAP Anterior	Ajustes	31/12/2009 BRGAAP
CIRCULANTE							
Caixa e Equivalentes de Caixas	05	3.043.715	-	3.043.715	2.834.476	-	2.834.476
Consumidores e Revendedores	06	393.275	171.413	564.688	364.149	-	364.149
Concessionários - Transporte de Energia		67.727	-	67.727	67.727	-	67.727
Ativo Financeiro da Concessão		-	41.207	41.207	-	41.207	41.207
Tributos Compensáveis	07	67.587	-	67.587	64.764	-	64.764
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		177.997	-	177.997	147.755	-	147.755
Revendedores - Transações com Energia Livre		46.028	-	46.028	46.028	-	46.028
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		14.222	(14.222)	-	14.222	(14.222)	-
Revisão Tarifária da Transmissão		75.813	(75.813)	-	75.813	(75.813)	-
Estoques		4.707	-	4.707	3.478	-	3.478
Outros Créditos		91.895	-	91.895	71.291	-	71.291
TOTAL DO CIRCULANTE		3.982.966	122.585	4.105.551	3.689.703	(48.828)	3.640.875
NÃO CIRCULANTE							
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	08	71.072	124.512	195.584	71.072	118.588	189.660
Tributos Compensáveis	07	10.823	-	10.823	10.823	-	10.823
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		1.250	-	1.250	-	-	-
Depósitos Vinculados a Litígios	10	89.245	-	89.245	87.870	-	87.870
Consumidores e Revendedores	06	46.188	-	46.188	46.188	-	46.188
Crédito com Pessoas Ligadas		18.244	-	18.244	12.906	-	12.906
Revisão Tarifária da Transmissão		43.466	(43.466)	-	43.466	(43.466)	-
Outros Créditos		20.346	(3.548)	16.798	7.648	-	7.648
		300.634	77.498	378.132	279.973	75.122	355.095
Ativo Indenizável - Concessão	11	-	1.678.661	1.678.661	-	689.020	689.020
Investimentos	12	1.743	-	1.743	1.609.714	121.951	1.731.665
Imobilizado	13	7.214.392	(293.186)	6.921.206	5.436.380	839.611	6.275.991
Intangível	14	844.153	192.060	1.036.213	26.498	9.516	36.014
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.360.922	1.655.033	10.015.955	7.352.565	1.735.220	9.087.785
TOTAL DO ATIVO		12.343.888	1.777.618	14.121.506	11.042.268	1.686.392	12.728.660

Notas Explicativas



PASSIVO	Item	Consolidado			Controladora		
		31/12/2009 GAAP Anterior	Ajustes	31/12/2009 IFRS	31/12/2009 GAAP Anterior	Ajustes	31/12/2009 BRGAAP
CIRCULANTE							
Fornecedores	15	147.553	-	147.553	83.978	-	83.978
Encargos Regulatórios	18	44.449	-	44.449	40.253	-	40.253
Participações nos Lucros		22.896	-	22.896	22.894	-	22.894
Impostos, Taxas e Contribuições	16	120.147	(52.183)	67.964	116.240	(52.183)	64.057
Imposto de Renda e Contribuição Social							
Diferidos		26.136	-	26.136	-	-	-
JSCP e Dividendos a Pagar	25	917.054	-	917.054	917.054	-	917.054
Empréstimos e Financiamentos	17	3.561.849	1.055.124	4.616.973	3.305.823	1.055.124	4.360.947
Debêntures	17	3.365	-	3.365	3.365	-	3.365
Salários e Contribuições Sociais		75.900	-	75.900	74.105	-	74.105
Obrigações Pós-emprego	19	18.895	-	18.895	18.895	-	18.895
Provisão para Perdas em Instrumentos							
Financeiros		3.149	-	3.149	-	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas		43.917	-	43.917	53.705	-	53.705
Outras Obrigações		42.679	-	42.679	40.275	-	40.275
TOTAL DO CIRCULANTE		5.027.989	1.002.941	6.030.930	4.676.587	1.002.941	5.679.528
NÃO CIRCULANTE							
Encargos Regulatórios	18	59.266	-	59.266	59.266	-	59.266
Empréstimos e Financiamentos	17	2.816.387	(1.055.124)	1.761.263	2.038.738	(1.055.124)	983.614
Debêntures	17	437.693	-	437.693	275.869	-	275.869
Impostos, Taxas e Contribuições	16	47.263	-	47.263	47.263	-	47.263
Imposto de Renda e Contribuição Social							
Diferidos		91.892	631.310	723.202	91.892	552.453	644.345
Provisões para Contingências	20	9.659	-	9.659	9.601	-	9.601
Obrigações Pós-emprego	19	241.958	169.106	411.064	241.958	169.106	411.064
Concessões a Pagar		-	73.441	73.441	-	61.072	61.072
Outras Obrigações		48.884	-	48.884	38.197	-	38.197
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.753.002	(181.267)	3.571.735	2.802.784	(272.493)	2.530.291
TOTAL DO PASSIVO		8.780.991	821.674	9.602.665	7.479.371	730.448	8.209.819
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS CONTROLADORES	21						
Capital Social		2.896.785	-	2.896.785	2.896.785	-	2.896.785
Reservas de Lucros		666.112	-	666.112	666.112	-	666.112
Reserva de Ajustes de Avaliação							
Patrimonial		-	1.030.269	1.030.269	-	1.030.269	1.030.269
Lucro (Prejuízo) Acumulados		-	(74.325)	(74.325)	-	(74.325)	(74.325)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.562.897	955.944	4.518.841	3.562.897	955.944	4.518.841
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.343.888	1.777.618	14.121.506	11.042.268	1.686.392	12.728.660

Notas Explicativas

Resultado

A conciliação do resultado para os ajustes efetuados em função da adoção das novas práticas contábeis são como segue:

A composição dos efeitos no Resultado estão demonstrados no item 2.8 desta nota.

	Item	Consolidado			Controladora		
		31/12/2009 GAAP Anterior	Ajustes	31/12/2009 IFRS	31/12/2009 GAAP Anterior	Ajustes	31/12/2009 BRGAAP
RECEITA	22	3.529.513	6.974	3.536.487	3.475.872	(146.730)	3.329.142
CUSTOS OPERACIONAIS							
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	23						
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(274.574)	-	(274.574)	(274.264)	-	(274.264)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(148.724)	-	(148.724)	(148.198)	-	(148.198)
		(423.298)	-	(423.298)	(422.462)	-	(422.462)
CUSTO DE OPERAÇÃO							
Pessoal e Administradores	23 a	(213.906)	-	(213.906)	(211.872)	-	(211.872)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	23 a	(55.332)	-	(55.332)	(55.332)	-	(55.332)
Materiais		(16.343)	(5.078)	(21.421)	(16.363)	-	(16.363)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(4.070)	-	(4.070)	(4.070)	-	(4.070)
Serviços de Terceiros	23b	(102.612)	-	(102.612)	(97.880)	-	(97.880)
Depreciação e Amortização		(234.664)	(209.894)	(444.558)	(225.428)	(160.578)	(386.006)
Provisões Operacionais		17.429	(18.451)	(1.022)	16.748	(18.451)	(1.703)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(140.318)	-	(140.318)	(140.318)	-	(140.318)
Custo de Construção		-	(89.433)	(89.433)	-	-	-
Outras	23c	137	20.041	20.178	3.123	20.245	23.368
		(749.679)	(302.815)	(1.052.494)	(731.392)	(158.784)	(890.176)
CUSTO TOTAL		(1.172.977)	(302.815)	(1.475.792)	(1.153.854)	(158.784)	(1.312.638)
LUCRO BRUTO		2.356.536	(295.841)	2.060.695	2.322.018	(305.514)	2.016.504
DESPESA OPERACIONAL	23						
Despesas com Vendas		(1.593)	-	(1.593)	(1.593)	-	(1.593)
Despesas Gerais e Administrativas		(217.750)	(2.549)	(220.299)	(217.200)	(2.549)	(219.749)
Outras Despesas Operacionais		(25.393)	-	(25.393)	(21.573)	-	(21.573)
		(244.736)	(2.549)	(247.285)	(240.366)	(2.549)	(242.915)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Resultado Financeiro		2.111.800	(298.390)	1.813.410	2.081.652	(308.063)	1.773.589
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-	-	5.346	7.141	12.487
Resultado Financeiro Líquido	24	(235.888)	(41.459)	(277.347)	(215.381)	(41.395)	(256.776)
Lucro antes dos Impostos		1.875.912	(339.849)	1.536.063	1.871.617	(342.317)	1.529.300
Imposto de Renda e Contribuição Social	9 a	(511.312)	-	(511.312)	(507.376)	-	(507.376)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9 a	(55.134)	133.539	78.405	(54.775)	136.007	81.232
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.309.466	(206.310)	1.103.156	1.309.466	(206.310)	1.103.156

Notas Explicativas

**2.8) Reapresentação das Informações Trimestrais – ITRs do exercício de 2010 e 2009.**

A Companhia optou por apresentar suas informações trimestrais utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, conforme facultado pela CVM através da Deliberação nº 603.

Em função da adoção das novos pronunciamentos emitidos pelo CPC, constantes do item 2.3 desta nota, a Companhia irá reapresentar os ITR de 2010, comparativamente com os de 2009 também ajustados às normas de 2010, até a data de apresentação do primeiro ITR de 2011, conforme previsto na Deliberação CVM 626.

Os efeitos no resultado e no patrimônio líquido para cada trimestre de 2010 e 2009 decorrentes da adoção das novas normas contábeis são como segue abaixo demonstrados. Esses efeitos não foram auditados pelos auditores independentes, mas sim submetidos à revisão dos auditores, realizada em conformidade à NPA 06 do IBRACON.

Os efeitos no resultado e no patrimônio líquido para cada trimestre de 2010 e 2009 decorrentes da adoção das novas normas contábeis são como segue abaixo demonstradas:

	1º Trimestre 2009	2º Trimestre 2009	3º Trimestre 2009	4º Trimestre 2009
Lucro Acumulado até o Período	232.413	684.638	1.003.849	1.309.466
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) ICPC10 e CPC27	(34.798)	(69.596)	(104.394)	(139.192)
Ativos de concessões de Geração Eólica - ICPC01 e OCPC05	839	1.679	2.518	3.358
Ativos de concessões de Transmissão Nova - ICPC01 EOCPC05	859	1.717	2.576	3.434
Baixa Taxa Administração - CPC27 e ICPC01	(364)	(728)	(1.092)	(1.456)
Contratos de Concessão - Outorga Onerosa - OCPC 05	199	(128)	(930)	(1.954)
Obrigações Pós Emprego	(3.541)	(7.082)	(10.622)	(14.163)
Reversão de Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	(1.983)	(91.042)	(77.396)	(56.338)
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	(38.789)	(165.180)	(189.340)	(206.311)
Lucro Líquido Ajustados	193.624	519.458	814.509	1.103.155

	1º Trimestre 2010	2º Trimestre 2010	3º Trimestre 2010	4º Trimestre 2010
Lucro Acumulado até o Período	256.153	488.462	831.148	981.880
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) ICPC10 e CPC27	(30.500)	(61.001)	(91.501)	(122.001)
Ativos de concessões de Geração Eólica - ICPC01 e OCPC05	(394)	(787)	(1.181)	(1.574)
Ativos de concessões de Transmissão Nova - ICPC01 EOCPC05	51.685	103.369	155.054	206.739
Baixa Taxa Administração - CPC27 e ICPC01	2	5	7	9
Contratos de Concessão - Outorga Onerosa - OCPC 05	1.538	2.022	2.278	(8.330)
Obrigações Pós Emprego	(2.591)	(5.183)	(7.774)	(10.365)
Reversão de Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	8.080	51.896	40.134	37.752
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	27.820	90.321	97.017	102.230
Lucro Líquido Ajustados	283.973	578.783	928.165	1.084.110

Notas Explicativas



	1º Trimestre 2009	2º Trimestre 2009	3º Trimestre 2009	4º Trimestre 2009
Patrimônio Líquido	3.713.552	4.058.641	4.324.787	3.562.897
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) ICPC10 e CPC27	1.135.011	1.100.213	1.065.415	1.030.617
Ativos de concessões de Geração Eólica - ICPC01 e OCPC05	6.631	7.470	8.310	9.149
Ativos de concessões de Transmissão Nova - ICPC01 EOCPC05	9.096	9.530	9.965	121.668
Baixa Taxa Administração - CPC27 e ICPC01	(364)	(728)	(1.092)	(1.456)
Contratos de Concessão - Outorga Onerosa - OCPC 05	(24.595)	(24.922)	(25.724)	(26.748)
Obrigações Pós Emprego	(100.988)	(104.529)	(108.069)	(111.610)
Reversão de Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	(11.322)	(100.380)	(86.736)	(65.676)
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	1.013.469	886.654	862.069	955.944
Patrimônio Líquido Ajustado	4.727.021	4.945.295	5.186.856	4.518.841

	1º Trimestre 2010	2º Trimestre 2010	3º Trimestre 2010	4º Trimestre 2010
Patrimônio Líquido	3.820.270	3.981.932	4.236.882	3.839.967
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) ICPC10 e CPC27	1.000.117	969.617	939.116	908.616
Ativos de concessões de Geração Eólica - ICPC01 e OCPC05	8.755	8.362	7.968	7.574
Ativos de concessões de Transmissão Nova - ICPC01 EOCPC05	325.858	377.542	429.227	480.912
Baixa Taxa Administração - CPC27 e ICPC01	(1.454)	(1.452)	(1.449)	(1.447)
Contratos de Concessão - Outorga Onerosa - OCPC 05	(25.210)	(24.726)	(24.470)	(35.078)
Obrigações Pós Emprego	(114.201)	(116.793)	(119.384)	(121.975)
Reversão de Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	(57.596)	(13.781)	(25.543)	(27.924)
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	1.136.269	1.198.769	1.205.465	1.210.678
Patrimônio Líquido Ajustado	4.956.539	5.180.701	5.442.347	5.050.645

3) Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPC.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo.

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Notas Explicativas



A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Passivos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social – Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Os direitos de dividendos mínimos estabelecidos para as ações preferências estão descritos na nota explicativa nº 21.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira e os saldos de Letras Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional incluídos em Caixa e Equivalentes de Caixa.

Empréstimos e recebíveis – são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Caixa e Equivalentes de Caixa, exceto as Letras Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional, Contas a Receber do Governo de Minas Gerais, Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios e Ativo Financeiro da Concessão.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, classificados como empréstimos e recebíveis. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional a receber caixa ou outro ativo financeiro do, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

Instrumentos disponíveis para venda – são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados como instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado ou empréstimos e recebíveis. Os investimentos da Companhia em determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

c) Consumidores e Revendedores

As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos a mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Notas Explicativas

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das ações em andamento para recebimento dos créditos.

d) Estoque

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado ou Intangível, não sendo depreciados ou amortizados.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Investimentos

Nas Demonstrações Contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

f) Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas na demonstração de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

g) Ativos vinculados à concessão

Atividade de transmissão

Para as novas concessões de transmissão, os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma receita de construção baseado no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Somente são registrados no resultado os custos da infraestrutura que será utilizada durante a concessão. A parcela dos ativos que não será utilizada durante a concessão é registrada como um Ativo Financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

Para as novas concessões se registra no ativo, durante o período da construção das linhas, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, a valor justo.

Notas Explicativas



Para as concessões de transmissão antigas, a Companhia não adotou de forma retroativa o ICPC 01 (IFRIC 12) em função do volume e idade dos ativos. Dessa forma, foram utilizados na adoção inicial os saldos contábeis dos ativos.

Nesses casos, os ativos são integralmente alocados como um ativo financeiro tendo em vista que não existe risco de demanda na atividade de transmissão e que a receita decorre apenas da disponibilização da rede.

Dos valores faturados, a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente a receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo financeiro.

As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo financeiro.

h) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulado e perdas por redução ao valor recuperável.

Para os ativos intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados no item “ativos vinculados à concessão” acima.

i) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

Notas Explicativas

A depreciação e amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na nota explicativa nº 13.

A Companhia decidiu por reavaliar os Ativos Imobilizados pelo custo atribuído dos seus ativos de geração mais antigos na data do balanço de abertura do exercício de 2009. Para os ativos de geração mais novos, o entendimento da Companhia é de que o custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável é a prática que melhor representa seus ativos imobilizados.

A Companhia não alterará a sua política de dividendos em função da adoção do valor justo como custo atribuído para os ativos antigos de geração.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às Obras em Andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

j) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas



A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável atribuíveis a ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os ativos do imobilizado e do intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor.

Notas Explicativas**k) Benefícios a empregados***Planos de contribuição definida*

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados e perdas atuariais líquidas não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Notas Explicativas

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais que excederem a 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano serão reconhecidos no resultado pelo tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos.

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, a dívida pactuada com a fundação é superior aos valores do laudo atuarial. Neste caso, o valor registrado no resultado anualmente corresponde aos encargos e variação monetária dessa dívida, alocado como despesa financeira da Companhia.

Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores; aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis sobre títulos de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

Os procedimentos mencionados anteriormente são utilizados para as obrigações atuariais com plano de saúde, seguro de vida e plano odontológico.

Notas Explicativas*Benefícios de término de vínculo empregatício*

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A participação nos lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados e registradas na rubrica de despesa com pessoal.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

m) Juros sobre o Capital Próprio

Os juros sobre o capital próprio pagos em substituição aos dividendos, apesar de registrados fiscalmente como despesa financeira, estão apresentados nas demonstrações contábeis como redutores do Patrimônio Líquido, de forma a refletir a essência da operação.

Notas Explicativas**n) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o) Receitas, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

Notas Explicativas



De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, gás, telecomunicações e outros, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

As receitas recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede básica de transmissão (concessões antigas) e distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Para as novas concessões de transmissão, é registrada no resultado mensalmente a parcela do faturamento referente ao valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão. A receita relacionada aos serviços de construção sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada.

Para as concessões de transmissão antiga, é registrado no resultado mensalmente o valor recebido pela disponibilização das linhas de transmissão ao sistema interligado, líquido do valor deduzido do ativo financeiro.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

A receita relacionada aos serviços de construção sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada.

Notas Explicativas

p) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

q) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

r) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de ativo financeiro da concessão, intangível, imobilizado, e ativos intangíveis que não ágio.

Notas Explicativas



s) Demonstrações de valor adicionado

A companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

t) Novos pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Em função do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, existe uma expectativa de que as novas normas, emendas e interpretações do IFRS a serem emitidas pelo IASB sejam também aprovadas pelo CPC no Brasil antes da data requerida para que entrem em vigor.

Dessa forma, seguem abaixo, na interpretação da Companhia, as alterações do IFRS previstas para ocorrerem após 31 de dezembro de 2010 e ainda não adotadas no Brasil que podem impactar as demonstrações contábeis da Cemig GT, estando ainda em processo de avaliação pela Administração e seus eventuais efeitos:

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013 - Simplifica o modelo de mensuração para ativos financeiros e estabelece duas categorias de mensuração principais: custo amortizado e valor justo. Eventuais alterações no valor justo de passivos avaliados ao valor justo não teriam impacto no resultado, pois seriam reconhecidas no lucro abrangente.

3 . PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações contábeis das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1.

(a) Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações contábeis de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto foram consolidados com base no método de consolidação proporcional. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas**(b) Consórcios**

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação.

(c) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As referências efetuadas nestas demonstrações contábeis das controladas em conjunto são realizadas na proporção de participação da Companhia.

As datas das demonstrações contábeis das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da Companhia.

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408, as demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações do fundo de investimento cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco mínimo A+(bra) (rating nacional de longo prazo) garantindo alta liquidez nos papéis.

O fundo exclusivo, cujas demonstrações contábeis são regularmente revisadas/auditadas, está sujeito às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir essas obrigações.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir. A participação é dada sobre o capital total da controlada:

Notas Explicativas



	Participação direta no capital total - %	
	2010	2009
Controlada		
Cemig Baguari Energia S.A.	100,00	100,00
Controladas em conjunto		
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	49,00	49,00
Guanhães Energia S.A.	49,00	49,00
Hidrelétrica Pipoca S.A.	49,00	49,00
Madeira Energia S.A.	10,00	10,00
Baguari Energia S.A.	69,39	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Volta do Rio S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Morgado S.A.	49,00	49,00
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	56,69	32,27
Transmissora Alterosa de Energia S.A.	-	49,00
Lightger	49,00	-

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das empresas controladas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

As referências efetuadas nestas demonstrações contábeis da controlada e das controladas em conjunto são realizadas na proporção de participação da Companhia.

As datas das demonstrações contábeis das sociedades controladas utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da controladora.

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408, as demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações dos fundos de investimentos exclusivos, compostos de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco mínimo A+(bra) (rating nacional de longo prazo) garantindo alta liquidez nos papéis.

O fundo exclusivo, cujas demonstrações contábeis são regularmente revisadas/auditadas, está sujeito às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir essas obrigações.

Notas Explicativas



4 . DAS CONCESSÕES

A Cemig Geração e Transmissão e suas controladas detêm junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - “ANEEL”, as concessões:

	Localização	Capacidade Instalada (MW) Informações não auditadas	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas -				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710,000	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	1.192,000	07/1975	07/2025
Nova Ponte	Rio Araguaí	510,000	07/1975	07/2025
Jaguara	Rio Grande	424,000	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguaí	408,000	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	396,000	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	380,000	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	360,000	01/1999	02/2035
Aimorés (1)	Rio Doce	161,700	07/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	102,000	10/1963	07/2015
Funil (1)	Rio Grande	88,200	10/1964	12/2035
Queimado (1)	Rio Preto	86,625	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	52,000	01/1953	07/2015
Camargos	Rio Grande	46,000	08/1958	07/2015
Porto Estrela (1)	Rio Santo Antônio	37,333	05/1997	07/2032
Igarapava (1)	Rio Grande	30,450	05/1995	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	18,012	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	14,000	09/1953	07/2015
PCH Cachoeirão	Rio Manhuaçu	13,230	07/2000	07/2030
UHE Baguari	Rio Doce	47,600	08/2006	08/2041
Outras	Diversas	96,844	Diversas	Diversas
		6.173,994		
Usina Eólica -				
Morro do Camelinho	Gouveia - MG	1,000	03/2000	-
Praias do Parajuru	Berberibe - CE	28,800	09/2002	08/2029
		29,800		
Usinas Termelétricas -				
Igarapé	Juatuba - MG	131,000	01/2001	08/2024
		6.334,794		
TOTAL GERAÇÃO EM OPERAÇÃO				

Notas Explicativas



		Informações não auditadas		
	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
Projetos em Andamento				
Usinas Hidrelétricas (1)				
PCH Pipoca	Rio Manhuaçu	9,800	09/2001	09/2031
UHE Santo Antônio	Rio Madeira	315,040	06/2008	06/2043
PCH Dolores dos Guanhães	Rio Guanhães	6,860	11/2002	11/2032
PCH Fortuna II	Rio Guanhães	4,410	12/2001	12/2031
PCH Senhora do Porto	Rio Guanhães	5,880	10/2002	10/2032
PCH Jacaré	Rio Guanhães	4,410	10/2002	10/2032
		346,400		
Usina Eólica -				
Volta do Rio (2)	Acaraú – CE	42,000	12/2001	-
Praia do Morgado (2)	Acaraú - CE	28,800	12/2001	-
		70,800		
TOTAL GERAÇÃO EM ANDAMENTO		417,200		
TRANSMISSÃO				
Rede Básica	Minas Gerais		07/1997	07/2015
Subestação – SE Itajubá – 3	Minas Gerais		10/2000	10/2030
TAESA - TSN (3)	Goiás/ Bahia		12/2000	12/2030
TAESA – Munirah (4)	Bahia		02/2004	02/2034
TAESA – Gtesa (5)	Pernambuco/ Paraíba		01/2002	01/2032
TAESA – Patesa (6)	Rio Grande do Norte		12/2002	12/2032
TAESA – NVT (7)	Maranhão/Distrito Federal		12/2000	12/2030
TAESA – ETAU (8)	Santa Catarina/Rio G. do Sul		12/2002	12/2032
TAESA – ETEO (9)	São Paulo		05/2000	05/2030
TAESA – Brasnorte (10)	Mato Grosso		03/2008	03/2038
Projetos em Andamento – Transmissão				
EBTE	Mato Grosso		10/2008	10/2038

- (1) As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações da Companhia nos empreendimentos em consórcio com a iniciativa privada. Vide maiores informações na nota explicativa nº 13.
- (2) A data de vencimento da concessão será de 20 anos após o início das operações.
- (3) TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A..
- (4) Munirah Transmissora de Energia S.A.
- (5) Gtesa - Goiânia Transmissora de Energia S.A.
- (6) Paraíso Açú Transmissora de Energia S.A.
- (7) NVT - Novatrans Energia S.A.
- (8) ETAU - Empresa de Transmissão Alto Uruguai S. A.
- (9) ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S. A.
- (10) Brasnorte Transmissora de Energia S.A.

Renovação das concessões

As concessões para exploração dos serviços de Transmissão de energia elétrica tem a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou nem mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Notas Explicativas**Concessões Onerosas**

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal em 2010	Valor Presente em 2010	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela (Consórcio)	350.900	98.021	08/2001 a 07/2032	IGP-M
Irapé	28.705	8.370	03/2006 a 02/2035	IGP-M
Queimado (Consórcio)	8.344	2.963	01/2004 a 12/2032	IGP-M
Baguari (Consórcio)	5.204	1.397	09/2009 a 09/2042	IPC-A

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, a Companhia reconhecia as despesas incorridas de forma linear, tendo como base o valor nominal corrigido.

Entretanto, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia alterou, de forma retroativa, a prática contábil para registro dessas outorgas onerosas, por entender que representam um ativo intangível relacionado ao de exploração, sendo registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente referentes às usinas de Porto Estrela, Irapé, Queimado e Baguari em 2010 corresponderam a R\$117, R\$1.187, R\$349 e R\$161, respectivamente.

O valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses corresponde a R\$116, R\$1.119, R\$356 e R\$157, (valor nominal de R\$123, R\$1.188, R\$370 e R\$167), respectivamente.

A taxa utilizada para desconto a valor presente pela CEMIG dos seus passivos, de 12,50%, foi à taxa média de captação de recursos em condições usuais na data da transição.

Notas Explicativas



5 . CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS

	Consolidado IFRS		
	2010	2009	01/01/2009
Contas Bancárias	17.701	20.510	150
Aplicações Financeiras			
Certificados de depósitos bancários	1.456.291	2.820.547	818.150
Letras Financeiras do tesouro	116.588	88.893	24.193
Letras do Tesouro Nacional	-	6.538	151
Outros	171.237	107.227	19.454
	1.744.116	3.023.205	861.948
	1.761.817	3.043.715	862.098

	Controladora BRGAAP		
	2010	2009	01/01/2009
Contas Bancárias	9.772	12.522	-
Aplicações Financeiras			
Certificados de depósitos bancários	1.289.130	2.648.339	808.415
Letras Financeiras do tesouro	27.428	66.598	24.193
Letras do Tesouro Nacional	-	6.538	151
Outros	75.883	100.479	19.454
	1.392.441	2.821.954	852.213
	1.402.213	2.834.476	852.213

As aplicações financeiras correspondem à operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI , Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 100% a 110% conforme operação).

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa 26.

Notas Explicativas



6 . CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total		
				2010	2009	01/01/2009
Controladora						
Industrial	148.323	30.918	5.496	184.737	192.180	217.224
Comércio, Serviços e Outras	1.125	-	-	1.125		
Suprimento a Outras Concessionárias	137.377	33.902	32.458	203.737	220.529	140.515
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(2.372)	(780)
	<u>286.825</u>	<u>64.820</u>	<u>37.954</u>	<u>389.599</u>	<u>410.337</u>	<u>356.959</u>
Controladas						
Industrial	695	-	-	695	1.108	774
Comércio, Serviços e Outras	7.007	-	-	7.007	1.622	-
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	-	-	197.809	-
	<u>7.702</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.702</u>	<u>200.539</u>	<u>774</u>
Total Consolidado	<u>294.527</u>	<u>64.820</u>	<u>37.954</u>	<u>397.301</u>	<u>610.876</u>	<u>357.733</u>
Circulante				397.301	564.688	357.733
Não Circulante				-	46.188	

A Companhia constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota 26.

7 . TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado IFRS		
	2010	2009	01/01/2009
Circulante			
ICMS a Recuperar	35.109	42.069	38.616
PASEP	10.189	4.511	11.827
COFINS	2.458	20.704	54.954
Outros	656	303	1.535
	48.412	67.587	106.932
Não Circulante			
ICMS a Recuperar	6.598	7.742	18.158
PASEP	1	550	-
COFINS	3.133	2.531	-
	9.732	10.823	18.158
	58.144	78.410	125.090

Notas Explicativas



	Controladora BRGAAP		
	2010	2009	01/01/2009
Circulante			
ICMS a Recuperar	33.191	40.984	37.730
PASEP	2.197	4.228	11.827
COFINS	10.134	19.400	54.954
Outros	445	152	1.535
	45.967	64.764	106.046
Não Circulante			
ICMS a Recuperar	6.384	7.742	18.158
PASEP	559	550	-
COFINS	2.574	2.531	-
	9.517	10.823	18.158
	55.484	75.587	124.204

Os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para não circulante foi feita de acordo com estimativas dos valores que deverão ser realizados até dezembro de 2011.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

	Consolidado IFRS		
	2010	2009	01/01/2009
Circulante			
Imposto de Renda	115.955	138.866	127.969
Contribuição Social	37.764	39.131	39.212
	153.719	177.997	167.181
Não Circulante			
Imposto de Renda	3.319	1.250	-
	3.319	1.250	-
	157.038	179.247	167.181

	Controladora BRGAAP		
	2010	2009	01/01/2009
Circulante			
Imposto de Renda	98.976	120.019	127.926
Contribuição Social	36.990	27.736	39.212
	135.966	147.755	167.138

Notas Explicativas



9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado IFRS		
	2010	2009	01/01/2009
Créditos Tributários:			
Prejuízo Fiscal / Base negativa	231.731	-	-
Obrigações Pós-Emprego	79.508	76.524	71.973
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	797	255
Instrumentos Financeiros	-	14.153	19.807
Variação Cambial	35.585	35.342	35.342
Taxa Administração – IFRS	745	749	-
Concessão onerosa – IFRS	57.330	51.046	55.719
Tributos Exigibilidade Suspensa	20.311	-	-
Contingências	2.002	3.264	2.489
Ágio na Incorporação	84.166	-	-
Outros	58.507	13.709	6.803
	569.885	195.584	192.388

	Controladora BRGAAP		
	2010	2009	01/01/2009
Créditos Tributários:			
Obrigações Pós-Emprego	79.508	76.524	71.973
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	797	255
Instrumentos Financeiros	-	14.153	19.807
Variação Cambial	35.585	35.342	35.342
Taxa Administração – IFRS	745	749	-
Concessão onerosa – IFRS	57.330	51.046	55.719
Tributos Exigibilidade Suspensa	20.311	-	-
Contingências	2.002	3.264	2.489
Outros	6.853	7.785	6.803
	202.334	189.660	192.388

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2011, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores referente à projeção de lucratividade futura da Companhia, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

Notas Explicativas



Conforme as estimativas da Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2010, conforme abaixo:

	Consolidado IFRS	Controladora BRGAAP
	2010	2010
2011	135.709	62.198
2012	108.544	35.034
2013	108.544	35.034
2014	108.544	35.034
2015 a 2016	108.544	35.034
	569.885	202.334

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	Consolidado IFRS	
	2010	2009
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.466.369	1.536.063
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(498.565)	(522.261)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Juros sobre Capital Próprio	72.683	72.494
Ajuste Valor Presente (AVP)	-	(9.958)
Incentivos Fiscais	14.462	17.391
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	1.818
Contribuições e Doações Inedutíveis	(3.616)	(3.886)
Ajuste Imposto de Renda e Contribuição Social – Exercício anterior	1.607	-
Outros	31.170	11.495
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Efetiva	(382.259)	(432.907)
Imposto Corrente	(453.693)	(511.312)
Imposto Diferido	71.434	78.405
Alíquota Efetiva	26,07%	28,18%

Notas Explicativas



	Controladora BRGAAP	
	2010	2009
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.431.692	1.529.300
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(486.775)	(519.962)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Juros sobre Capital Próprio	72.683	72.494
Ajuste Valor Presente (AVP)	-	(9.958)
Incentivos Fiscais	13.861	15.058
Resultado de Equivalência Patrimonial	72.247	4.246
Contribuições e Doações Indedutíveis	(3.616)	(3.886)
Ajuste Imposto de Renda e Contribuição Social – Exercício anterior	1.607	-
Outros	(17.589)	15.864
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Efetiva	(347.582)	(426.144)
Imposto Corrente	409.645	507.376
Imposto Diferido	(62.063)	(81.232)

Incentivo fiscal IRPJ da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA

O Ministério de Integração Nacional por meio da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE e da Agência para o Desenvolvimento da Amazônia - ADA, emitiu Laudo Constitutivo nº 169/2004 e Laudo Constitutivo nº 0260/2003, que outorga à parte das controladas da TAESA o benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido pela atividade desenvolvida na região incentivada.

10 . DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

Os depósitos vinculados a litígio referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais depósitos vinculados a litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao ICMS – referente a exclusão da base de cálculo do PIS/COFINS.

	Consolidado IFRS		
	2010	2009	01/01/2009
Trabalhista	34.875	36.295	33.618
Obrigações Fiscais			
Imposto de Renda sob JCP	8.014	8.014	-
PASEP/COFINS	78.266	41.959	14.132
Outros	2.282	1.764	1.254
Outros	2.486	1.213	528
	125.923	89.245	49.532

Notas Explicativas

	Controladora BRGAAP		
	2010	2009	01/01/2009
Trabalhista	34.801	36.254	33.618
Obrigações Fiscais			
Imposto de Renda sob JCP	8.014	8.014	-
PASEP/COFINS	78.266	41.793	14.132
Outros	988	1.281	1.254
Outros	1.687	528	528
	123.756	87.870	49.532

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 15.

11 . ATIVOS FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, item 2.6.a, os contratos de concessão de transmissão de energia e de geração eólica da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC.01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado IFRS		
	2010	2009	01/01/2009
Concessões de transmissão novas	2.743.677	1.525.009	3.510
Concessões de transmissão antigas	744.697	730.227	731.434
	3.488.374	2.255.236	734.944
Circulante	360.508	41.207	39.938
Não Circulante	3.127.866	2.214.029	695.006

12 . INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Notas Explicativas



	Controladora BRGAAP		
	2010	2009	01/01/2009
Em Sociedade Controlada e Controladas em Conjunto			
Hidrelétrica Cachoeirão	23.164	22.715	17.276
Guanhães Energia	10.333	10.191	9.608
Hidrelétrica Pipoca	18.031	18.027	3.632
Cemig Baguari Energia	6	18	12
Madeira Energia	9.981	-	10
Lightger	35.325	-	-
Baguari Energia	181.373	178.969	140.370
EBTE	114.839	78.423	6.985
Central Eólica Praias de Parajuru	35.104	37.124	-
Central Eólica Volta do Rio	58.346	61.082	-
Central Eólica Praias de Morgado	27.134	28.256	-
TAESA	1.437.839	785.177	-
Transmissora Alterosa	-	15.260	-
Ágio na Aquisição de Participação na TAESA	670.978	389.959	-
Ágio na Aquisição de Participação na C. E. Praias de Parajuru	28.582	30.070	-
Ágio na Aquisição de Participação na C. E. Volta do Rio	22.198	30.808	-
Ágio na Aquisição de Participação na C.E. Praias de Morgado	39.711	43.843	-
Outros	1.571	1.743	13.474
	2.714.515	1.731.665	191.367

a) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto são como segue:

Sociedades Controladas em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2010			Janeiro a dezembro de 2010	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	47.273	2.780	11.704
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	19.608	21.088	-	1.480
Hidrelétrica Pipoca	40.610.000	49,00	40.610	36.798	-	(333)
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	6	-	(17)
Madeira Energia	359.100.000	10,00	359.100	99.814	-	(204.443)
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	261.346	-	(119)
EBTE	198.200.000	49,00	219.759	234.366	3.408	14.350
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	71.644	-	(4.068)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	119.072	-	(5.574)
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	55.375	-	(2.290)
Lightger	70.085.000	49,00	70.085	72.092	-	27
TAESA	263.498.907	56,69	1.312.536	2.507.574	202.891	428.629

Notas Explicativas



Sociedades Controladas em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2009			Janeiro a dezembro de 2009	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	46.770	61	11.576
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	19.608	20.799	-	1.191
Hidrelétrica Pipoca	35.382.415	49,00	40.610	36.790	-	(2.978)
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	18	-	(41)
Madeira Energia	100.000	10,00	100	(101.408)	-	(68.777)
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	257.926	-	-
EBTE	49.604.465	49,00	156.499	160.164	-	3.665
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	75.763	-	1.800
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.242	124.657	-	3.736
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	57.655	-	1.657
TAESA	263.498.907	32,27	1.312.536	2.433.148	-	358.522
Transmissora Alterosa	34.253.504	49,00	34.254	31.142	-	(3.112)

Sociedades Controladas em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 1 de janeiro de 2009			Em 1 de janeiro de 2009	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	35.000.000	49,00	35.000	35.000	-	256
Guanhães Energia S. A.	52.000.000	49,00	19.608	19.608	-	-
Hidrelétrica Pipoca S.A	7.413.296	49,00	7.413	7.413	-	-
Madeira Energia S.A.	100.000	10,00	100	100	-	-
Cemig Baguari Energia S.A.	1.000	100,00	1	12	-	-
Baguari Energia S.A.	1.000.000	69,39	10	202.288	-	-
EBTE	29.267.465	49,00	14.255	14.255	-	-

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

	31/12/2009	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	31/12/2010
Hidrelétrica Cachoeirão	22.715	5.735	-	(5.282)	(4)	23.164
Guanhães Energia	10.191	142	-	-	-	10.333
Hidrelétrica Pipoca	18.027	(163)	-	-	167	18.031
Cemig Baguari Energia	18	(17)	5	-	-	6
Madeira Energia	(10.141)	(20.444)	35.900	-	4.666	9.981
Baguari Energia	178.969	(83)	2.487	-	-	181.373
EBTE	78.423	7.032	30.997	(1.700)	87	114.839
Central Eólica Praias de Parajuru	37.124	(1.993)	-	-	(27)	35.104
Central Eólica Volta do Rio	61.082	(2.731)	-	-	(5)	58.346
Central Eólica Praias de Morgado	28.256	(1.122)	-	-	-	27.134
TAESA	785.177	242.989	524.699	(149.337)	34.311	1.437.839
Lightger	-	13	37.418	-	(2.106)	35.325
	1.209.841	229.358	631.506	(156.319)	37.089	1.951.475

Notas Explicativas



	01/01/2009	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	31/12/2009
Hidrelétrica Cachoeirão	17.276	5.672	-	(30)	(3)	22.715
Guanhães Energia	9.608	583	-	-	-	10.191
Hidrelétrica Pipoca	3.632	(1.871)	16.266	-	-	18.027
Cemig Baguari Energia	12	(41)	47	-	-	18
Madeira Energia	10	(10.151)	-	-	-	(10.141)
Baguari Energia	140.373	-	38.596	-	-	178.969
EBTE	6.985	-	71.438	-	-	78.423
Central Eólica Praias de Parajuru	-	245	34.384	-	2.495	37.124
Central Eólica Volta do Rio	-	1.019	57.287	-	2.776	61.082
Central Eólica Praias de Morgado	-	160	25.899	-	2.197	28.256
TAESA	-	115.695	660.975	-	8.507	785.177
	177.896	111.311	904.892	(30)	15.972	1.209.841

Os saldos integrais das controladas controladas em conjunto em 2010, 2009 e em 1º de janeiro de 2009, cuja consolidação foi proporcional, são como segue:

Em 31 de dezembro de 2010	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca
Ativo					
Circulante	16.603	-	4.487	2.093	6.859
Não circulante	101.128	261.447	16.711	1.919.904	117.363
Total do ativo	117.731	261.447	21.198	1.921.997	124.222
Passivo					
Circulante	12.261	101	33	300	7.096
Não circulante	58.197		77	1.821.883	80.328
Patrimônio Líquido	47.273	261.346	21.088	99.814	36.798
Total do passivo	117.731	261.447	21.198	1.921.997	124.222
Demonstração do Resultado					
Receita líquida de vendas	23.486	-	-	-	6.688
Custo das vendas	(5.300)	-	-	-	(1.052)
Lucro bruto	18.186	-	-	-	5.636
Despesas gerais e administrativas	(820)	(119)	-	(444)	(3.825)
Resultado financeiro líquido	(4.384)	-	1.480	(203.999)	(2.144)
Resultado operacional	12.982	(119)	1.480	(204.443)	(333)
Imposto de renda e contribuição social	(1.278)	-	-	-	-
Resultado antes da participação minoritária	11.704	(119)	1.480	(204.443)	(333)
Lucro líquido do exercício	11.704	(119)	1.480	(204.443)	(333)

Notas Explicativas



Em 31 de dezembro de 2010	EBTE	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Lichtger	Taesá
Ativo						
Circulante	40.539	10.813	9.264	10.269	3.264	1.158.488
Não circulante	390.591	186.596	197.420	336.025	94.420	3.414.750
Total do ativo	431.130	197.409	206.684	346.294	97.684	4.573.238
Passivo						
Circulante	31.411	18.047	17.308	22.708	25.591	570.369
Não circulante	165.353	107.718	134.001	204.514	-	1.495.296
Patrimônio Líquido	234.366	71.644	55.375	119.072	72.093	2.507.573
Total do passivo	431.130	197.409	206.684	346.294	97.684	4.573.238
Demonstração do Resultado						
Receita líquida de vendas	206.288	20.484	18.602	28.434	-	798.593
Custo das vendas	(184.546)	(14.883)	(14.076)	(26.815)	-	(72.593)
Lucro bruto	21.742	5.601	4.526	1.619	-	726.000
Despesas gerais e administrativas	-	(700)	(572)	(558)	(588)	(44.286)
Resultado financeiro líquido	-	(8.408)	(6.449)	(6.900)	722	(124.612)
Resultado operacional	-	(3.507)	(2.495)	(5.839)	134	557.102
Imposto de renda e contribuição social	(7.932)	(561)	205	265	(107)	(128.473)
Resultado líquido do exercício	14.350	(4.068)	(2.290)	(5.574)	27	428.629

Em 31 de dezembro de 2009	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca
Ativo					
Circulante	18.469	14	4.969	200.356	18.836
Não circulante	103.080	257.913	15.919	1.117.536	73.598
Total do ativo	121.549	257.927	20.888	1.317.892	92.434
Passivo					
Circulante	9.597	-	89	118	4.417
Não circulante	65.182	1	-	1.419.182	51.227
Patrimônio Líquido	46.770	257.926	20.799	(101.408)	36.790
Total do passivo	121.549	257.927	20.888	1.317.892	92.434
Demonstração do Resultado					
Receita líquida de vendas	22.721	-	-	-	-
Custo das vendas	(6.159)	-	-	-	-
Lucro bruto	16.562	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(116)	-	-	(416)	(1.036)
Resultado financeiro líquido	(3.741)	-	1.191	(68.360)	(1.942)
Resultado operacional	12.705	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.129)	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	11.576	-	1.191	(68.777)	(2.978)

Notas Explicativas



Em 31 de dezembro de 2009	EBTE	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Taesá
Ativo					
Circulante	1.966	6.385	1.941	3.760	768.860
Não circulante	196.495	194.321	196.979	322.749	3.317.379
Total do ativo	198.461	200.706	198.820	326.509	4.086.039
Passivo					
Circulante	38.297	16.720	17.307	28.985	953.779
Não circulante	-	108.280	123.848	172.867	699.112
Patrimônio Líquido	160.164	75.763	57.665	124.657	2.433.148
Total do passivo	198.461	200.706	198.820	326.509	4.086.039
Demonstração do Resultado					
Receita líquida de vendas	186.181	73.690	69.901	151.810	885.466
Custo das vendas	(182.516)	(65.474)	(66.573)	(144.581)	(214.432)
Lucro bruto	3.665	8.216	3.328	7.229	671.034
Despesas gerais e administrativas	-	(1.446)	(892)	(1.766)	(37.098)
Resultado financeiro líquido	-	(3.839)	353	731	(108.132)
Resultado operacional	3.665	2.931	2.789	6.194	525.804
Imposto de renda e contribuição social	-	(1.131)	(1.132)	(2.458)	(167.282)
Resultado líquido do exercício	3.665	1.800	1.657	3.736	358.522

Em 01 de janeiro de 2009	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca	EBTE
Ativo						
Circulante	9.306	10	6.458	100	3.064	13.204
Não circulante	107.317	202.288	13.195	-	17.352	1.272
Total do ativo	116.623	202.298	19.653	100	20.416	14.476
Passivo						
Circulante	9.498	-	45	-	106	221
Não circulante	72.125	-	-	-	12.897	-
Patrimônio Líquido	35.000	202.298	19.608	100	7.413	14.255
Total do passivo	116.623	202.298	19.653	100	20.416	14.476
Demonstração do Resultado						
Receita líquida de vendas	2.332	-	-	-	-	-
Custo das vendas	(1.948)	-	-	-	-	-
Lucro bruto	384	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	68	-	-	-	-	-
Resultado operacional	452	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(196)	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	256	-	-	-	-	-

b) Ágio na aquisição de Participação

O ágio na aquisição das empresas adquiridas pela Companhia, correspondente à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das Controladas em Conjunto, decorre da mais valia das concessões. A amortização dos ágios ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

Notas Explicativas**c) Aquisição de Participação na Lightger**

A Companhia adquiriu da Light, em 18 de agosto de 2010, 49% do Capital Social total e votante da Lightger, sociedade de propósito específico controlada da Light, detentora da autorização da exploração do empreendimento PCH Paracambi. A Companhia pagou pela aquisição o valor de R\$19.960 representando 25.939.013 ações ordinárias do Capital Social da Lightger. Não houve ágio decorrente desta operação a ser registrado.

Abaixo encontra-se o preço de compra reconhecido pela Companhia em 18 de agosto de 2010:

	Lightger
ATIVO	
Circulante	3.987
Permanente	16.153
ATIVO TOTAL	20.140
PASSIVO	
Circulante	180
PASSIVO TOTAL	180
ATIVO LÍQUIDO CONSOLIDADO	19.960
Preço total da compra	19.960
Caixa e Equivalentes de Caixas	(3.836)
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada	16.124

d) Aquisição de participação complementar na Transmissora Aliança de Energia Elétrica –TAESA

A Companhia realizou, no dia 6 de maio de 2010, a Oferta Pública de Aquisições de Ações e Units, detidas pelos acionistas não controladores, por meio da Transmissora Alterosa de Energia Elétrica, com a aquisição de 86,17% destas ações, o que corresponde a 29,42% do capital total da TAESA, pelo valor de R\$1.001.851 (R\$15,57 por ação).

Foi apurado um ágio de R\$523.367, correspondente à rentabilidade futura em função da exploração das concessões no prazo previsto pelo regulador. A amortização do ágio ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

Com esta Operação, a Companhia, juntamente com o Fundo de investimentos em Participação Coliseu, concluiu o processo de aquisição da Taesa (antiga Terna Participações). Parte dos acionistas não controladores não aderiram à Oferta Pública de Aquisições de ações, permanecendo 4,72% das ações da TAESA em circulação no Mercado.

Notas Explicativas



O ágio na aquisição da empresa Terna Participações S.A., correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido dessa controlada em conjunto e decorre da rentabilidade futura em função da exploração da concessão no prazo previsto pelo regulador. A amortização do ágio, registrado no Intangível, ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

13 . IMOBILIZADO

Controladora	01 de janeiro de 2009		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	16.510.237	(10.102.867)	6.407.370
Terrenos	378.839	-	378.839
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.199.728	(4.333.176)	2.866.552
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.953.212	(1.286.328)	666.884
Máquinas e Equipamentos	6.960.372	(4.467.949)	2.492.423
Veículos	7.486	(5.689)	1.797
Móveis e Utensílios	10.600	(9.725)	875
Em Curso	216.248	-	216.248
Imobilizado Líquido - Controladora	16.726.485	(10.102.867)	6.623.618

Controladas	01 de janeiro de 2009		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Curso	230.545	-	230.545
Imobilizado Líquido - Consolidado	16.957.030	(10.102.867)	6.854.163

Controladora	2009		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	16.527.527	(10.390.989)	6.136.538
Terrenos	379.659	-	379.659
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.230.347	(4.442.253)	2.788.094
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.986.427	(1.350.192)	636.235
Máquinas e Equipamentos	6.913.762	(4.583.406)	2.330.356
Veículos	6.763	(5.425)	1.338
Móveis e Utensílios	10.569	(9.713)	856
Em Curso	139.453	-	139.453
Imobilizado Líquido - Consolidado	16.666.980	(10.390.989)	6.275.991

Notas Explicativas



Controladas	2009		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	61.731	(1.035)	60.696
Terrenos	889	-	889
Reservatórios, Barragens e Adutoras	23.410	(390)	23.020
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	7.048	(131)	6.917
Máquinas e Equipamentos	30.364	(513)	29.851
Móveis e Utensílios	20	(1)	19
Em Curso	584.519	-	584.519
Total do Imobilizado - Controladas	646.250	(1.035)	645.215
Imobilizado Líquido - Consolidado	17.313.230	(10.392.024)	6.921.206

Controladora	2010		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	16.546.500	(10.727.554)	5.818.946
Terrenos	380.027	-	380.027
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.225.403	(4.583.066)	2.642.337
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.975.318	(1.387.560)	587.758
Máquinas e Equipamentos	6.938.860	(4.740.487)	2.198.373
Veículos	16.371	(6.667)	9.704
Móveis e Utensílios	10.521	(9.774)	747
Em Curso	128.593	-	128.593
Imobilizado Líquido - Controladora	16.675.093	(10.727.554)	5.947.539

Controladas	2010		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	60.757	(4.558)	56.199
Terrenos	889	-	889
Reservatórios, Barragens e Adutoras	23.423	(883)	22.540
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	12.081	(1.083)	10.998
Máquinas e Equipamentos	23.023	(1.990)	21.033
Veículos	298	(212)	86
Móveis e Utensílios	1.043	(390)	653
Em Curso	1.020.736	-	1.020.736
Total do Imobilizado - Controladas	1.081.493	(4.558)	1.076.935
Imobilizado Líquido - Consolidado	17.756.586	(10.732.112)	7.024.474

Notas Explicativas



Movimentação 2009

Controladora	Saldo em 01/01/2009	Adição/Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2009
Em Serviço	6.407.371	108.333	(81.829)	(297.337)	6.136.538
Terrenos	378.839	980	(160)	-	379.659
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.866.553	30.568	-	(109.027)	2.788.094
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	666.884	35.175	(4.203)	(61.621)	636.235
Máquinas e Equipamentos	2.492.423	41.497	(76.960)	(126.604)	2.330.356
Veículos	1.797	(5)	(421)	(33)	1.338
Móveis e Utensílios	875	118	(85)	(52)	856
Em Curso	216.248	(65.285)	(11.510)	-	139.453
Imobilizado Líquido - Controladora	6.623.619	43.048	(93.339)	(297.337)	6.275.991

Controladas	Saldo em 01/01/2009	Adição/ Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2009
Em Serviço	-	61.826	-	(1.129)	60.697
Terrenos	-	889	-	-	889
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	23.455	-	(434)	23.021
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	-	7.048	-	(131)	6.917
Máquinas e Equipamentos	-	30.415	-	(564)	29.851
Móveis e Utensílios	-	19	-	-	19
Em Curso	230.545	353.973	-	-	584.518
Imobilizado Líquido - Controladora	230.545	415.799	-	(1.129)	645.215
Imobilizado Líquido - Consolidado	6.854.164	458.847	(93.339)	(298.466)	6.921.206

Movimentação 2010

Controladora	Saldo em 31/12/2009	Adição /Capitalização	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2010
Em Serviço	6.136.538	65.703	(51.913)	(331.380)	5.818.948
Terrenos	379.659	369	(1)	-	380.027
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.788.094	334	(11.436)	(134.653)	2.642.339
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	636.235	709	(5.857)	(43.329)	587.758
Máquinas e Equipamentos	2.330.356	53.714	(34.306)	(151.391)	2.198.373
Veículos	1.338	10.557	(190)	(2.002)	9.703
Móveis e Utensílios	856	20	(123)	(5)	748
Em Curso	139.453	(10.862)	-	-	128.591
Imobilizado Líquido - Controladora	6.275.991	54.841	(51.913)	(331.380)	5.947.539

Notas Explicativas



Controladas	Saldo em 31/12/2009	Adição/ Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2010
Em Serviço	60.697	4.953	(8.186)	(1.265)	56.199
Terrenos	889	-	-	-	889
Reservatórios, Barragens e Adutoras	23.021	6	-	(487)	22.540
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	6.917	4.227	-	(146)	10.998
Máquinas e Equipamentos	29.851	-	(8.186)	(632)	21.033
Veículos	-	86	-	-	86
Móveis e Utensílios	19	634	-	-	653
Em Curso	584.518	436.218	-	-	1.020.736
Imobilizado Líquido - Controladas	645.215	441.171	(8.186)	(1.265)	1.076.935
Imobilizado Líquido - Consolidado	6.921.206	496.012	(60.099)	(332.645)	7.024.474

(1) Saldos de participações em consórcios. Vide detalhes mais abaixo.

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se, basicamente, a contribuições de consumidores para execução de Empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão, exceto quanto às eólicas, prevêem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para amortização do Ativo Imobilizado.

Notas Explicativas

A taxa de depreciação média anual é de 2,46%. As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009, são as seguintes:

Geração	(%)	Transmissão	(%)	Administração	(%)
Edificações	4,0	Chave Sistema	3,3	Software	20,0
Gerador	3,3	Disjuntor	3,0	Veículos	20,0
Turbina Hidráulica	2,5	Torre Metálica	2,5	Equipamento Geral	10,0
Casa de Força	2,0	Transformador de Força	2,5	Edificação	4,0
Barragem	2,0	Condutor nu de alumínio	2,5		
Equipamento Geral	10,0	Equipamento Geral	10,0		
Equipamentos de Tomada d'água	3,7	Religadores	4,3		
Estrutura de Tomada d'água	4,0				
Conduto Forçado	3,1				

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

A composição das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica é como segue:

	2010	2009	01/01/2009
Participação da União	(10)	-	-
Participação do Consumidor	(1.917)	-	-
Outros	(10.269)	(10.411)	(9.539)
	(12.196)	(10.411)	(9.539)

Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível, Atividade Não Vinculada, conforme Despacho ANEEL nº 3.467, de 18 de Setembro de 2008, da Companhia da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

Notas Explicativas



	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	2010	2009	01/01/2009
Em serviço					
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,48	38.627	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50%	2,58	55.554	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,64	182.360	182.360	181.402
Usina de Queimado	82,50%	2,45	206.729	206.724	193.599
Usina de Aimorés	49,00%	2,62	549.537	549.538	543.684
Depreciação acumulada			(165.303)	(138.115)	(111.658)
Total em operação			867.504	894.686	901.206
Em curso					
Usina de Queimado	82,50%		1.579	-	13.125
Usina de Funil	49,00%		648	739	755
Usina de Aimorés	49,00%		1.187	759	5.853
Usina Igarapava	14,50%		1.171	-	-
Usina Porto Estrela	33,33%		156	-	-
Total em construção			4.741	1.498	19.733
Total de Consórcios - Controladora			872.245	896.184	920.939
Usina de Baguari - em construção	34,00%		181.416	178.960	140.363
Total de Consórcios - Consolidado			1.053.661	1.075.144	1.061.302

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, também com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

A Companhia transferiu em 2008 a sua participação na usina de Baguari para a controlada em conjunto Baguari Energia e a ANEEL aprovou a transferência da concessão em 02 de fevereiro de 2010.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	VALE S.A.	33,33
Usina Igarapava	VALE S.A.	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	VALE S.A.	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	VALE S.A.	51,00
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00

Notas Explicativas**Custo Atribuído dos Ativos de Geração**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6.(b), a Companhia, em atenção a Interpretação Técnica ICPC 01 – Ativo Imobilizado, contratou empresa especializada para avaliação dos seus ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição. Não foi alterada a vida útil dos ativos, tendo em vista que são estimadas e definidas pela ANEEL.

Para os demais ativos de geração mais recentes, a Companhia entende que os valores contábeis refletem basicamente o seu valor justo, não sendo feita nova avaliação dos ativos.

A nova avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro em conta específica do Patrimônio Líquido de cada uma das controladas em conta denominada “Ajustes de avaliação patrimonial”, com o ajuste também reflexo no Patrimônio líquido da Companhia.

Segue abaixo tabela como o resumo dos impactos decorrentes do custo atribuído aos ativos de geração na adoção inicial:

Controladora	Valores Contábeis na Adoção Inicial em 01/01/2009			Valor Atribuído na Adoção Inicial em 01/01/2009		
	Custo	Depreciação	Valor líquido	Custo	Depreciação	Valor líquido
Intangível	18.941	(16.668)	2.273	30.733	(28.245)	2.488
Terrenos	195.925	-	195.925	328.698	-	328.698
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.641.519	(1.367.247)	2.274.272	6.917.410	(4.271.378)	2.646.032
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	867.412	(360.266)	507.146	1.865.691	(1.283.250)	582.441
Máquinas e Equipamentos	2.067.640	(1.191.723)	875.917	6.477.335	(4.403.977)	2.073.358
Veículos	5.060	(3.451)	1.609	7.429	(5.647)	1.782
Móveis e Utensílios	4.418	(4.241)	177	9.564	(9.357)	207
Imobilizado Líquido	<u>6.800.915</u>	<u>(2.943.596)</u>	<u>3.857.319</u>	<u>15.636.860</u>	<u>(10.001.854)</u>	<u>5.635.006</u>

Conforme observado na tabela acima, a diferença entre o valor líquido decorrente da nova avaliação dos ativos na adoção inicial em relação ao valor contábil na mesma data foi de R\$1.777.687, sendo os efeitos registrados em contrapartida a conta específica do Patrimônio Líquido denominada “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.

Em função desse aumento no valor dos ativos, ocorreu um aumento na despesa com depreciação no resultado dos exercícios de 2009 e 2010, nos valores de R\$200.950 e R\$180.374, respectivamente.

Notas Explicativas



14 . INTANGÍVEL

Controladora	2010			2009	01/01/2009
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual	Valor Residual
Servidão	12.815	(1.407)	11.408	11.632	10.975
Concessão onerosa	26.755	(7.074)	19.681	20.544	20.052
Ativos em formação	711	-	711	2.011	1.730
Outros	32.464	(30.093)	2.371	1.827	2.485
Intangível Líquido - Controladora	72.745	(38.574)	34.171	36.014	35.242

Controladas	2010			2009	01/01/2009
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço	517.071	(42.591)	474.480	234.155	33.512
Servidão	12.915	(1.409)	11.506	11.752	10.975
Concessão onerosa	26.755	(7.074)	19.681	20.544	20.052
Ativos da concessão	349.687	(123)	349.864	93.365	-
Direito Exploração de Concessão Serviço Público	94.376	(3887)	90.489	104.722	-
Outros	33.338	(30.098)	2.940	3.772	2.485
Em Curso	3.239	-	3.239	266.690	13.409
Ativos em formação	3.239	-	3.239	266.690	13.409
Intangível Líquido - Consolidado	520.310	(42.591)	477.719	500.845	46.921

A movimentação do Ativo Intangível Consolidado em 2009 é como segue:

	01/01/2009	Adição	Baixa	Amortização	Outros	2009
Servidão	10.975	777				11.752
Concessão onerosa	20.052	492				20.544
Ativos da concessão	-	200.040	-	(1.953)	-	198.087
Ativos em formação	13.409	253.281				266.690
Outros	2.485	1.287				3.772
	46.921	455.877	-	(1.953)	-	500.845

A movimentação do Ativo Intangível Consolidado em 2010 é como segue:

	2009	Adição	Baixa	Amortização	Transfência	2010
Servidão	11.752	-	(246)	-	-	11.506
Concessão onerosa	20.544	-	(863)	-	-	19.681
Ativos da concessão	198.087	5.522	-	(26.707)	263.451	440.353
Ativos em formação	266.690	-	-	-	(263.451)	3.239
Outros	3.772	-	(832)	-	-	2.940
	500.845	5.522	(1.941)	(26.707)	-	477.719

Os ativos intangíveis Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL.

Notas Explicativas

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida, e que vem sendo amortizados pelo prazo de concessão ou pelos prazos definidos na ReN ANEEL nº367/09.

15 . FORNECEDORES

	Consolidado IFRS		
	2010	2009	01/01/2009
Circulante			
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -			
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	-	-	24.215
Mercado Atacadista - CCEE	11.624	2.330	11.600
Cemig Distribuição	3.066	4.093	6.193
Furnas	3.708	4.222	4.641
CTEEP – Cia. Trans. Energia Elétrica Paulista	3.000	3.102	3.291
CHESF – Cia. Hidroelétrica do São Francisco	2.510	2.845	3.034
Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil	2.360	2.031	2.208
Eletrosul – Centrais Elétricas	1.838	1.969	2.014
Outros Geradores e Distribuidores	51.292	40.733	18.128
	79.398	61.325	75.324
Materiais e Serviços	96.394	86.228	71.328
	175.792	147.553	146.652

	Controladora BRGAAP		
	2010	2009	01/01/2009
Circulante			
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -			
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	-	-	23.750
Mercado Atacadista - CCEE	11.624	2.330	11.600
Cemig Distribuição	3.066	4.093	6.193
Furnas	3.708	4.222	4.641
CTEEP – Cia. Trans. Energia Elétrica Paulista	3.000	3.102	3.291
CHESF – Cia. Hidroelétrica do São Francisco	2.510	2.845	3.034
Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil	2.360	2.031	2.208
Eletrosul – Centrais Elétricas	1.838	1.969	2.014
Outros Geradores e Distribuidores	52.638	31.160	18.128
	80.744	51.752	74.859
Materiais e Serviços	34.383	32.226	50.627
	115.127	83.978	125.486

Notas Explicativas



16 . IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

	Consolidado IFRS		
	2010	2009	01/01/2009
Circulante			
ICMS	27.914	26.736	33.263
COFINS	20.716	21.736	18.481
PASEP	4.503	9.976	4.026
INSS	4.794	3.859	3.918
Outros	2.327	5.657	3.081
	60.254	67.964	62.769
Não Circulante			
COFINS	109.921	38.832	14.493
PASEP	23.848	8.431	3.146
	133.769	47.263	17.639
Obrigações diferidas			
COFINS	-	-	270
PASEP	-	-	59
	-	-	329
	133.769	47.263	17.968
	194.023	115.227	80.737

	Controladora BRGAAP		
	2010	2009	01/01/2009
Circulante			
ICMS	27.535	26.483	33.128
COFINS	19.501	21.198	18.415
PASEP	4.234	9.859	3.998
INSS	4.202	3.686	3.898
Outros	899	2.831	3.046
	56.371	64.057	62.485
Não Circulante			
COFINS	66.751	38.832	14.493
PASEP	14.492	8.431	3.146
	81.243	47.263	17.639
Obrigações diferidas			
COFINS	-	-	270
PASEP	-	-	59
	-	-	329
	81.243	47.263	17.968
	137.614	111.320	80.453

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008.

As obrigações diferidas de Não Circulante de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se substancialmente ao efeito fiscal do custo atribuído aos ativos de geração na adoção inicial da ICPC 10.

Notas Explicativas

As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição Social registradas no circulante serão compensadas com as antecipações constantes do ativo, na rubrica de tributos compensáveis.

b) Impostos de Renda e Contribuições Sociais

	Consolidado IFRS		
	2010	2009	01/01/2009
Circulante			
Imposto de Renda	5.556	14.146	29
Contribuição Social	2.679	11.990	47
	8.235	26.136	75
Não Circulante			
Obrigações diferidas			
Imposto de Renda	436.995	531.767	523.276
Contribuição Social	254.053	191.435	188.379
	691.048	723.202	711.655
	699.283	749.338	711.730

	Controladora BRGAAP		
	2010	2009	01/01/2009
Não Circulante			
Obrigações diferidas			
Imposto de Renda	427.143	473.784	523.276
Contribuição Social	153.772	170.561	188.379
	580.915	644.345	711.655

Notas Explicativas



17 . EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Consolidado								
2010							2009	01/01/2009
FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA								
Banco do Brasil S.A. (1)	2009	3,90	JPY	-	-	-	-	100.160
B.N.P. Paribas	2010	Libor+1,875	US\$	-	-	-	5.877	23.825
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	2.568	1.241	3.809	7.146	12.919
UNIBANCO S.A. (2)	2009	6,50	US\$	-	-	-	-	11.044
UNIBANCO S.A. (3)	2009	5,00	US\$	-	-	-	-	8.214
Dívida referente a Moeda Estrangeira				2.568	1.241	3.809	13.023	156.162
MOEDA NACIONAL								
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	-	-	-	75.156	75.241
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	254.741	484.111	738.852	736.520	63.784
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	24.549	44.638	69.187	91.774	92.887
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	2.208	30.000	32.208	31.900	32.761
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	17.842	900.000	917.842	914.255	922.279
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	46.143	84.215	130.358	172.930	175.017
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	-	-	-	25.157	25.173
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	854	1.551	2.405	3.188	3.229
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	8.055	111.281	119.336	124.159	-
Bradesco S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	36.603	68.192	104.795	139.163	140.388
Bradesco S.A.	2014	CDI+1,70	R\$	1	1.365	1.366	1.821	2.079
Bradesco S.A. (15)	2010	CDI	R\$	-	-	-	2.742.383	-
Debêntures (4)	2009	CDI+1,20	R\$	-	-	-	-	357.472
Debêntures (4)	2011	104,00 do CDI	R\$	243.038	-	243.038	242.181	243.950
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (4)(6)	2031	IGP-M	R\$	-	37.083	37.083	37.053	32.936
Debêntures(4)(16)	2015	IPCA+7,68 *	R\$	87.906	1.198.877	1.286.783	-	-
Debêntures(4)(16)	2015	0,042 **	R\$	(475)	(1.448)	(1.923)	-	-
Debêntures(4)(16)	2012	CDI+0,90 *	R\$	161.685	1.566.000	1.727.685	-	-
Debêntures(4)(16)	2012	0,1051 **	R\$	(1.643)	(68)	(1.711)	-	-
ELETROBRÁS	2013	inel+7,50 a 8,50	R\$	12.591	24.133	36.724	48.265	60.799
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	8.112	14.857	22.969	30.471	30.828
UNIBANCO S.A	2009	CDI+2,98	R\$	-	-	-	-	107.081
UNIBANCO S.A	2013	CDI+1,70	R\$	49.431	89.531	138.962	184.004	185.989
Energ Power (9)	2012	IPCA	R\$	-	-	-	873	-
FINEP (9)	2015	TJLP+5,00	R\$	2.233	12.769	15.002	7.941	-
ORTENG Equipamentos e Sistemas (9)	2012	IPCA	R\$	-	-	-	377	-
Construtora Quebec (9)	2012	IPCA	R\$	-	-	-	1.202	-
Consórcio Pipoca	2011	IPCA	R\$	270	-	270	-	-
Unibanco S.A. (5)	2020	TJLP+2,55	R\$	712	5.748	6.460	7.152	4.062
Banco do Brasil S.A. (5)	2020	TJLP+2,55	R\$	2.732	22.768	25.500	28.232	28.794
BNDES (7)	2033	TJLP+2,40	R\$	-	262.420	262.420	134.660	-
Debêntures (7)	2013	IPCA	R\$	-	182.188	182.188	161.824	-
BNDES (Repasse) (7)	2033	TJLP+3,8	R\$	-	247.502	247.502	79.649	-
Banco da Amazônia (7)	2029	TJLP+4,0	R\$	-	68.656	68.656	28.913	-
BNDES (8)	2024	TJLP+2,50	R\$	2.758	39.360	42.118	25.248	-
CEF (10)	2022	TJLP+3,50	R\$	5.327	48.830	54.157	64.170	-
CEF (11)	2022	TJLP+3,50	R\$	6.496	60.632	67.128	56.122	-
CEF (12)	2021	TJLP+3,50	R\$	7.992	88.609	96.601	88.957	-
BNDES (13)	2018	TJLP	R\$	277	1.646	1.923	277.180	-
BNDES (13)	2018	UMBND5	R\$	1.770	10.455	12.225	26.653	-
CEF(13)(16)	2016	117,5 do CD I*	R\$	2.468	10.687	13.155	-	-
CEF(13)(16)	2016	0,059 **	R\$	(84)	(168)	(252)	-	-
Debêntures(13)(4)(16)	2015	CDI+1,30 *	R\$	10.610	195.593	206.203	-	-
Debêntures(13)(4)(16)	2015	0,013 **	R\$	(299)	(612)	(911)	-	-
Debêntures(13)(4)(16)	2015	IPCA+7,91 *	R\$	4.696	147.595	152.291	-	-
Debêntures(13)(4)(16)	2015	0,01 3**	R\$	(226)	(461)	(687)	-	-
Debêntures(13)(4)(16)	2017	106 do CDI *	R\$	2.558	462.051	464.609	-	-
Debêntures(13)(4)(16)	2017	0,0069 **	R\$	(475)	(1.965)	(2.440)	-	-
Sindicato Bancos Novatrans (13)	2013	CDI+0,90	R\$	9.328	18.368	27.696	20.994	-
Sindicato Bancos (13)	2010	CDI+1,50	R\$	-	-	-	180.472	-
BNDES(14)	2024	TJLP + 2,56	R\$	5.452	67.016	72.468	-	-
BNDES(14)	2019	4,50	R\$	1.335	10.385	11.720	-	-
Banco Pine (14)	2010	CDI+4,80	R\$	-	-	-	15.272	-
Dívida referente a Moeda Nacional				1.017.571	6.614.390	7.631.961	6.806.271	2.584.749
Total Geral				1.020.139	6.615.631	7.635.770	6.819.294	2.740.911

Notas Explicativas

- (1) a (3) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (1) 111,00% do CDI; (2) CDI + 2,98% a.a.; (3) CDI + 3,01% a.a..
- (4) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (5) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.
- (6) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.
- (7) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.
- (8) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.
- (9) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.
- (10) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.
- (11) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.
- (12) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A.
- (13) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA
- (14) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto EBTE
- (15) 3 ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia
- (16) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08 :
 - * Taxa contratual
 - ** Taxa efetiva do custo de transação

Em 03 de março de 2010, a Companhia concluiu a 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, por meio da qual foram emitidas 270.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$10, totalizando R\$2.700.000, destinada ao pré pagamento da 3ª Emissão de Notas Promissórias (Commercial Papers) mencionadas acima . As debêntures da primeira série, no montante de R\$1.586.058 (valor atualizado de 09 de março de 2010), têm prazo de vencimento de 24 meses a contar da data de emissão e remuneração de taxa DI mais Spread de 0,90%. As debêntures de segunda série, no montante de R\$1.162.222 (valor atualizado de 10 março de 2010) têm prazo de vencimento de 60 meses a contar da data de emissão e remuneração de juros de 7,6796% ao ano. Essas debêntures contam com o aval da sua controladora, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

Em 15 de dezembro de 2010, TAESA emitiu 8.150 (oito mil cento e cinquenta) Debêntures com valor nominal unitário de R\$100.000, sendo 4.250 (quatro mil duzentas e cinquenta) da Primeira Série, no valor de R\$425.000, 2.450 (duas mil quatrocentas e cinquenta) da Segunda Série, no valor de R\$245.000 e 1.450 (mil quatrocentas e cinquenta) da Quarta Série, no valor de R\$145.000, perfazendo um valor total de R\$815.000. A quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série foi definida de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurada em Procedimento de Bookbuilding. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures foram utilizados ao aumento de capital nas sociedades controladas da Companhia Novatrans Energia S.A e TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A, nos montantes de R\$235.978 e até R\$434.638, respectivamente. Tais recursos foram utilizados para o pagamento antecipado de dívidas por elas contraídas junto ao BNDES, efetuado no dia 20 de dezembro de 2010, totalizando um montante pago de R\$372.274 na Novatrans e R\$435.410 na TSN.

Notas Explicativas



A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Moedas									
Euro	2.568	1.240	-	-	-	-	-	-	3.808
	2.568	1.240	-	-	-	-	-	-	3.808
Indexadores									
UMBNDs	273	271	271	271	271	271	271	23	1.922
Índice Geral de Preços – Mercado–IGP-M	-	-	-	-	-	-	-	37.083	37.083
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	12.591	12.591	11.542	-	-	-	-	-	36.724
Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA	92.171	118.467	507.224	444.273	456.786	-	-	-	1.618.921
Certificado Depósito Interbancário – CDI	867.671	2.512.718	557.974	487.888	187.696	111.553	110.515	-	4.836.015
URTJ	44.865	47.490	45.241	63.492	71.755	72.884	72.884	682.686	1.101.297
	1.017.571	2.691.537	1.122.252	995.924	716.508	184.708	183.670	719.792	7.631.962
	1.020.139	2.692.777	1.122.252	995.924	716.508	184.708	183.670	719.792	7.635.770

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação Acumulada em 2010 %	Variação Acumulada em 2009 %	Variação Acumulada em 01/01/2009 %	Indexadores	Variação Acumulada em 2010 %	Variação Acumulada em 2009 %	Variação Acumulada em 01/01/2009 %
Dólar Norte- Americano	(4,31)	(25,39)	31,94	IGP-M	11,32	(1,72)	9,81
Euro	(11,14)	(22,57)	24,13	FINEL	2,18	(0,35)	1,90
Yen		(27,10)	62,89	SELIC	9,78	9,93	12,48
				CDI	9,71	9,84	12,32
				IPCA	5,63	4,22	6,39

Notas Explicativas



A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2009	2.740.911	2.708.055
Aquisição de Controladas – saldos iniciais de consolidação	726.618	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	3.917.322	3.495.899
Variação monetária e cambial	(25.737)	(38.156)
Encargos financeiros provisionados	364.070	335.586
AVP	6.765	6.765
Encargos Financeiros Pagos	(320.010)	(311.274)
Capitalização	3.798	-
Amortização de financiamentos	(594.443)	(573.080)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	6.819.294	5.623.795
Aquisição de Controladas – saldos iniciais de consolidação	382.432	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	4.010.071	2.756.811
Variação monetária e cambial	77.464	66.440
Encargos financeiros provisionados	702.289	541.513
AVP	(16.920)	(16.919)
Encargos Financeiros Pagos	(448.654)	(363.298)
Amortização de financiamentos	(3.882.281)	(2.979.668)
Custo transação CPC 08	(10.313)	(5.664)
Amortização custo transação	2.388	2.030
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.635.770	5.625.040

As captações de recursos durante o exercício de 2010 estão demonstradas abaixo:

Empréstimos/Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Nacional			
Banco Bradesco S.A.	2015	7,67%	1.162.222
Banco Bradesco S.A.	2012	CDI + 0,90	1.586.059
Financiadora de Estudos e Projetos FINEP	2015	URTJ + 5,00	1.764
Financiadora de Estudos e Projetos FINEP	2018	URTJ + 8,00	5.271
Hidrelétrica Pipoca	2011	IPCA	1.495
BNDES	2025	TJLP*2,15	8.908
BNDES	2025	TJLP*2,15	5.280
Debêntures	2015	CDI + 1,30%	195.592
Debêntures	2015	IPCA+7,91”%	144.568
Brasnorte (CEF)	2016	117,5% DO CDI	14.250
Debêntures	2017	106,0% DO CDI	462.051
Banco Itaú	2010	130% cdi	34.545
BNDES	2024	TJLP 6% + 2,56%	69.409
Pine	2010	100% CDI + 0,40	2.450
Banco ABC	2010	CDI + 3,6 %	490
BNDES	2019	4,5%	11.514
BNDES	2014	2,4% + TJLP	31.885
Banco Amazonia FNO	2015	10%	15.000
BNDES	2014	3,8%	78.618
BNDES	2015	2,4% + TJLP	81.850
Banco Amazonia FNO	2016	10%	15.000
BNDES	2015	3,8%	81.850
			4.010.071

Notas Explicativas**Cláusulas contratuais restritivas – Covenants**

A Cemig Geração e Transmissão possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”), que foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2010, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não atendeu a determinadas cláusulas restritivas mencionadas acima, sendo obtido o consentimento dos credores durante o ano de 2010. Dessa forma, os contratos cujas cláusulas não foram atendidas estão reconhecidas no circulante em 2009 e reclassificados para o não circulante em 2010.

As cláusulas restritivas de contratos de empréstimos e financiamentos das controladas e controladas em conjunto foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

18 . ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Reserva Global de Reversão - RGR	14.929	19.104	10.586
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	9.844	4.608	5.047
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	6.169	5.410	5.479
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.605	1.480	1.291
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	3.279	2.558	1.592
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	5.411	2.380	17.044
Pesquisa e Desenvolvimento	85.545	67.000	49.154
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.707	1.175	8.522
	129.489	103.715	98.715
Passivo Circulante	97.148	44.449	94.363
Passivo Não Circulante	32.341	59.266	4.352

Notas Explicativas



	Controladora		
	2010	2009	01/01/2009
Reserva Global de Reversão - RGR	14.032	18.629	10.586
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	9.844	4.608	5.047
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	6.169	5.410	5.479
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.605	1.386	1.291
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica - PROINFA	3.279	2.558	1.592
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	5.267	2.229	17.044
Pesquisa e Desenvolvimento	79.822	63.584	49.154
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.635	1.115	8.522
	122.653	99.519	98.715
Passivo Circulante	90.312	40.253	94.363
Passivo Não Circulante	32.341	59.266	4.352

19 . OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente à cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Notas Explicativas



A Cemig GT mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela FORLUZ.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado – PSI – para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. Em 2010 foi concluído o processo de separação do plano de saúde, sendo criada a empresa “Cemig Saúde” e mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2010.

Em função da pronunciamento mencionado, os ganhos e perdas atuariais acumulados até 31.12.2008 foram integralmente reconhecidos contra o Patrimônio Líquido. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 2.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$196.873 em 31 de dezembro de 2010 (R\$205.264 em 31 de dezembro de 2009) e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, os valores passaram a ser reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Notas Explicativas



Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida, estando os impactos referentes a atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

	Fundo de Pensão	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Valor Presente das Obrigações fundeadas	1.506.463	128.114	3.730	106.617
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.480.089)	-	-	-
Valor presente de obrigações não fundeadas	26.374	128.114	3.730	106.617
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	116.173	(6.424)	2.875	(1.442)
Passivo Líquido	142.547	121.690	6.605	105.175
Ajuste referente dívida com a Forluz	54.326	-	-	-
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	196.873	121.690	6.605	105.175

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia registra uma obrigação adicional correspondente à diferença entre a obrigação com suplementação de aposentadoria informada no laudo atuarial e a dívida pactuada com a Fundação.

Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excederam a 10,00% do total das obrigações com benefícios pós-emprego serão reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos), desde de 2009.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Fundo de Pensão	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Obrigação de benefício definido em 31.12.2009	1.329.016	114.949	5.235	85.238
Custo do Serviço Corrente	1.407	1.100	44	1.273
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	137.444	12.022	555	9.046
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	140.105	12.470	(1.928)	13.378
Benefícios pagos	(101.509)	(12.427)	(176)	(2.318)
Obrigação de benefício definido em 31.12.2010	1.506.463	128.114	3.730	106.617

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Fundo de Pensão	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2009	1.235.305	-	-	-
Retorno realizado	314.981	-	-	-
Contribuições do Empregador	31.312	-	-	-
Benefícios pagos	(101.509)	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2010	1.480.089	-	-	-

Notas Explicativas



Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2010 são como segue:

	Fundo de Pensão	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	1.407	1.101	44	1.273
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	137.444	12.022	555	9.046
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(136.338)	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	-	-	(39)	(307)
Despesa em 2010 conforme laudo atuarial	2.513	13.123	560	10.012
Ajuste referente dívida com a Forluz	20.408	-	-	-
Despesa em 2010	22.921	13.123	560	10.012

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Fundo de Pensão	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2009	205.264	120.993	6.221	97.481	429.959
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	22.921	13.123	560	10.012	46.616
Contribuições Pagas	(31.312)	(12.426)	(176)	(2.318)	(46.232)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2010	196.873	121.690	6.605	105.175	430.343
Passivo Circulante	17.033	-	-	-	17.033
Passivo Não Circulante	179.840	121.690	6.605	105.175	413.310

As despesas com fundo de pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota.

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2011 é como segue:

	Fundo de Pensão	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	1.741	2.301	69	1.216
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	152.422	12.926	376	11.034
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(165.825)	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	-	-	(138)	-
Despesa em 2010	(11.662)	15.227	307	12.250

A expectativa de pagamento de benefícios e contribuições para o exercício de 2011 são como segue:

	Fundo de Pensão	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Estimativa de pagamento de benefícios	109.657	10.018	301	3.062

A Companhia tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2011 no montante de R\$33.975.

Notas Explicativas

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2010	2009
Ações de empresas brasileiras	15,00%	10,00%
Títulos de Renda Fixa	85,00%	84,00%
Ímóveis	-	3,00%
Outros	-	3,00%
	100,00%	100,00%

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da CEMIG, controladora da Cemig Geração e Transmissão:

	2010	2009
Debêntures não conversíveis emitidas pela Patrocinadora	450.107	249.776
Ações emitidas pela Patrocinadora	9.684	10.415
Imóveis da Forluz ocupados pelas Patrocinadoras	184.914	159.337
	646.715	419.528

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2010	2009
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	10,50%	10,76%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	11,50%	11,34%
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,50%	4,00%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	6,59%	6,08%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Light média	Light média
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57

20 . PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto constituíram provisão para contingências das ações cuja expectativa de perda for considerada mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço, conforme segue:

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2009	Saldo em 2009	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 2010
Trabalhistas					
Diversos	179	245	(405)	1.593	1.433
Cíveis					
Ambiental	6.503	7.457	(4.272)	-	3.185
Outras	548	1.262	(154)	502	1.610
Fiscais					
Outras	92	99	-	521	620
Regulatórios					
ANEEL	-	596	(434)	-	162
Total	7.322	9.659	(5.265)	2.616	7.010

Notas Explicativas

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2009	Saldo em 2009	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 2010
Trabalhistas					
Diversos	179	245	1.148	-	1.393
Cíveis					
Ambiental	6.503	7.457	(4.272)	-	3.185
Outras	548	1.204	(154)	-	1.050
Fiscais					
Outras	92	99	-	-	99
Regulatórios					
ANEEL	-	596	(434)	-	162
Total	7.322	9.601	(3.712)	-	5.889

Processo Administrativo de Natureza Ambiental

A Companhia foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera a expectativa de perda mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente na data do balanço, no valor de R\$3.185, que está devidamente provisionada.

Passivos Contingentes

Adicionalmente, há processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como mais provável que não exista uma obrigação presente na data do balanço, no montante total de R\$278.023, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações contábeis, demonstrados os principais a seguir:

Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia decidiu impetrar um mandato de segurança que permitiu o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$43.043, registrados na conta de Depósitos Vinculados a Litígios.

Adicionalmente, a Secretaria da Receita Federal emitiu Auto de Infração questionando o não pagamento das contribuições sociais previdenciárias (parcela patronal) relativas ao anuênio indenizado, para prevenir decadência, no valor de R\$16.475.

Notas ExplicativasContribuições incidentes sobre pagamentos a empregados

A Secretaria da Receita Federal emitiu Auto de Infração questionando o não pagamento de contribuições sociais previdenciárias (parcela patronal) e contribuições destinadas a outras entidades ou fundos, relativas às competências de 01/2005 a 12/2006, incidentes sobre pagamentos aos empregados a título de participação nos lucros e resultados, ticket-alimentação, ajuda de custo para formação (auxílio-educação) e alíquota adicional sobre remunerações de empregados expostos a riscos no ambiente de trabalho. O montante da contingência é de R\$61.471.

Consórcio UHE Aimorés

Indenização por danos morais e materiais, devido os prejuízos causados com a construção da Barragem e da Casa de Força da Usina Hidroelétrica de Aimorés, que diminuíram a incidência de peixes no rio Doce e, conseqüentemente, a renda dos autores, que são pescadores na região. O montante da contingência é de R\$19.399 e a participação da Companhia no consórcio é de 49%, o que representa uma cota parte de R\$9.505 nesta ação.

21 . PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2010, o Capital Social da Cemig Geração Transmissão era de R\$3.296.785, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

(a) Dividendos

Do lucro líquido do exercício, 50,00% são utilizados para distribuição como dividendo obrigatório à Controladora.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Em 23 de dezembro de 2010, a Diretoria Executiva aprovou o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$394.161, a título de antecipação parcial do dividendo mínimo obrigatório de 2010, com base no lucro apurado nas Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2010.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado de 2010 e do saldo da conta de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2010 no valor de R\$101.910, decorrente da adoção das novas normas de contabilidade, com o registro dos efeitos retroativos anteriores a 2010 diretamente contra o Patrimônio Líquido da Companhia conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

	2010
Dividendos Obrigatórios	
Lucro Líquido do Exercício	1.084.110
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	542.055
Dividendos Propostos-	
Juros sobre Capital Próprio	213.773
Dividendos Intercalares	394.161
Dividendos complementares – Lucros acumulados	101.910
Dividendos Complementares – Lucro de 2010	421.970
Total	1.131.814
Dividendos por lote de mil ações - R\$	
Dividendos Estatutários	187,12
Dividendos Propostos	390,71

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, que no caso da Cemig Geração e Transmissão foram calculados com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido.

Os benefícios fiscais decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio de R\$213.773 (R\$213.217 em 31 de dezembro de 2009) foram de R\$72.682 (R\$72.494 em 31 de dezembro de 2009), reconhecidos no resultado do exercício de 2010.

(b) Reserva Legal

A Companhia utilizou 5,00% do lucro líquido apurado no exercício de 2010 para constituição de Reserva Legal, no valor de R\$54.206. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2010 corresponde a R\$260.445 (R\$206.239 em 31 de dezembro de 2009).

(c) Reserva de Retenção de Lucros

O saldo da reserva de retenção de lucros corresponde, em 31 de dezembro de 2010 e 2009 a R\$844.198 e R\$666.112.

Notas Explicativas



22 . RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	2010	2009	2010	2009
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	3.702.993	3.620.730	3.662.973	3.544.714
Receita de uso da rede – com impostos	811.916	652.599	736.408	653.035
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	70.798	14.236	-	-
Receita de Infra-estrutura – com impostos	152.248	89.433	-	-
Remuneração de ativos da concessão – com impostos	175.247	33.140	-	-
Outras receitas operacionais	27.876	25.039	27.703	24.505
Impostos incidentes sobre as receitas acima	(1.026.409)	(898.690)	(993.614)	(893.112)
	3.914.669	3.536.487	3.443.470	3.329.142

(a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado			
	(Não auditado pelos auditores independentes)		R\$	
	MWh			
	2010	2009	2010	2009
Industrial	18.644.010	16.418.684	2.078.920	1.779.417
Comercial	56.067	4.722	15.299	995
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	14.258	(15.258)
	18.700.077	16.423.406	2.108.477	1.765.154
Suprimento a Outras Concessionárias(*)	15.253.926	15.792.446	1.446.016	1.660.416
Transações com energia na CCEE	2.401.305	2.031.791	124.723	132.544
Vendas no Proinfa	84.771	20.245	23.777	62.616
Total	36.440.079	34.267.888	3.702.993	3.620.730

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(b) Receita de uso da rede

A Receita de Uso da Rede refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao Sistema interligado brasileiro.

Notas Explicativas



(c) Impostos incidentes sobre a receita

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	2010	2009	2010	2009
Tributos sobre a Receita				
ICMS	369.361	322.003	367.356	320.245
COFINS	335.721	307.018	328.534	304.952
PIS-PASEP	73.586	71.866	66.108	71.419
ISSQN	5.242	466	587	486
	783.910	701.353	762.585	697.102
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	95.716	93.489	89.307	92.541
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	36.842	29.058	36.842	29.058
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	46.218	25.575	46.218	25.575
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	20.420	13.730	15.359	13.351
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	15.356	13.224	15.356	13.224
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	7.679	6.612	7.679	6.612
Encargo de Aquisição Emergencial	20.268	15.649	20.268	15.649
	242.499	197.337	231.029	196.010
	1.026.409	898.690	993.614	893.112

23 . CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	2010	2009	2010	2009
Pessoal (a)	306.733	308.758	287.758	305.798
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	75.191	55.332	73.133	55.332
Obrigações Pós-Emprego	23.694	29.677	23.694	29.677
Materiais	24.133	21.484	18.681	16.813
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	-	4.070	-	4.070
Serviços de Terceiros (b)	149.097	150.643	133.668	143.883
Depreciação e Amortização	374.435	445.491	363.860	386.891
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	135.470	140.318	135.409	140.318
Provisões Operacionais (reversão)	(9.070)	2.616	(7.517)	3.296
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	250.174	274.574	258.404	274.264
Energia Elétrica Comprada para Revenda	370.721	148.724	370.019	148.198
Custo de Construção	152.248	89.433	61.282	-
Outros Custos Operacionais Líquidos ©	82.521	51.957	73.668	47.013
	1.935.347	1.723.077	1.792.059	1.555.553

Notas Explicativas



a) DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	2010	2009	2010	2009
Remunerações e Encargos	260.778	251.372	241.803	248.412
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	16.297	10.706	16.297	10.706
Benefícios Assistenciais	28.264	26.212	28.264	26.212
	305.339	288.290	286.364	285.330
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(14.433)	(20.631)	(14.433)	(20.631)
	290.906	267.659	271.931	264.699
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	15.827	41.099	15.827	41.099
	306.733	308.758	287.758	305.798

Programas de desligamento de empregados

a) Programa Prêmio Desligamento – PPD

A Companhia possui um PPD, de caráter permanente e aplicável sobre as rescisões dos contratos de trabalho, de forma livre e espontânea. Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 3 remunerações brutas e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do PPD.

Este Programa, desde o seu início em março de 2008, contou com a adesão de 143 empregados da Companhia, sendo reconhecida uma despesa referente aos incentivos financeiros no resultado de 2008.

b) Programa de Desligamento Voluntário - PDV

A Companhia implementou, em abril de 2009, um PDV, de caráter transitório, com a adesão dos empregados substancialmente no período de 22 de abril a 05 de junho de 2009.

O incentivo financeiro para os empregados que fizeram a adesão ao PDV corresponde a uma indenização que varia de 3 a 16 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos estabelecidos no regulamento, dentre os quais o principal é o tempo de contribuição faltante para aposentadoria integral do INSS. Constam ainda dentre os incentivos financeiros o pagamento da contribuição para o fundo de pensão e INSS até a data em que o empregado atenda aos requisitos para requerer aposentadoria junto ao INSS (limitado a 5 anos) e depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios.

Adicionalmente, a Companhia garantiu o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e plano de saúde pelo período de 6 e 12 meses, respectivamente, a partir da data do desligamento dos empregados, ocorrida no período de junho de 2009 a dezembro de 2010.

Notas Explicativas

Este Programa contou com a adesão de 207 empregados da Companhia, sendo reconhecida uma despesa em 2010 referente aos incentivos financeiros no valor de R\$15.827 (R\$41.099 em 2009).

c) Participação dos empregados e administradores no resultado

A Cemig GT utilizou como critério geral para pagamento da participação dos empregados nos resultados dos exercícios de 2010 e 2009 um percentual de 3% do resultado operacional, ajustado por alguns itens definidos pela ANEEL na Prestação Anual de Contas – PAC, a serem pagas até o mês de maio de 2010. Adicionalmente, no dissídio coletivo em novembro de 2010 e 2009 foi acordado com os sindicatos o pagamento adicional de participações extraordinárias a cada empregado. A parcela adicional mencionada foi paga dentro do exercício de 2010.

Em conformidade com os referidos acordos, as participações nos resultados do exercício de 2010 e 2009 da Companhia, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, corresponderam a R\$73.133 e R\$55.332, respectivamente.

b) SERVIÇOS DE TERCEIROS	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	2010	2009	2010	2009
Comunicação	7.418	4.465	6.031	4.304
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	26.197	16.666	22.894	15.885
Conservação e Limpeza de Prédios	18.482	17.938	18.497	17.403
Mão de Obra Contratada	6.398	4.532	4.122	4.511
Fretes e Passagens	4.662	3.961	3.825	3.760
Hospedagem e Alimentação	6.042	5.190	5.359	5.148
Vigilância	10.640	8.796	9.646	8.772
Consultoria	12.198	18.855	11.050	15.748
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	9.616	8.144	9.603	8.144
Manutenção e Conservação de Veículos	7.283	3.988	4.909	3.948
Energia Elétrica	6.050	4.918	5.246	4.788
Meio Ambiente	17.319	13.623	16.090	13.516
Outros	16.792	39.567	16.396	37.956
	149.097	150.643	133.668	143.883

Notas Explicativas



c) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	2010	2009	2010	2009
Arrendamentos e Aluguéis	15.877	8.022	14.338	7.730
Propaganda e Publicidade	1.408	554	1.224	786
Subvenções e Doações	16.000	18.839	14.527	16.097
Taxa de Fiscalização da ANEEL	20.522	16.858	19.299	16.636
Despesa Concessão Onerosa	47	3.350	42	3.350
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	6.632	5.009	5.431	4.474
Contribuição ao MAE	2.628	2.575	2.628	2.575
Seguros	6.234	3.644	3.887	3.187
Prejuízo (Ganho) Líquido na Desativação e Alienação de Bens	1.101	704	1.096	605
FORLUZ – Custeio Administrativo	3.180	3.476	3.180	3.476
Outras Líquidas	8.892	(11.074)	8.016	(11.903)
	82.521	51.957	73.668	47.013

24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	2010	2009	2010	2009
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	242.554	149.973	222.354	142.684
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	5.667	1.790	5.663	1.790
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	1.709	9.405	1.823	30
Variações Cambiais	1.295	26.111	1.295	35.382
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(1.356)	(295)	(311)	(285)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 28)	648	3.420	648	3.420
Ajuste a Valor Presente	17.556	2.100	17.556	2.100
Outras	30.650	31.541	21.045	29.003
	298.723	224.045	270.073	214.124
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(642.027)	(357.730)	(537.879)	(335.723)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(67.176)	(4.857)	(67.176)	(580)
Variações Cambiais	(747)	(105)	(735)	50
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(40.079)	(9.257)	(40.079)	(9.257)
Perdas com Instrumentos Financeiros (nota 28)	(480)	(43.585)	(480)	(43.585)
Ajuste a Valor Presente	19.497	(8.434)	19.497	(8.434)
Encargos Variação Monetárias- Forluz	(22.920)	(21.115)	(22.920)	(21.115)
Outras	(57.744)	(56.309)	(39.512)	(52.256)
	(811.676)	(501.392)	(689.284)	(470.900)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(512.953)	(277.347)	(419.211)	(256.776)

Notas Explicativas



25 . TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são controladas da CEMIG.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
CEMIG								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	46.819	917.054	-	-	-	-
Coligadas e Controladora	-	-	5.357	5.715	-	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladora	2.663	668	-	-	-	-	-	-
Cemig Distribuição S.A.								
Circulante								
Coligadas e Controladora	-	-	10.039	34.739	-	-	-	-
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	14.495	25.296	-	-	122.722	226.474	(4.748)	(4.970)
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	14.327	13.429	3.163	4.093	129.647	106.966	(61.276)	(76.566)
Não Circulante								
Coligadas e Controladora	476	12.225	-	-	-	-	-	-
Light S.A.								
Circulante								
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	-	-	104	52	16.871	25.701	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	106	72	1	1	3.919	661	9	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS (4)	35.109	42.069	27.914	26.736	(369.361)	(322.003)	-	-
Não Circulante								
Tributos Compensáveis – ICMS (4)	6.598	7.742	-	-	-	-	-	-
Debêntures (2)	-	-	37.083	37.053	-	-	(29)	(4.117)
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante (3)	-	-	17.033	18.895	-	-	(23.694)	(29.332)
Outros	-	-	15.236	8.538	-	-	-	-
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego – Não Circulante (3)	-	-	413.310	411.064	-	-	-	-
Despesa de Pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(16.297)	(10.706)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(3.180)	(3.476)
OUTROS								
Não Circulante								
Coligadas e Controladas ou Controladores	38	13	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

(1) A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M.

(2) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão.

(3) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Vide nota explicativa nº 17 e serão amortizados até o exercício de 2024.

(4) As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.

(5) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 19) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.

(6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores no exercício de 2010 e 2009 é conforme segue:

	2010	2009
Remuneração	888	1.904
Participação nos Resultados	233	283
Benefícios Pós Emprego	72	44
Benefícios Assistenciais	234	14
Total em 2010	1427	2.245

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 9, 16, 17, 19, 22, 24 e 25.

26 . INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas contraladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixas, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas contraladas foram reconhecidos ao valor justo e encontram -se classificados conforme abaixo:

Notas Explicativas

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria as Aplicações Financeiras e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item "b"). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado;
- Recebíveis: encontram-se nesta categoria o caixa e equivalentes de caixa, os créditos com consumidores e revendedores. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Instrumentos financeiros	2010		2009		2008	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Caixa e equivalentes de Caixa	1.761.817	1.761.817	3.043.715	3.043.715	862.098	862.098
Títulos e Valores Mobiliários	319.277	319.277	-	-	-	-
Créditos com consumidores	397.301	397.301	610.876	610.876	357.733	357.733
Depósitos vinculados	125.923	125.923	89.245	89.245	49.532	49.532
Créditos com controladas	4.529	4.529	18.244	18.244	9.853	9.853
Passivos						
Fornecedores	175.792	175.792	147.553	147.553	146.652	146.652
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.635.770	7.635.770	6.819.294	6.819.294	2.740.911	2.740.911
Concessões a pagar	-	-	73.441	73.441	69.186	69.186
	10.420.409	10.420.409	10.802.368	10.802.368	4.235.965	4.235.965

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Notas Explicativas



Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do Dólar Norte-Americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Geração e Transmissão possuía, em 31 de dezembro de 2010, operações contratadas de *hedge*, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	2010	2009	01/01/2009
Dólar Norte-Americano			
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	-	5.877	43.083
Operações contratadas de <i>hedge/swap</i> (*)	-	75.000	59.873
	-	80.877	102.956
Yen			
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	-	-	100.160
Operações contratadas de <i>hedge/swap</i> (*)	-	-	(100.073)
	-	-	87
Euro			
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	3.809	7.146	12.919
Passivo Líquido Exposto	3.809	88.023	115.962

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um Cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de dezembro de 2011 será de **8,03% para o Dólar (R\$1,80) e 7,05% para o Euro (R\$2,39)**. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao **Cenário Provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente**.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/12/2010	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	3.809	4.077	5.097	6.116
Passivo Líquido Exposto	3.809	4.077	5.097	6.116
Efeito Líquido da Variação Cambial	-	(268)	(1.288)	(2.307)

Notas Explicativas

*Risco de Taxa de juros*

A Cemig Geração e Transmissão e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2010. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado IFRS	
	2010	2009
Ativos		
Aplicações Financeiras (nota 5)	2.081.094	3.023.205
Operações Contratadas de Hedge/Swap	-	75.000
	<u>2.081.094</u>	<u>3.098.205</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	(4.836.015)	(5.607.641)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	-	(120.000)
	<u>(4.836.015)</u>	<u>(5.727.641)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.754.921)</u>	<u>(2.629.436)</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC em 31 de Dezembro de 2011 será de 12,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de Hedge.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	2010	2011		
	Cenário Base SELIC 10,66%	Cenário Provável SELIC 12,75%	Cenário Possível SELIC 15,9375%	Cenário Remoto SELIC 19,125%
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 5)	2.081.094	2.346.433	2.412.768	2.479.103
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 17)	(4.836.015)	(5.452.607)	(5.606.755)	(5.760.903)
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.754.921)</u>	<u>(3.106.607)</u>	<u>(3.193.987)</u>	<u>(3.281.800)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC	<u>-</u>	<u>(351.252)</u>	<u>(439.066)</u>	<u>(526.879)</u>

Notas Explicativas*Risco de Liquidez*

A Cemig GT administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa. A empresa utiliza de dois tipos de visão. A primeira, orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses e a segunda projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As Gerências de Orçamento, de Tesouraria e de Gestão de Participações, realizam reuniões semanais de acompanhamento das variáveis. Mensalmente, são realizadas reuniões que envolvem todas as áreas da Diretoria Financeira. Nestas reuniões são discutidos os principais temas que afetam o fluxo de caixa das empresas:

- Necessidades de captação;
- Prazo das aplicações financeiras;
- Fluxo de dividendos;
- Acompanhamento da receita;
- Programa de investimentos;
- Principais despesas operacionais;

Com o objetivo de manter a segurança do caixa, a Cemig GT estabelece em seu Estatuto Social um valor de caixa mínimo operacional para cada uma das empresas, estipulado em 5% do Lajida.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, concedendo limites operacionais aos bancos com base em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando de forma eficiente no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, o controle da liquidez.

A Companhia aplica até 20% de seus recursos em fundo de investimento exclusivo de crédito privado, sem riscos de mercado. O restante é aplicado diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

O prazo das aplicações em 31 de dezembro estava assim distribuído:

Prazos	Até 1 mês
Liquidez imediata	74,50%
60 dias	12,80%
90 dias	6,00%
120 dias	0,80%
180 dias	5,50%
360 dias	0,40%
	100,00%

Notas Explicativas

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, podem ser observadas na tabela abaixo:

	Consolidado					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	269.495	44.052	706.592	5.527.461	1.088.170	7.635.770
Concessões a pagar	153	450	1.140	36.170	73.958	111.871
	<u>269.648</u>	<u>44.502</u>	<u>707.732</u>	<u>5.563.631</u>	<u>1.162.128</u>	<u>7.747.641</u>

	Consolidado					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	248.292	32.536	675.883	4.548.340	119.989	5.625.040
Concessões a pagar	153	450	1.140	36.170	73.958	111.871
	<u>248.445</u>	<u>32.986</u>	<u>677.023</u>	<u>4.584.510</u>	<u>193.947</u>	<u>5.736.911</u>

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

Notas Explicativas*Risco quanto à Escassez de Energia*

A Energia vendida é, substancialmente, gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das Usinas, comprometendo a recuperação do volume destes e acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem Contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Todas as cláusulas foram atendidas em 31 de dezembro de 2010 pela Companhia e suas controladas.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem concessões para exploração dos serviços de Geração e Transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovados mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”) ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos, contratados pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do Principal das operações com Derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos nestas operações representam um ganho em 31 de dezembro de 2010 no montante de R\$168 e uma perda em 31 de dezembro de 2009 no montante de R\$40.165, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

Notas Explicativas

A contraparte da operação de derivativos da Cemig Geração e Transmissão é o banco Credit Suisse First Boston e os contratos são de *swap* cambial.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar, negativamente, sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva também a implementação de diretrizes para operação proativa relativa ao ambiente de Riscos Financeiros ao implementar planos de ação.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2010.

						Perda não realizada				Efeito acumulado	
Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado		Valor Conforme contrato		Valor justo		Valor Recebido	Valor Pago
				2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Cemig Geração e Transmissão S.A.											
R\$106,00% do CDI	R\$ ou US\$ 48,00% do CDI ou Variação Cambial Mensal (o que for maior)	Em 04/2010	Balcão	R\$75.000	R\$75.000	100	86	100	86	295	(395)
Madeira Energia S.A.											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	R\$120.000	R\$120.000	2.235	(3.149)	2.235	(3.149)	252	(186)
Euro	Variação preço futuro do Euro	Em 02/2012	Opção	R\$2.375	-	(44)	-	(44)	-	-	(125)
						2.291	(3.063)	2.291	(3.063)	547	(706)

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os instrumentos Derivativos.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

c) Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação ajustada no capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

Notas Explicativas



	2010	2009	1/1/2009
Total do Passivo	9.614.679	9.602.665	5.032.349
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.761.817	3.043.715	862.098
Dívida Líquida	7.852.862	6.558.950	4.170.251
Total do Patrimônio Líquido	5.050.645	4.518.841	4.528.583
Valores acumulados no Patrimônio Líquido referente a hedge de fluxos de caixa	1.393	-	-
Capital Ajustado	5.049.252	4.518.841	4.528.583
Relação Dívida Líquida sobre Capital Ajustado em 31 de dezembro	1,56	1,45	0,92

27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Notas Explicativas

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31 de dezembro, 2010	Valor justo em 31 de dezembro de 2009		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Certificados de Depósitos Bancários	1.456.291	1.456.291	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	116.588	116.588	-	-
Depósitos Overnight	171.237	171.237	-	-
	1.744.116	1.744.116	-	-
Passivos				
Contratos de Swaps	2.291	-	2.291	-

Metodologia de cálculo do valor justo

- O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
- Contratos de Swaps: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de Swaps é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do Swaps da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador. A precificação da ponta Dólar do Swap é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

28 . SEGUROS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas



Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio anual
Cemig Geração e Transmissão				
Aeronáutico - Aeronaves	Casco	29/04/2010 a 29/04/2011	US\$ 4.100	US\$ 15
Aeronáutico - Aeronaves	Responsabilidade Civil	29/04/2010 a 29/04/2011	US\$ 10.000	US\$ 15
Almoxarifados, Instalações prediais e Equipamentos de telecomunicações	Incêndio	08/11/2010 a 08/11/2011	R\$ 271.350	R\$76
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência	Total	05/05/2010 a 05/05/2011	R\$1.270.421	R\$1.978
TAESA				
Risco Operacional – Subestações, almoxarifado e Inst. Prediais	Total	19/08/2010 a 19/08/2011	R\$462.878	R\$692
Empresas Concessionárias ou não de Serviços de Produção e Distribuição de Energia Elétrica	Responsabilidade Civil	19/08/2010 a 19/08/2011	R\$761.412	R\$108
	105% a 110% da Tabela			
Veículos	Fipe	19/08/2010 a 19/08/2011	R\$6.537	R\$270
Madeira Energia				
Garantia – Performance Bond	Obrigações decorrentes do contrato de concessão	07/03/2008 a 11/10/2016	R\$ 650.000	R\$ 2.352
Riscos de Engenharia – Construção, Instalação e Montagem, ALOP, Responsabilidade Civil e Riscos Operacionais	Total	11/11/2008 a 03/11/2016	1) RISCOS DE ENG. R\$ 9.459.201 2)RESP. CIVIL : R\$ 10.000 3) PERDA DE RECEITA ANTEC. – ALOP:R\$ 1.630.156 4) RISCO OPER.: R\$ 991.830	R\$ 13.172
	Responsabilidade Civil –			
Responsabilidade Civil Geral	Obra – 2º Layer	06/04/2009 a 06/04/2012	R\$ 60.000	R\$ 694
	Responsabilidade Civil –			
Conselheiros, Diretores e Administradores	D&O	15/08/2010 a 15/08/2011	R\$ 50.000	R\$ 231
Equipamentos para obra UHE Santo Antonio	Transportes – Nacional	31/01/2010 a 31/12/2015	R\$ 3.176.314	R\$ 387
Equipamentos para obra UHE Santo Antonio	Transportes – Internacional	31/01/2010 a 31/12/2015	US\$ 309.747	US\$ 69

(*) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$186.615 mil.

(* *) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$163.600 mil.

(** *) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$16.000 mil.

(** * *) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$650.000 mil.

A Cemig Geração e Transmissão, com exceção do aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função dos riscos acima mencionados.

29 . OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Notas Explicativas



	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	1.020.133	2.692.783	1.122.252	995.924	716.508	184.708	903.462	7.635.770
Dívida com Plano de Pensão- FORLUZ	17.033	15.986	10.301	10.919	11.574	12.268	118.792	196.873
CTSUL Termoeletrica I	-	-	-	-	-	829.880	46.320.813	47.150.693
CTSUL Termoeletrica II	-	-	-	-	-	62.689	3.499.054	3.561.743
Copel	-	-	427.710	366.343	382.887	400.587	416.949	1.994.476
UHE Santo Antônio	-	204.249	399.752	770.110	466.411	414.668	12.680.949	14.936.139
Compra de Energia - demais	616.154	550.682	373.616	447.667	457.526	478.248	6.265.491	9.189.384
Total	1.653.320	3.463.700	2.333.631	2.590.963	2.034.906	2.383.048	70.205.510	84.665.078

30 . ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Conforme mencionado em maiores detalhes na nota explicativa nº 2, item 2.6.(h), os ativos e passivos regulatórios não são registrados para fins de atendimento a Estrutura conceitual de apresentação das Demonstrações Contábeis.

Dessa forma, os ativos e passivos regulatórios somente impactam o resultado quando os seus efeitos são reconhecidos pela ANEEL nos reajustes tarifários, quando passam a compor a base de receita definida para o período subsequente.

Os saldos dos ativos e passivos regulatórios da Companhia são como segue:

	Saldo em 01/01/2009	adições (1)	Amortização (2)	Atualização Monetária (3)	Saldo em 31/12/2009
Revendedores – Transações com energia livre	4.107	-	(4.107)	-	-
Ativo regulatório – revisão tarifária	-	161.026	(41.398)	(349)	119.279
Passivo regulatório – revisão tarifária	(7.662)	-	7.662	-	-
	(3.555)	161.026	(37.843)	(349)	119.279

	Saldo em 31/12/2009	adições (1)	Amortização (2)	Atualização Monetária (3)	Saldo em 31/12/2010
Revendedores – Transações com energia livre	-	21.312	(22.610)	1.823	525
Ativo regulatório – revisão tarifária	119.279	10.982	(77.049)	3.096	56.308
Passivo regulatório – revisão tarifária	-	(80.830)	39.167	-	(41.663)
	119.279	(48.536)	(60.492)	4.919	15.170

- (1) Referem-se aos ativos e passivos regulatórios que serão incluídos no próximo reajuste tarifário
- (2) Referem-se aos ativos e passivos regulatórios que foram incluídos nos reajustes tarifários, sendo recebidos ou descontados na tarifa aplicada aos consumidores durante o exercício.
- (3) Refere-se à atualização pela variação da SELIC nos casos aplicáveis.

Notas Explicativas**31 . REVISÕES TARIFÁRIAS DE TRANSMISSÃO****Primeira revisão tarifária**

A primeira Revisão Tarifária da Transmissão, para toda a base de ativos da Companhia, foi aprovada pela diretoria da ANEEL, em 17 de junho de 2009, na qual a ANEEL fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia em 5,35%, retroativo a 2005.

Em 01 de junho de 2010, a ANEEL concedeu e deu provimento ao Recurso Administrativo, interposto pela Companhia, com alteração no reposicionamento da sua primeira Revisão Tarifária periódica de 5,35% para 6,96 %.

Adicionalmente, foi estabelecido, pela ANEEL, um componente financeiro de R\$168.632, a ser pago à Companhia por meio da Parcela de Ajuste (PA) em 24 meses. Esse valor é decorrente dos efeitos retroativos do reposicionamento tarifário, ocorrido no período entre 1º de julho de 2005 e 30 de junho de 2009, já acrescido do montante oriundo do Recurso Administrativo em R\$10.542. A primeira parcela, de R\$85.732, foi incorporada ao reajuste do ciclo 2009/2010 e, já foi integralmente recebida. A segunda parcela, de R\$93.009, será compensada no reajuste 2010/2011.

Segunda revisão tarifária

Em 8 de junho de 2010, a ANEEL homologou o resultado da Segunda Revisão Tarifária da Transmissão da Companhia, que fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) em menos 15,88%, retroativo a junho de 2009. Dessa forma, foi apurado um ressarcimento de R\$75.568 aos usuários do Sistema de Transmissão durante o Ciclo Tarifário de julho de 2010 a julho de 2011.

Notas Explicativas



32 . DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE CONSOLIDADO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Atividade não vinculada	Total
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia	3.702.993	-	-	3.702.993
Receita de uso da Rede	180.162	1.040.632	(10.585)	1.210.209
Outras Receitas	24.303	3.573	-	27.876
	3.907.458	1.044.205	(10.585)	4.941.078
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(826.918)	(199.491)	-	(1.026.409)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.080.540	844.714	(10.585)	3.914.669
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(370.721)	-	-	(370.721)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(260.592)	(167)	10.585	(250.174)
	(631.313)	(167)	10.585	(620.895)
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal	(129.944)	(99.850)	-	(229.794)
Participação dos Empregados	(49.200)	(25.991)	-	(75.191)
Material	(12.577)	(10.810)	-	(23.387)
Serviços de Terceiros	(93.540)	(38.926)	-	(132.466)
Depreciação e Amortização	(378.327)	4.836	-	(373.491)
Provisões	12.856	(3.786)	-	9.070
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(135.470)	-	-	(135.470)
Custo de Construção	-	(152.248)	-	(152.248)
Outras	(5.028)	(8.518)	-	(13.546)
	(791.230)	(335.293)	-	(1.126.523)
CUSTO TOTAL	(1.422.543)	(335.460)	10.585	(1.747.418)
LUCRO BRUTO	1.657.997	509.254	-	2.167.251
DESPESA OPERACIONAL				
Despesa com Vendas	2.235	-	-	2.235
Administração	(107.074)	(39.308)	-	(146.382)
Outras	(33.685)	(10.097)	-	(43.782)
	(138.524)	(49.405)	-	(187.929)
RESULTADO DO SERVIÇO	1.519.473	459.849	-	1.979.322
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(256.334)	(256.619)	-	(512.953)
IMPOSTO DE RENDA	(331.708)	(50.551)	-	(382.259)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	931.431	152.679	-	1.084.110

Notas Explicativas



EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Atividade não vinculada	Total
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia	3.411.524	-	209.206	3.620.730
Receita de uso da Rede	113.275	676.133	-	789.408
Outras Receitas	4.104	4.696	16.239	25.039
	<u>3.528.903</u>	<u>722.036</u>	<u>225.445</u>	<u>4.476.384</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	<u>(714.456)</u>	<u>(147.293)</u>	<u>(36.941)</u>	<u>(898.690)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.814.447	574.743	188.504	3.577.694
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(140.259)	-	(8.465)	(148.724)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(257.269)	(124)	(17.181)	(274.574)
	<u>(397.528)</u>	<u>(124)</u>	<u>(25.646)</u>	<u>(423.298)</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal	(120.721)	(85.515)	(7.670)	(213.906)
Participação dos Empregados	(36.987)	(18.149)	(196)	(55.332)
Material	(9.246)	(10.413)	(1.762)	(21.421)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	(4.070)	-	-	(4.070)
Serviços de Terceiros	(56.455)	(25.468)	(20.689)	(102.612)
Depreciação e Amortização	(418.546)	(40.511)	(26.708)	(485.765)
Provisões	11.127	(12.415)	266	(1.022)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(130.565)	-	(9.753)	(140.318)
Custo de construção	-	(89.433)	-	(89.433)
Outras	1.581	28.352	(9.755)	20.178
	<u>(763.882)</u>	<u>(253.552)</u>	<u>(76.267)</u>	<u>(1.093.701)</u>
CUSTO TOTAL	(1.161.410)	(253.676)	(101.913)	(1.516.999)
LUCRO BRUTO	1.653.037	321.067	86.591	2.060.695
DESPESA OPERACIONAL				
Administração	(155.920)	(81.282)	(7.212)	(244.414)
Despesas com Vendas	(1.593)	-	-	(1.593)
Outras	(22.308)	(2.407)	(678)	(25.393)
	<u>(179.821)</u>	<u>(83.689)</u>	<u>(7.890)</u>	<u>(271.400)</u>
RESULTADO DO SERVIÇO	1.476.216	237.378	78.701	1.792.295
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(57.143)	(76.153)	(122.936)	(256.232)
IMPOSTO DE RENDA	(365.210)	(65.266)	(2.431)	(432.907)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.053.863	95.959	(46.666)	1.103.156

Notas Explicativas



33 . DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR EMPRESA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	GT	TAESA	Eólicas	Madeira	Outras	eliminações	Total
Ativo							
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.402.213	235.037	10.351	101.866	12.350	-	1.761.817
Contas a receber	568.234	49.892	5.045	-	2.656	(119.434)	506.393
Ativo regulatório	29.959	-	-	-	-	-	29.959
Outros Ativos	934.234	419.033	7.090	16.392	9.683	(11.415)	1.375.017
Investimentos/Imobilizado/Financeiro Concessão	9.440.922	1.888.758	345.208	707.833	544.651	(1.935.234)	10.992.138
	12.375.562	2.592.720	367.694	826.091	569.340	(2.066.083)	14.665.324
Passivo							
Fornecedores e suprimentos	115.193	6.564	8.215	41.939	5.338	(1.354)	175.895
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	5.625.040	873.811	217.886	760.767	158.266	-	7.635.770
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	46.819	115.026	-	-	3.032	(118.058)	46.819
Obrigações Pós-Emprego	430.343	-	-	-	-	-	430.343
Outros Passivos	1.107.522	175.693	21.009	13.403	19.663	(11.438)	1.325.852
Patrimônio Líquido	5.050.645	1.421.626	120.584	9.982	383.041	(1.935.233)	5.050.645
	12.375.562	2.592.720	367.694	826.091	569.340	(2.066.083)	14.665.324
Resultado							
Receita Operacional Líquida	3.433.470	353.015	22.903	-	115.867	(10.586)	3.914.669
Custos e Despesa Operacional							
Pessoal – Administradores e Conselheiros	(287.758)	(18.154)	(163)	(7)	(651)	-	(306.733)
Participações dos Empregados	(73.133)	(2.004)	-	-	(54)	-	(75.191)
Obrigações Pós-Emprego	(23.694)	-	-	-	-	-	(23.694)
Materiais	(18.681)	(5.316)	(92)	-	(44)	-	(24.133)
Serviços de Terceiros	(133.668)	(11.446)	(2.253)	(352)	(1.378)	-	(149.097)
Comp. Financ Utilização Recursos Hídricos	(135.409)	-	-	-	(61)	-	(135.470)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(370.019)	-	-	-	(702)	-	(370.721)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(258.404)	-	(1.902)	-	(454)	10.586	(250.174)
Depreciação e Amortização	(363.860)	3.115	(12.474)	-	(1.216)	-	(374.435)
Provisões Operacionais	7.517	1.644	(91)	-	-	-	9.070
Outras Despesas Líquidas	(134.949)	(6.966)	(923)	(383)	(91.548)	-	(234.769)
	(1.792.058)	(39.127)	(17.898)	(742)	(96.108)	10.586	(1.935.347)
Lucro Operac. Antes do Res. de Equiv. Patrim. e Finan	1.641.412	313.888	5.005	(742)	19.759	-	1.979.322
Resultado Financeiro Líquido	(419.211)	(61.042)	(10.807)	(19.675)	(2.218)	-	(512.953)
Lucro (Prejuízo) antes do IR, CSLL e Partic. Dos Empregados	1.222.201	252.846	(5.802)	(20.417)	17.541	-	1.466.369
Imposto de Renda e Contribuição Social	(347.582)	(30.303)	(45)	(28)	(4.301)	-	(382.259)
Lucro Líquido do Exercício	874.619	222.543	(5.847)	(20.445)	13.240	-	1.084.110

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

A Cemig Geração e Transmissão mantém o registro das receitas e despesas por atividade, segregando-as entre geração, transmissão e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, conforme determinação do Órgão Regulador. As Demonstrações do Resultado Segregado por Atividade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram elaboradas adotando-se os critérios descritos abaixo.

Para segregação das Receitas Operacionais são adotados os seguintes critérios:

- Geração - Refere-se ao fornecimento de energia elétrica para consumidores livres, contratos iniciais e venda de energia na CCEE.
- Transmissão – Refere-se à utilização das instalações de transmissão da rede básica, com receita permitida aprovada através de Resolução pela ANEEL e outros serviços relacionados, e compreende valores efetivamente faturados pela Companhia a terceiros durante o exercício.
- Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica – Referem-se as receitas provenientes dos consórcios de energia elétrica da Companhia.

Para segregação das despesas, são adotados os seguintes critérios:

Despesas Operacionais - As despesas relacionadas diretamente com as atividades foram alocadas especificamente, conforme registro contábil definido no Plano de Contas. As despesas comuns, quando a identificação por atividade não foi possível, foram apropriadas através de rateio, proporcionalmente às Despesas de Pessoal e Serviço de Terceiros, diretamente alocadas, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Para segregação das Receitas e Despesas Financeiras e Resultado não Operacional são adotados os mesmos critérios das despesas operacionais.

A Contribuição Social e o Imposto de Renda foram alocados proporcionalmente ao Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Notas Explicativas

As receitas e despesas alocadas entre as diversas atividades da Companhia, de todas as naturezas indicadas, limitaram-se aos valores totais efetivamente auferidos e incorridos durante o exercício pela Companhia. Não foram criadas receitas e despesas em adição aos valores constantes dos registros contábeis oficiais, de modo a não ser necessária a eliminação de saldos entre atividades.

A Demonstração do Resultado Segregado por Atividade foi elaborada em conformidade à instrução do órgão regulador, sendo que não foram elaborados os respectivos Balanços Patrimoniais e a Mutação do Patrimônio Líquido por Atividade. Desta forma, as referidas Demonstrações não representam as Demonstrações dos Resultados de cada atividade, caso as mesmas fossem sociedades constituídas legalmente, com operações independentes.

Notas Explicativas

Djalma Bastos de Moraes
Diretor-Presidente

Arlindo Porto Neto
Diretor Vice-Presidente

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Finanças, Relações com
Investidores e Controle de
Participações

Frederico Pacheco de Medeiros
Diretor de Gestão Empresarial

Fuad Jorge Noman Filho
Diretor de Gás

José Raimundo Dias Fonseca
Diretor Comercial

Luiz Henrique de Castro Carvalho
Diretor de Geração e Transmissão

Fernando Henrique Schüffner Neto
Diretor de Desenvolvimento de
Negócios e Controle Empresarial das
Controladas e Coligadas

José Carlos de Mattos
Diretor

Luiz Henrique Michalick
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Maria Celeste Moraes Guimarães
Diretora Jurídica

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Mário Lúcio Braga
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-47.822

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Vide Relatório de Administração da companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte – MG

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais e relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 2.9, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cemig Geração e Transmissão S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

A controlada em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada incorreram em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de dezembro de 2010 totalizavam R\$7.077,9 milhões, de acordo com as expectativas da administração, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para dezembro de 2011. O montante proporcional à Companhia é de R\$707,8 milhões no ativo imobilizado.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 23 de março de 2010, que não conteve nenhuma modificação. As normas de auditoria então vigentes permitiam divisão de responsabilidade, portanto, como as demonstrações contábeis das controladas em conjunto Central Eólica Praias de Parajuru S.A., Central Eólica Praia de Morgado S.A., Central Eólica Volta do Rio S.A., Hidrelétrica Cachoeirão S.A., Empresa Brasileira Transmissão de Energia S.A. e Madeira Energia S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes, a nossa opinião, no que diz respeito aos valores dos investimentos e dos resultados decorrentes dessas controladas em conjunto,

estão baseadas nos pareceres sem ressalvas desses auditores.

Belo Horizonte, 28 de março de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31-12-2010, e respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e de seus auditores independentes (KPMG Auditores Independentes), opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, em 29 de abril de 2011

Belo Horizonte, 28 de março de 2011.

aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Luiz Guaritá Neto
Thales de Souza Ramos Filho
Vicente de Paulo Barros Pegoraro
Helton da Silva Soares

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 373ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT, realizada em 15-03-2011, aprovamos a conclusão, em 15-03-2011, das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2010; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2010 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

Belo Horizonte, 28 de março de 2011.

Djalma Bastos de Moraes - Diretor Presidente

Arlindo Porto Neto - Diretor Vice-Presidente

Fernando Henrique Schuffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial das Controladas e Coligadas

Frederico Pacheco de Medeiros - Diretor de Gestão Empresarial

Fuad Jorge Noman Filho - Diretor de Gás

José Carlos de Mattos - Diretor sem denominação específica

José Raimundo Dias Fonseca - Diretor Comercial

Luiz Fernando Rolla - Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações

Luiz Henrique de Castro Carvalho - Diretor de Geração e Transmissão

Luiz Henrique Michalick - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Maria Celeste Moraes Guimarães - Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 373ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT, realizada em 15-03-2011, aprovamos a conclusão, em 15-03-2011, das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2010; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2010 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

Belo Horizonte, 28 de março de 2011.

Djalma Bastos de Moraes - Diretor Presidente

Arlindo Porto Neto - Diretor Vice-Presidente

Fernando Henrique Schuffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial das Controladas e Coligadas

Frederico Pacheco de Medeiros - Diretor de Gestão Empresarial

Fuad Jorge Noman Filho - Diretor de Gás

José Carlos de Mattos - Diretor sem denominação específica

José Raimundo Dias Fonseca - Diretor Comercial

Luiz Fernando Rolla - Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações

Luiz Henrique de Castro Carvalho - Diretor de Geração e Transmissão

Luiz Henrique Michalick - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Maria Celeste Moraes Guimarães - Diretora Jurídica